

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Nuno Miguel Espadinha Albardeiro

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

***Body-Worn Cameras: Perceção dos polícias
com funções operacionais da Divisão Policial
da Amadora***

Orientador: **Prof. Doutora Sónia Morgado**

Coorientador: **Superintendente, Prof. Doutor Luís Elias**

Lisboa, 11 de maio de 2020





Nuno Miguel Espadinha Albardeiro

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Body-Worn Cameras: Perceção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof. Doutora Sónia Morgado e Superintendente, Prof. Doutor Luís Elias.



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXXII CFOP

Orientadora: Professora Doutora Sónia Maria Aniceto Morgado

Coorientador: Superintendente, Prof. Doutor Luis Manuel André Elias

Título: *Body-Worn Cameras: Perceção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora*

Autor: Nuno Miguel Espadinha Albardeiro

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: maio de 2020

*À minha família, por estarem sempre
presentes e por todos os esforços!*

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à Professora Doutora Sónia Morgado por toda a orientação que deu, por ter aceitado o desafio e por todos os conselhos e indicações dados. Sem dúvida que, apesar dos obstáculos que surgiram pelo caminho, toda a sua ajuda foi determinante para o resultado final.

Agradeço ao Sr. Superintendente Professor Doutor Luís Elias, por ter aceitado o desafio, mesmo com todas as condicionantes, e por todos os conselhos e indicações que enriqueceram a presente investigação.

Agradeço ao Subcomissário Nuno Saraiva, por todo o tempo que dedicou ao estágio, por ter criado tantos momentos de aprendizagem e que tantos conhecimentos transmitiu, não só ao nível procedimental, mas também como pessoa e como futuro Comandante de Esquadra, com certeza um dos exemplos que seguirei.

Ao Subcomissário Ricardo Veríssimo o meu obrigado pelos ensinamentos transmitidos no estágio e pela ajuda após o mesmo, com a aplicação dos questionários.

Agradeço ao Subcomissário Rui Morais, pelo esforço e pelo empenho que sempre dedicou ao estágio, pelos valores e princípios transmitidos.

Agradeço ainda a todo o efetivo da 60.^a Esquadra – São Brás e da 18.^a Esquadra – Campo Grande, por sempre se terem mostrado disponíveis para proporcionar momentos de aprendizagem num ambiente integrativo.

O meu obrigado todos os polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora, que apesar das circunstâncias, responderam ao questionário e permitiram a elaboração do estudo.

Agradeço também à casa que me formou, ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, mais concretamente, a todos os docentes que me transmitiram os conhecimentos e me prepararam para ser um Oficial de Polícia. O meu obrigado também ao restante efetivo que proporcionou as condições para essa aprendizagem.

O meu muito obrigado ao XXXII CFOP pelos momentos de camaradagem que passámos, que nos afastavam do frenesim diário do ISCP SI e que nos mantiveram unidos ao longo destes cinco anos, por todas as amizades criadas, que levo para sempre comigo, por sempre termos sido um Curso diferente, mas para melhor!

Agradeço à família iscpsinia dos 12, 20 e 34, por me terem proporcionado bons momentos e por me terem acolhido tão bem, facilitando a integração no ISPCSI e no seu quotidiano.

Agradeço à minha família e amigos por todo o apoio e carinho que sempre me deram ao longo destes anos.

Aos meus pais, por todos os esforços que fizeram, por sempre me proporcionarem todas as condições para continuar esta jornada, por todo o apoio que me deram para tomar todas as decisões e por formarem o Homem que orgulhosamente sou hoje, estou eternamente grato!

À minha irmã Ana, por desde sempre ter sido uma segunda mãe para mim, por todo o apoio, por estar sempre lá quando era preciso e por me orientar em todos os momentos, muito obrigado!

À Caroline, por ter sido o meu maior apoio ao longo destes cinco anos, por estar sempre ao meu lado, mesmo nas horas mais difíceis, por sempre acreditar em mim e por tudo aquilo que fez por mim, muito obrigado!

Resumo

As *Body-Worn Cameras* (BWC) são câmaras portáteis instaladas nas fardas dos polícias, que filmam as ocorrências nas quais estão envolvidos. Amplamente utilizadas, a literatura demonstra os seus benefícios para a atividade policial (por exemplo, a capacidade de melhorar a conduta dos cidadãos ou aumentar a legitimidade policial) e limitações à sua utilização. A implementação das BWC nas Forças de Segurança é, segundo a literatura existente, facilitada quando nesse processo há um envolvimento ativo dos polícias e a sua opinião é considerada. Com base na convicção de que serão implementadas em Portugal, o objetivo do estudo é apurar qual a perceção dos polícias, que no futuro as poderão utilizar. Por forma a alcançá-lo, recorreu-se a um estudo empírico inferencial, com aplicação de um inquérito por questionário aos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora. Desta forma, foi possível apurar que estes têm uma opinião, na generalidade, positiva. Os resultados também revelaram que os Chefes de Polícia têm uma opinião mais cética sobre a utilização das BWC, mas os polícias mais velhos, com um nível de escolaridade superior e ainda aqueles que já foram punidos disciplinarmente, são mais favoráveis à sua implementação e utilização. Por último, constata-se que os questionados acreditam que estas irão melhorar o comportamento dos cidadãos, que lhes darão um maior sentimento de segurança e reduzirão as queixas contra eles apresentadas. Com esta dinâmica, as conclusões possibilitam a sustentação de uma estratégia concertada na implementação e na sua utilização, porquanto é aceite e ambicionada pelos polícias. da Divisão Policial da Amadora.

Palavras-chave: *Body-Worn Cameras*, Perceção, Polícia de Segurança Pública, Tecnologia, Videovigilância.

Abstract

Body-Worn Cameras are portable cameras installed in the police officers' uniform that allow filming incidents in which they are involved. Widely used, the literature shows their benefits for the police activity (for example: the capability of improving citizen behavior or increasing police accountability) and some limitations to their use. The implementation of BWC in the Security Forces, according to the existing literature, is facilitated when, in that process, there is an active involvement of the police officers and their opinion is taken into account. Based on the conviction that they will be implemented in Portugal, the main goal of this investigation is determinant to investigate the police officers' perception, considering that they will be the ones that may use them in the future. In order to achieve it, we resorted to an inferential empirical study, with the application of a questionnaire survey to police officers with operational functions of Amadora's Police Division. This way, it was possible to find out that they have, in general, a positive opinion. The results also show that the Police Chiefs have a more skeptical opinion about the use of BWC, but the older police officers who have a higher education level and those who had already disciplinary procedures, are more favorable to the implementation and use of them. Lastly, it appears that the respondents believe those will improve citizen behavior, that those will give them a greater sense of security and reduce the complaints against them. With this dynamic, the conclusions make it possible to sustain a concerted strategy in the implementation and use, as it is accepted and desired by the police officers of Amadora's Police Division.

Key-words: Body-Worn Cameras, Perception, Public Security Police, Technology, Video Surveillance.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Índice de Abreviaturas	vii
Índice de Figuras	viii
Índice de Tabelas	ix
Introdução	1
Capítulo 1 - Enquadramento Conceptual	5
1.1. Percepção	5
1.2. Conduta dos cidadãos	5
1.3. Legitimidade e Transparência Policial	7
1.4. Privacidade	9
1.5. <i>Body-Worn Cameras</i>	11
1.6. Sistemas de Videovigilância – CCTV	14
Capítulo 2 - Fundamentos e Externalidades das BWC.....	18
2.1. Impactos e benefícios das BWC	18
2.1.1. <i>Aumento da transparência e da legitimidade policial.</i>	18
2.1.2. <i>Impacto na conduta do polícia.</i>	19
2.1.3. <i>Impacto na conduta do cidadão.</i>	22
2.1.4. <i>Resolução célere das queixas dos cidadãos.</i>	24
2.1.5. <i>Meios de obtenção de prova para detenções e acusação.</i>	24
2.1.6. <i>Ferramenta na formação policial.</i>	25
2.2. Limitações e preocupações relativas às BWC	26
2.2.1. <i>Privacidade dos cidadãos.</i>	26
2.2.2. <i>Privacidade dos Polícias.</i>	27
2.2.3. <i>Consequências indesejadas.</i>	28
2.2.4. <i>Ativação das BWC.</i>	29
2.3. Percepção dos Polícias.....	30
Capítulo 3 - Método.....	34
3.1. Modelo conceptual e hipóteses de investigação	35
3.2. Caracterização do <i>corpus</i>	37

3.3. Instrumento de Recolha de dados	41
3.4. Técnicas de Análise de dados	43
Capítulo 4 - Apresentação e Discussão de Resultados	46
4.1. Análise correlacional	49
4.2. Testes de medição conceptual	50
4.3. Análise comparativa intra-grupos de fatores	53
4.4. Testes de medição conceptual para a vitimização policial e punição disciplinar	56
Conclusão	58
Referências	62
Anexos.....	75
Anexo 1 – Pedido de autorização para aplicar o questionário original	75
Anexo 2 – Aprovação da aplicação do questionário	76
Anexo 3 – Pedido de Divulgação do questionário.....	77
Apêndices.....	78
Apêndice A – Questionário	78
Apêndice B – Distribuição de frequências pelas Carreiras Policiais.....	84
Apêndice C – Análise geral das 15 afirmações	85
Apêndice D – Análise das novas variáveis.....	86
Apêndice E – Análise das funções policiais	89
Apêndice F – Análise com base nas Carreiras policiais	92
Apêndice G – Análise às variáveis sociodemográficas	93
Apêndice H - Análise com base na vitimização policial	97
Apêndice I - Análise com base na punição disciplinar.....	98

Índice de Abreviaturas

BWC	<i>Body-Worn Camera</i>
BWV	<i>Body-Worn Video</i>
CCTV	<i>Closed-circuit Television</i>
COMETLIS	Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CPPI	Câmaras Portáteis de Porte Individual
CRP	Constituição da República Portuguesa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EIFP	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial
EPAV	Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima
EPES	Equipas do Programa Escola Segura
EUA	Estados Unidos da América
LOPSP	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
PIDCP	Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEI	Sistema Estratégico de Informações

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo Conceptual	35
Figura 2. Município da Amadora	37
Figura 3. Histograma relativo à primeira questão	86
Figura 4. Histograma relativo à segunda questão	87
Figura 5. Histograma relativo à terceira questão	87
Figura 6. Histograma relativo à quarta questão	88
Figura 7. Teste de Kruskal-Wallis sobre a primeira questão com base nos novos grupos de funções policiais	90
Figura 8. Teste de Kruskal-Wallis sobre a segunda questão com base nos novos grupos de funções policiais	91
Figura 9. Teste de Kruskal-Wallis sobre a terceira questão com base nos novos grupos de funções policiais	91
Figura 10. Teste de Kruskal-Wallis sobre a quarta questão com base nos novos grupos de funções policiais	91
Figura 11. Teste de Kruskal-Wallis da primeira questão com base na Carreira Policial	93

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição de Frequências por Dados Sociodemográficos	39
Tabela 2 – Distribuição de Frequências por Funções Policiais	40
Tabela 3 – Distribuição de Frequências das Vítimas policiais e dos Polícias punidos disciplinarmente	41
Tabela 4 – Constituição dos Grupos por Função Policial	51
Tabela 5 – Distribuição de Frequências por Carreira Policial	84
Tabela 6 – Análise com recurso à estatística descritiva das 15 afirmações	85
Tabela 7 – Análise com recurso ao Alfa de <i>Cronbach</i>	86
Tabela 8 – Teste de normalidade <i>Kolmogorov-Sminov</i>	87
Tabela 9 – Correlação de Variáveis Spearman.....	89
Tabela 10 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Kruskal-Wallis às funções policiais	89
Tabela 11 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Kruskal-Wallis aos novos grupos de funções policiais	90
Tabela 12 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Kruskal-Wallis com base nas Carreiras policiais.....	92
Tabela 13 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de <i>Mann-Whitney U</i> com base no género	93
Tabela 14 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de <i>Kruskal-Wallis</i> com base na idade.....	94
Tabela 15 – Correlação de <i>Spearman</i> entre as variáveis e a experiência profissional	94
Tabela 16 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de <i>Mann-Whitney U</i> das habilitações literárias	95
Tabela 17 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de <i>Kruskal-Wallis</i> com base no estado civil.....	96
Tabela 18 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de <i>Mann-Whitney U</i> com base na vitimização policial.....	97
Tabela 19 – Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de <i>Mann-Whitney U</i> com base na punição disciplinar.....	98

Introdução

“No atual contexto mundial, que é diariamente alimentado por novos *inputs* que aumentam a sua complexidade, nós tentamos encontrar o balanço adequado entre múltiplas variáveis – entre essas, a dualidade da liberdade e segurança” (Alves & Morgado, 2019, p. 107). Neste sentido, a tecnologia surge com um papel fundamental na forma como esses *inputs* podem ser utilizados em diversas áreas para variados fins, como é o caso da segurança interna, garantida pelas Forças de Segurança. Cabe às Polícias o ajuste aos desafios que sucedem de um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico (Elias, Felgueiras & Pais, 2017), para fazer face às franjas indesejadas da sociedade (Poiares, 2013).

A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma das Polícias que compõe a Administração Pública do Estado português e tem, segundo o artigo 272º da Constituição da República Portuguesa (CRP), funções de defesa da legalidade democrática e o garante da segurança interna e dos direitos dos cidadãos. Com base no artigo 1º da Lei nº 53/2007, Lei Orgânica da PSP (LOPSP), é definida como “uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa”. Ou seja, é uma força de segurança que depende inteiramente do Poder Central do Estado, porém é dotada de autonomia ao nível administrativo, tendo uma estrutura hierárquica e uma organização única em todo o território nacional. A PSP depende diretamente do Membro do Governo responsável pela área administrativa da Administração Interna, artigo 2º da LOPSP.

Entre as variadas atribuições, consagradas no artigo 3º da LOPSP, que lhe são adjudicadas, destacam-se a prevenção da criminalidade em geral, garantir a ordem e a tranquilidade pública, a segurança e a proteção das pessoas e bens, prevenção da prática de atos contrários à Lei e aos regulamentos e desenvolver ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas. De forma muito sucinta, mas direta, a “Polícia é crucial na proteção fundamental dos direitos e das liberdades dos cidadãos” (Elias et al., 2017, p. 166). Sendo a segurança dos cidadãos “limitada pela observância e respeito dos direitos, liberdades e garantias e pelos demais princípios do Estado de direito democrático” (Fernandes, 2014, p. 12).

A PSP define como opções estratégicas orientadoras para o quadriénio 2017-2020, uma visão baseada numa Polícia “Moderna, Pró-ativa, Integral, Eficaz e Eficiente – Uma Polícia Sempre Presente” (Polícia de Segurança Pública [PSP], 2016, p.1). Ou seja, uma

Polícia que mantém um contacto permanente com os cidadãos, com um espectro de atuação diversificado, com recursos adequados às suas necessidades e com uma organização dinâmica que permita uma resposta útil, eficaz e eficiente nas principais cidades e focos urbanos a nível nacional.

Por forma a cumprir com as suas atribuições e com a missão que lhe está legalmente incumbida, a PSP “tem vindo a fazer uso das tecnologias de informação e comunicação como suporte à sua atividade, o que claramente tem permitido um aumento da eficácia e da eficiência, quer operacionais, quer dos serviços de apoio” (PSP, 2017, p.43). Através da sua aposta na tecnologia, a PSP tenta acompanhar o desenvolvimento do atual contexto tecnológico mundial, como por exemplo a criação e o desenvolvimento do Sistema Estratégico de Informações (SEI), a aquisição e utilização de *drones*, o desenvolvimento do sistema de queixa eletrónica, a evolução do seu *site*, ou a utilização da plataforma *e-learning* na formação dos seus polícias, entre outras.

Uma ferramenta já utilizada pela PSP em alguns locais do Comando Metropolitano de Lisboa é o sistema de videovigilância, *Closed Circuit Television*, vulgo CCTV. Este sistema está atualmente em funcionamento na Divisão Policial da Amadora, não cobrindo ainda a totalidade da área, e no Bairro Alto, na área da 3ª Esquadra, pertencente à 1ª Divisão Policial. Segundo Vilhena (2019) a CCTV tem “potencial para a prevenção criminal (...) associado à capacidade dissuasora” (p.27). Ou seja, as câmaras podem criar um sentimento de observação no indivíduo e consequentemente potenciar o receio de deteção e detenção. De acordo com Vieira (2011), o sistema de videovigilância é ainda uma vantagem no âmbito da redução do sentimento de insegurança, como auxiliar nos inquéritos criminais e contraordenacionais e ainda como meio de obtenção de informações.

Porém, o contexto atual está cada vez mais tecnológico e os polícias veem as suas atuações e abordagens diárias frequentemente mediatizadas e documentadas por cidadãos externos às situações, que ao serem divulgadas de uma forma descontextualizada, induzem a sentimentos de ilegitimidade e ilegalidade da ação policial. O sistema de CCTV é já uma solução implementada que pode mitigar estas situações, porém não cobre toda a extensão da área de atuação das forças de segurança, bem como não permite a captação de som e como tal enquadrar devidamente a situação.

No contexto internacional tem sido feita uma forte aposta nas *Body-Worn Cameras* (BWC), como meio solucionador para este tipo de problema. As BWC, também conhecidas

em Portugal por Câmaras Portáteis de Porte Individual (CPPI) ou, internacionalmente por *Body-Worn Video* (BWV), são definidas por White (2014) como sistemas que incluem uma pequena câmara no polícia (na lapela da farda, chapéu ou óculos), que capta o que este está a ver, grava e armazena o vídeo. No decorrer dos últimos anos, têm-se difundido rapidamente e em larga escala pelo globo (White, 2019), porém tal investimento ainda não se verificou no ordenamento português.

As BWC têm sido objeto de vários estudos, com grande incidência nos Estados Unidos da América (EUA), devido à forte aposta dos vários Departamentos Policiais. As investigações têm variados fins académicos, desde o apuramento dos benefícios (Dymond e Hickman, 2017; Richards, Roberts, Britton e Roberts, 2017; Phelps, Strype, Le Bellue, Lahlou e Aandal, 2016), à percepção da utilização das BWC, seja por parte dos polícias ou por parte da própria comunidade, como é o caso dos estudos elaborados por Lum, Stolz, Koper e Scherer (2019) e Sousa, Miethe e Sakiyama (2017).

Atualmente, este tipo de tecnologia não está implementado em Portugal. Porém, acreditamos que a aposta das Polícias na tecnologia, como forma de acompanhar o paradigma vigente, irá passar, eventualmente, pela instalação e implementação de BWC nos seus operacionais. Com base nesta convicção, o objetivo geral da investigação é apurar a percepção que estes têm sobre a possível implementação das câmaras na sua farda.

Desta forma são estabelecidos como objetivos específicos: i) aferir a aceitação da potencial implementação das BWC na Divisão Policial da Amadora, por parte dos polícias com funções operacionais, para determinar se esta tecnologia será bem recebida por estes ou não; ii) verificar os motivos subjacentes à aceitação/rejeição das mesmas; iii) apurar se existe um relacionamento entre a aceitação das BWC e o tipo de serviço que os polícias desempenham, para que se possa estabelecer uma comparação com base no tipo de serviço desempenhado pelos polícias, sendo que esse indicador pode ser determinante na fase inicial de uma possível instalação das BWC, permitindo criar sinergias promotoras de ganhos de eficiência em termos de tempo e recursos; e iv) verificar o relacionamento entre a Carreira e o posicionamento dos polícias em relação às BWC, de forma a identificar se a implementação seria unânime em toda a estrutura tática local.

Por forma a alcançar os objetivos da investigação a mesma está dividida em duas partes. A primeira parte é na sua totalidade teórica, inicialmente dedicada ao enquadramento conceptual, onde os conceitos de percepção, conduta dos cidadãos, legitimidade e

transparência policial, privacidade, *Body-Worn Cameras* e sistemas de CCTV, são tratados e interpretados de forma coerente com o estudo. De seguida, são dissecados os fundamentos e as externalidades das BWC, com base numa análise dos impactos e benefícios apregoados às mesmas, mais concretamente: i) aumento da transparência e da legitimidade policial; ii) impacto na conduta do polícia; iii) impacto na conduta do cidadão; iv) resolução célere das queixas dos cidadãos; e v) meio de obtenção de prova para detenções e acusação. É ainda feita uma apreciação às limitações e preocupações, no que concerne à privacidade dos cidadãos, dos polícias, a possíveis consequências indesejadas e à ativação das BWC. Finalizando a parte doutrinal, é dedicado um subcapítulo ao objeto da investigação, ou seja, é feita uma revisão dos estudos relativos à percepção dos polícias sobre a implementação de BWC nas Forças de Segurança.

A segunda parte, de caráter pragmático, é dedicada ao método, à análise e discussão dos resultados e às conclusões retiradas da investigação. No que concerne ao método, é feita uma descrição do modelo conceptual e das hipóteses de investigação elaboradas, seguida da caracterização do *corpus*, ou seja, dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora que representam a amostra, bem como a descrição do instrumento de recolha de dados empregue, mais concretamente, um inquérito por questionário, adaptado do utilizado por Jennings, Fridell e Lynch (2014). Por forma a analisar os dados recolhidos com o questionário, é utilizado o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 26, para criar uma base de dados e possibilitar a extração das relações e correlações relativas às hipóteses de investigação. Por último, no que concerne ao método, é feita uma descrição dos procedimentos adotados para a aplicação do questionário e análise dos dados recolhidos pelo mesmo.

Na apresentação e discussão dos resultados, tal como o título indica, é feita uma extensa descrição dos resultados obtidos, com base nas várias técnicas de análise utilizadas, sendo feita ainda uma discussão dos mesmos e uma comparação com a literatura existente, resultando na formulação de algumas hipóteses explicativas.

Por último, são descritas as principais conclusões do estudo, sendo que são mencionados os objetivos alcançados, as hipóteses que se verificaram ou não e quais os motivos para isso ter ocorrido, as limitações do estudo e ainda recomendações para futuras investigações.

Capítulo 1 - Enquadramento Conceptual

1.1. Percepção

A percepção é uma ação abstrata, que não implica necessariamente estímulos físicos, através da qual a pessoa compreende um determinado fenómeno ou o sentido de algo, logo é possível concluir que o resultado da percepção é uma ideia/opinião que a pessoa constrói sobre algo. Segundo Du Bois-Reymond (cit in Darrigol, 2003), “por percepção, quero dizer tudo o que alcança a nossa consciência, não apenas de forma sensorial, mas também a percepção com base no processo do pensamento” (p. 531). Hermann von Helmholtz (cit in De Kock, 2014) define também percepção como um processo cognitivo, complexo e baseado nas experiências passadas, ou seja, é composta pela sensação e pela experiência. Por sua vez, Athayde (cit in Chorão, 2002) completa esta ideia, afirmando que “se as sensações recebidas são parciais e elementares, as percepções são já complexas e consistem na tomada de consciência dos referidos objetos ou acontecimentos e na sua integração por associação num conjunto onde aquela se completa e precisa” (p. 703).

No contexto de percepção, Kant (cit in Gomes, 2014), define que existem dois polos para a cognição humana: uma faculdade passiva de sensibilidade e uma faculdade ativa de entendimento, sendo que, a primeira apresenta objetos através da intuição e a segunda possibilita o pensamento através de conceitos. Desta forma, a percepção deve ser entendida como a opinião que uma pessoa constrói, de forma intencional ou não, de algo, podendo recorrer a estímulos físicos, como o sistema sensorial, ou apenas ao pensamento, com base em memórias e experiências passadas.

No âmbito policial, mais concretamente no que concerne à percepção face às *Body-Worn Cameras*, referimo-nos não só ao conhecimento já adquirido pelos policiais sobre estes dispositivos, mas também, com recurso à experiência de cada um, à opinião que os mesmos têm sobre essa tecnologia, tendo em conta o trabalho operacional diário que desenvolvem.

1.2. Conduta dos cidadãos

O comportamento humano é estudado por várias ciências, como por exemplo a psicologia no que toca à dimensão psicológica, ou a sociologia quando nos referimos aos comportamentos humanos em função do meio social em que estes estão inseridos. Ambas as

ciências tentam encontrar fundamento para a conduta humana e para os fatores que a condicionam, sejam eles do foro psicológico ou social. No entanto, existem ainda outras ciências que se debruçam sobre o comportamento humano, como a criminologia, que não se dedica apenas ao estudo dos fenómenos criminais, como também os fatores que originam comportamentos desviantes.

Na esfera da psicologia o comportamento humano é estudado pela psicologia comportamental que tem como base o *behaviorismo*, sendo definido por Watson como “a ciência do comportamento” (cit in Chorão, 2002, p.519). Por sua vez, Baum (2019) define ainda o *behaviorismo* como a “filosofia sobre o comportamento (...) [que] toca em assuntos próximos e que nos são caros: porque fazemos o que fazemos e o que devemos e não devemos fazer” (p. 3-4). Neste sentido surge ainda a ideia de comportamentos desviantes, que são os comportamentos considerados ilegais, à luz das normas estabelecidas numa determinada sociedade e num determinado hiato temporal.

O desvio tem sido atribuído como algo inerente a um certo tipo de comportamento ou pessoa: o delinquente, o homossexual, o doente mental, entre outros, e, de facto, esta foi uma posição que teve credibilidade até às teorias de patologia social. Contudo, é ainda importante na pesquisa clínica e criminológica. No entanto, para os sociólogos, desvio é visto, não como um tipo de pessoa, mas sim como uma propriedade formal de situações sociais e sistemas sociais. (Dias, 2013, p.22)

Os primeiros estudos sobre o comportamento humano apontavam os comportamentos desviantes como patologias, ou seja, os criminosos eram vistos como pacientes. Lombroso (2019), um dos pais desta corrente, tentou encontrar um padrão patológico nos criminosos. Ao examiná-los, o autor, encontrou uma numerosa série de anomalias na face, esqueleto e várias funções físicas e sensitivas, que fortemente se assemelhavam às raças consideradas primitivas. Mais tarde, numa vertente mais sociológica, surge a ideologia de Durkheim, onde “o desvio é (...) um fenómeno social que se pode designar de socioestatística” (Dias, 2013, p. 23). Por último, começou a entender-se que os comportamentos desviantes não têm que ter necessariamente uma origem específica, mas podem ser explicados por fatores de variadas ordens (Dias, 2013).

No que concerne às atitudes e aos comportamentos entre polícias e cidadãos, segundo Binder e Scharf (1980), na interação entre os mesmos, existe uma relação assimétrica entre os intervenientes, uma vez que os primeiros representam o Estado e o seu poder coercivo. Esta ideia representa uma posição de superioridade do polícia, que se traduz em maior responsabilidade e influência social, o que, por um lado, pode ser um fator dissuasor para o cidadão, mas acarreta também maior responsabilidade para o polícia.

Não é possível prever a natureza das interações entre polícias e cidadãos, podendo tratar-se de uma simples ocorrência de rotina com um nível de risco baixo ou de uma situação inopinada com um alto nível de risco para os intervenientes. O comportamento e a atitude dos cidadãos face aos polícias são muitas vezes influenciados, pela forma como estes vêm e respeitam a Polícia e a sua autoridade, sendo que uma situação relativamente calma e com um baixo nível de risco, rapidamente pode escalar para uma ocorrência de risco elevado pela presença e/ou interação de um indivíduo com alguma aversão à Polícia.

Segundo Alpert, Dunham e MacDonald (2004) os comportamentos dos polícias e dos suspeitos nos seus encontros são influenciados pelas ações, comentários e condutas de cada um, face ao outro. Assim, o comportamento e a conduta dos cidadãos face aos polícias podem estar previamente influenciados por preconceitos já enraizados nesses, ou podem ainda ser alterados consoante a interação com o polícia. Sendo que, no decorrer da ocorrência o polícia e o cidadão interpretam e decidem como respondem um ao outro, afetando o desfecho da mesma (Alpert et al., 2004). Por sua vez, como será abordado nos subcapítulos seguintes, a forma de resolução da ocorrência poderá determinar a legitimidade dos cidadãos em relação às Forças de Segurança, logo é necessário que esta se pautar por uma conduta caracterizada por um conjunto de valores considerados positivos pelos cidadãos, tais como a transparência.

1.3. Legitimidade e Transparência Policial

As Forças de Segurança são um dos braços armados e coercivos do Estado, que garantem o respeito pelo exercício dos direitos e da liberdade dos cidadãos, recorrendo à força quando necessário, com procedimentos de atuação definidos e limitados pela letra da Lei (Novaes, 2001). “A polícia, para agir, precisa de estar legitimada para o fazer, porquanto a legitimidade é o fundamento de toda a intervenção policial” (Alves, 2016, p. 16). Todavia, a Polícia deve atuar não só com base na legitimidade normativa, mas é também necessária

uma legitimidade social, ou seja, segundo Valente (cit in Alves, 2016) o cidadão deve sentir como necessárias a Lei e a intervenção policial. Desta forma, a atividade policial deve pautar-se por valores como a transparência, para que seja garantida a sua legitimidade perante os cidadãos. A legitimidade policial é formada através da percepção que os cidadãos auferem sobre a atuação dos polícias e da forma como estes resolvem as ocorrências (Mazerolle, Bennett, Davis, Sargeant & Manning, 2013).

Mazerolle et al. (2013) analisam a influência de variáveis como a eficácia policial e a justiça processual na legitimidade. Segundo Tankebe (cit in Mazerolle et al., 2013), em contextos onde o consentimento e a cooperação são provocados à força, a eficácia policial era a variável com maior peso na cooperação dos cidadãos. Todavia, Tyler (cit in Mazerolle et al., 2013), concluiu que a justiça processual tem um maior peso na confiança do público e na cooperação, que a eficácia e a *performance* dos polícias. Neste sentido, Tylor (cit in Tankebe, Reisig & Wang, 2016), afirma ainda que as pessoas que sentem que não são tratadas de forma justa pelas autoridades legais, tendem a questionar mais a legitimidade das Leis e dos seus agentes, o que vai afetar a predisposição dessas para obedecer às normas, regulamentos e ordens.

Uma das formas de garantir a legitimidade percecionada pelos cidadãos é através da transparência de atuação, ou seja, atuar com base nos valores da isenção e da imparcialidade. O Estatuto Disciplinar da PSP, Lei n.º 37/2019 de 30 de maio, prevê no seu artigo 10.º o dever de isenção, o qual, segundo o n.º 1, “consiste em não retirar vantagens diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiros, das funções que exerce”. No artigo 11.º o dever de imparcialidade é definido como o desempenho de “funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos”. Os deveres de isenção e de imparcialidade fazem parte intrínseca do valor de transparência, uma vez que este último se refere à não ocultação de vantagens ou procedimentos, isto é, tornar público e expor-se de forma aberta, sem segredos. Sendo a Polícia uma parte integrante do Estado, tem uma natureza pública e um compromisso para com os cidadãos de divulgar informações sobre a sua eficiência e sobre a sua forma de atuar, garantido a privacidade dos dados recolhidos, como iremos abordar no próximo subcapítulo.

1.4. Privacidade

O conceito de privacidade remete-nos para questões muito complexas sobre a sua definição, mas também sobre os seus limites, como por exemplo: onde começa e acaba a privacidade de alguém? Ou se é admissível, em algum caso, violar essa privacidade? Entre muitas outras questões que são suscitadas sobre algo que todos defendem e que lhes é muito estimado.

O termo privacidade, proveniente do latim *privates*, designa a separação de uma pessoa de tudo o resto, ou seja, o espaço que pertence a cada um (Chorão, 2002). “A privacidade desenvolveu-se historicamente como uma zona isolada, manifestada em estruturas como a proteção do domicílio, da família e do segredo da correspondência. Devido ao surgimento da ‘nova comunicação social’, acrescentou-se o segredo da telecomunicação” (Moreira & Gomes, 2012, p. 387). Nos últimos anos, com o desenvolvimento das redes sociais, o conceito de privacidade tornou-se cada vez mais precioso, existindo uma maior exposição da sua vida privada nas redes sociais. Neste âmbito, o principal problema que surge é a exposição da vida privada de outrem, violando o direito à reserva da mesma. Segundo Matias (2019) existem três aspetos distintos da privacidade: o primeiro é o pessoal, que se refere à proteção individual contra intromissões indevidas; o segundo é o territorial, que se ocupa do espaço físico que está associado a um indivíduo; e por último o informativo, associado à divulgação de dados.

A privacidade insere-se na esfera do Direito, mais concretamente, e devido à sua importância, nos Direitos Fundamentais. Segundo Mendes e Branco (cit in Pilati & Olivo, 2014), “o direito à privacidade teria por objeto os comportamentos e acontecimentos atinentes aos relacionamentos pessoais em geral, às relações comerciais e profissionais que o indivíduo não deseja que se espalhem ao conhecimento público.” (p. 288).

Mazur (cit in Pilati & Olivo, 2014) observa que

a privacidade é direito universal, na medida em que basta a qualidade de pessoa para que seja atribuída ao seu titular; perpétuo, se constituindo com o nascimento da pessoa extinguindo-se apenas com a sua morte; inato, pois essencial em relação à pessoa; e indisponível, unido ao sujeito originário por um nexó orgânico, que os torna inseparáveis (p. 292).

A nível mundial, no artigo 12.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e no artigo 17.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), está consagrado o direito à vida privada, proibindo qualquer intromissão arbitrária à mesma e protegendo-a por Lei. No que concerne à legislação portuguesa, o direito à privacidade está consagrado no artigo 26.º n.º 1 da CRP, pela expressão de direito à “reserva da intimidade da vida privada e familiar”. Segundo Canotilho e Moreira (2007), este direito fundamental pode ser dividido em dois outros menores: “(a) o direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar e (b) o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem” (p. 467). Neste sentido, surgem outros direitos como garantias deste, como o direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, previsto no art.º 34.º da CRP e da proibição do tratamento de dados pessoais com recurso a meios informáticos sem consentimento expresso do titular ou devida autorização prévia, consagrado no art.º 35.º n.º 3 da CRP (Canotilho & Moreira, 2007).

A reserva da vida privada tem vindo a ser cada vez mais alvo de preocupação por parte dos legisladores, com a criação de normas relativas à proteção de dados pessoais, devido aos variados casos de violação da mesma, como é exemplo de *Cambridge Analytica*, com recurso a métodos cada vez mais inovadores e de difícil rastreio. Todavia, é ainda levantada a questão sobre a recolha de imagens, não só no interior de residências como também na via pública. Relativamente à captação de imagens e à reprodução das mesmas, aplica-se o artigo 79.º do Código Civil, sendo que o n.º 1 refere a necessidade do consentimento na exposição, reprodução ou lançamento em comércio do retrato de terceiros. Estando previstas no n.º 2 as situações que não exigem consentimento das pessoas retratadas, onde se inclui a captação de imagens em locais públicos ou quando se justifique pelas exigências de Polícia.

Neste âmbito, já existe alguma legislação que prevê uma série de condicionantes, visando a proteção dos cidadãos, no que concerne à captação de imagens por parte das Forças de Segurança, que serão um pouco mais aprofundadas num subcapítulo mais adiante relativo à utilização de sistemas de CCTV por essas e fazendo uma comparação superficial com as BWC, que iremos analisar de seguida.

1.5. Body-Worn Cameras

As *Body-Worn Cameras*, segundo Miller, Toliver e o Police Executive Research Forum (2014), podem ser definidas como pequenas câmaras de vídeo, tipicamente instaladas na farda, capacete ou óculos do polícia, com capacidade para captar, do ponto de vista do polícia, gravações vídeo e áudio das atividades desenvolvidas pelos mesmos, incluindo operações de trânsito, detenções, revistas, interrogatórios e incidentes críticos como é o caso de tiroteios envolvendo polícias.

O Office of the Privacy Commissioner of Canada (2015) acrescenta ainda à definição anterior a possibilidade de submeter as imagens em *softwares* de análise, como os de reconhecimento facial, e a possibilidade de captar as conversas de terceiros no som de fundo.

Assim sendo é possível observar que

estas câmaras são uma ferramenta bem mais versátil do que as câmaras fixas dos sistemas de CCTV, pois para além de captarem som também são portáteis e permitem um maior acompanhamento das variadas situações que possam ocorrer, tendo-se a possibilidade de se possuir mais informação (Alves, 2017, p. 22).

A instalação das BWC nas fardas dos operacionais das Forças de Segurança deve ser estipulada pela instituição que representam e, segundo Miller et al. (2014), podem ser colocadas: i) no peito: onde é mais popular; ii) nos óculos: um bom local porque demonstra o ponto de vista do portador da BWC, porém o mesmo pode não utilizar óculos (impossibilitando a sua utilização) e, nos casos em que são utilizadas nos óculos, há relatos de que as câmaras podem magoar os portadores, ou em situações mais físicas lesionar os mesmos; iii) no ombro/colarinho: também oferece uma boa perspetiva, no entanto pode ser facilmente bloqueada pelo levantar dos braços, como por exemplo, quando é necessário apontar a arma; e iv) na arma: algumas Forças de Segurança acreditavam que era um bom local para auxiliar em situações com recurso à arma de fogo, todavia devia ser complementada com outra BWC por não oferecer uma perspetiva global do local envolvente.

Destarte, é possível definir as BWC como câmaras que gravam imagem e som, instaladas na farda do polícia (recorrentemente na zona do peito), por forma a captarem as ocorrências em que o polícia está inserido, do seu ângulo de visão. Posteriormente, essas

gravações podem ser úteis para a reconstituição de factos e como meio de recolha de informações.

Em Portugal esta tecnologia não está implementada em qualquer Força ou Serviço de Segurança, mas a nível mundial já existem várias Polícias que estão providas de BWC, tendo a exploração destas se iniciado no continente Europeu.

O Reino Unido foi o primeiro Estado Democrático a testar as BWC, tendo iniciado os primeiros testes em 2005, nos condados de Devon e Cornwall, mais concretamente na Polícia de Plymouth, em que os polícias utilizavam as câmaras na cabeça durante os policiamentos de eventos com grandes multidões (Police and Crime Standards Directorate, 2007). No ano seguinte, esta tecnologia foi testada no âmbito da violência doméstica nas Polícias de Plymouth e de Coventry, sendo que segundo o Police and Crime Standards Directorate (2006), as câmaras começaram por ser utilizadas na cabeça dos polícias e filmavam toda a interação com os envolvidos, permitindo captar as declarações iniciais das vítimas e todo o cenário do crime. Posteriormente, essas filmagens eram utilizadas pela acusação como meio de prova e como forma de desmotivar as vítimas a desistir ou a ocultar provas. A sua utilização foi-se proliferando pelo país e já se encontra instalada em vários Condados, incluindo na Polícia Metropolitana de Londres, segundo a Metropolitan Police (n.d.), e em algumas Polícias da Irlanda (Police Service of Northern Ireland, 2016)

O Ministro do Interior e das Relações do Reino da Holanda, em 2006, criou um programa para combater as agressões aos funcionários públicos, mais concretamente contra os polícias, tendo definido como uma das medidas a aplicar a instalação de câmaras nos carros-patrolha e nas fardas dos operacionais (Ham, Kuppens, & Ferwerda, 2011). Inicialmente a distribuição ocorreu em pequena escala e foram vários os relatos de que a qualidade das imagens não seria a mais apropriada, como tal os resultados pretendidos não se verificaram, o que obrigou a um investimento em equipamentos com qualidade superior por parte das Polícias regionais no ano de 2011 (Ham et al., 2011).

No hemisfério sul, em 2007, foram feitos os primeiros testes na Austrália, com resultados pouco conclusivos, sendo que, desde então a sua utilização tem vindo a ser revista (Taylor. 2016). O mesmo autor refere que em 2015 foi feito um investimento de 4 milhões de dólares para equipar os polícias de primeira linha com as BWC. O investimento do Governo australiano possibilitou a entrega deste equipamento, a quase todo o efetivo policial em diversas regiões como em Queensland, Tasmânia ou Vitoria, emergindo resultados muito

positivos, como mudanças de comportamentos de potenciais suspeitos por estarem a ser gravados, a produção de uma gravação de eventos independente e precisa, e uma redução de queixas “precipitadas” contra a conduta dos policiais, segundo Taylor, Lee, Willis e Gannoni (2017).

Os primeiros testes na América do Norte, ocorreram em 2009, no Canadá, na Polícia de Vitoria, segundo Smykla, Crow, Crichlow e Snyder (2016), com uma duração de quatro meses. As BWC foram distribuídas pelas patrulhas-apeadas e ciclo-patrulhas, tendo revelado que os policiais demoravam mais tempo a preencher relatórios sobre as gravações, não sendo revelado qualquer dado sobre a eficácia das mesmas. Em 2014 foi elaborado um estudo na Polícia de Toronto, que revelou resultados bastante positivos no que concerne às falsas queixas do público contra a conduta policial e no suporte que as gravações dariam em tribunal como meios de prova (Toronto Police Service, 2016).

No ano de 2012, os EUA iniciaram os primeiros testes com *Body-Worn Cameras* no seu efetivo. A utilização das referidas câmaras começou após uma série de casos mediáticos contra a polícia por utilização de força letal, com filmagens, muitas vezes, descontextualizadas por terceiros, segundo Lum et al. (2019). O primeiro Departamento a testar esta tecnologia foi o Departamento Policial de Mesa, em 2012, cujos resultados, um ano depois, se revelaram muito positivos, tendo diminuído o número de queixas contra a Polícia e o uso da força (Smykla et al., 2016). Em 2016, segundo o National Institute of Justice (2017), 60% dos Departamentos de Polícia locais e 49% dos *Sheriff's Offices*, já estavam equipados com BWC.

Em França, as BWC começaram a ser utilizadas pelos agentes da *Police Nationale* no ano de 2013, como meio de obtenção de prova, servindo de suporte às declarações dos agentes nos casos de desrespeito, resistência e violência contra esses e ainda como forma de identificar os autores de tais atos, segundo Fessard e Hourdeaux (2017). Em 2016, várias polícias municipais, como por exemplo de Nice e Marselha, iniciaram um projeto para testar o dispositivo de gravação, após uma reforma na Lei criminal, que terminou dois anos depois e resultou num relatório positivo sobre a utilização das câmaras (Berne, 2018).

A Alemanha, seguindo a tendência europeia, iniciou um projeto-piloto em 2013 com a instalação de *Body-Cams* na sua Polícia, com o intuito de documentar áudio e visualmente as atuações dos seus policiais, segundo Martini, Nink e Wenzel (2016). Este projeto-piloto foi iniciado na cidade de Frankfurt, no Estado Federal de Hessen, em pontos críticos, tendo

sido registado um resultado bastante positivo. Segundo fonte da Polícia Alemã (cit in Diehl & Schnack, 2015) o número de agressões a polícias, num momento em que a tensão era cada vez maior, começou a diminuir, graças à utilização das câmaras. No mesmo ano, a República Popular da China, equipou os seus polícias com BWC e após quatro anos da sua implementação, 80 a 90% das gravações, ajudaram a que a violência nas ocorrências não escalasse, levando a que os suspeitos não reagissem violentamente (Cheung, 2017).

Dando continuidade à expansão tecnológica nas Polícias europeias, em 2015, a Itália iniciou os primeiros testes das BWC nas Polícias de Turim e Milão, como forma de terminar com as acusações imputadas aos agentes, segundo Scarlino (2017) e Guccione (2017). Paralelamente, a Finlândia, iniciou os primeiros testes de BWC na Polícia de Helsínquia em 2015, que revelaram uma melhoria no comportamento dos polícias e dos suspeitos, aumentando a produtividade policial (Lehtonen, 2018).

Por sua vez, a Polícia de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, após testes intermitentes em 2012, implementou as BWC nos seus polícias (Al-Shehhi, 2018). Os resultados foram positivos, porém foram levantadas algumas questões do foro religioso no que concerne à filmagem de mulheres, especialmente quando estão envolvidas em situações consideradas indecentes (Al-Shehhi, 2018). No continente asiático, a Polícia de Singapura, equipou alguns dos seus operacionais com câmaras em 2015, porém não divulgou quaisquer resultados desde a sua implementação (Singapore Police Force, 2015).

Como é possível observar houve uma expansão e exploração mundial das BWC nas Forças de Segurança, entre todos os Continentes e com resultados e implementações variadas. Em Portugal, a tecnologia mais próxima que está disponível em algumas áreas da jurisdição da PSP, para além das mais recentes câmaras acopladas em veículos aéreos não tripulados, são os sistemas de CCTV, que serão descritos sucintamente no próximo subcapítulo, juntamente com uma analogia com o objeto de estudo, não só ao nível funcional, como também legislativo.

1.6. Sistemas de Videovigilância – CCTV

O sistema de videovigilância, ou de CCTV como é vulgarmente conhecido, pode ser definido como “um sistema em que um número de câmaras de vídeo estão conectados num circuito fechado ou em *loop*, com as imagens reproduzidas a serem enviadas para um monitor de televisão central e ao mesmo tempo gravadas” (Goold, 2004, cit in Vieira, 2011,

p. 15). Estes sistemas mostram-se como ferramentas com uma dupla função, por um lado apresentam-se como estratégias de prevenção criminal, segundo Piza (cit in Vilhena, 2019), mas também como auxiliar de investigação criminal, sendo um meio de obtenção de prova.

O Reino Unido foi pioneiro na adoção desta tecnologia e em 2018 já contava com 1.85 milhões de câmaras no espaço público, sendo que se estimava que um britânico seria captado 70 vezes por dia no sistema de CCTV (Welsh, Farrington, & Taheri, 2015). Atualmente, já são vários os países que contam com esta tecnologia nas suas ruas, tal como é o caso de Portugal que já tem sistemas de videovigilância em alguns locais, como por exemplo no Bairro Alto, em Lisboa, e em quase toda a extensão do município da Amadora. São vários os benefícios associados à CCTV, que

incluem: i) a prevenção criminal; ii) a antecipação de benefícios; iii) a difusão de benefícios; iv) o incremento da certeza de punição; v) a diminuição do tempo de resposta policial; vi) o auxílio da investigação criminal; vii) a possibilidade de identificar ofensores e testemunhas; viii) a recolha de informações; xix) a redução do sentimento de insegurança das populações; e x) o incentivo dos cidadãos a tomarem mais precauções (Vilhena, 2019, p.27)

A nível nacional os sistemas de CCTV já têm provas dadas no que toca à prevenção criminal, tendo sido registada uma redução da criminalidade de 11% no Bairro Alto, dezoito meses após a sua implementação (Pires, 2016). Não obstante, verificou-se uma migração da criminalidade para os arruamentos que não estão providos de CCTV (Pires, 2016), revelando assim uma fraqueza deste sistema. O efeito positivo deve ser justificado não só pela presença efetiva das câmaras, como também pela consciência por parte dos indivíduos de que as mesmas estão em funcionamento, tendo um resultado desmotivador, por aumentar o risco de o suspeito ser detetado e detido (Vilhena, 2019).

Legalmente a utilização dos Sistemas de Videovigilância pelas Força de Segurança em Portugal está regulamentada pela Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que prevê no seu artigo 3.º, como condicionante à utilização de câmaras de vídeo fixas, uma autorização do Ministro que tutela a Força de Segurança em questão, após parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd). Todavia, o que se observou foi uma rejeição, por parte da CNPD, da maioria dos pedidos sobre a instalação desta tecnologia em mais pontos do território nacional

(Vilhena, 2019). Atualmente, e após entrada em vigor da Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro que alterou a Lei da videovigilância, Portugal tem vindo a fazer uma maior aposta nesta tecnologia e a PSP socorre-se da mesma, dentro dos limites legais, como auxílio na missão policial, como os reportados por Pires (2016) no Bairro Alto e por Vilhena (2019) no município da Amadora.

Comparando agora os sistemas de CCTV e as BWC são encontradas algumas semelhanças. Ambos têm como finalidades a prevenção criminal e o auxílio à investigação criminal, tratando-se de meios de obtenção de provas, através do recurso à gravação de imagens. Porém, existem vários pontos divergentes que devem ser mencionados. Desde logo, os sistemas de CCTV permitem, a visualização de imagens de duas formas: em direto, pelo operador que está na Central de Controlo, ou o acesso posterior às imagens, até um máximo de 30 dias, com base no artigo 9.º da Lei n.º 9/2012. Na primeira situação ao operador é possível manobrar a câmara, efetuando por exemplo *zoom* e direcionando a mesma para onde pretende. Todavia, na segunda situação, a visualização das imagens é posterior ao momento em que as mesmas são captadas, então o operador apenas tem acesso à imagem que a câmara gravou, ou seja, não pode efetuar qualquer movimento ou ação com a mesma, o que pode ser uma limitação da sua utilização, pois não permite uma captação de imagem mais ampla. Comparando com as BWC, estas permitem aceder ao ponto de vista do utilizador, devido à sua instalação na farda do mesmo, o que é uma mais-valia na sua utilização, pelo melhor enquadramento da ocorrência. E o acesso às mesmas apenas ocorre numa fase posterior, não existindo ainda uma ligação a uma Central em *streaming*, apesar de já ter sido anunciada (Pasternack, 2018).

Como já foi referido o controlo da câmara no sistema de CCTV está entregue ao operador responsável, enquanto no caso das BWC a decisão de gravar a situação cabe ao agente portador do dispositivo, conferindo-lhe alguma autonomia e discricionariedade, dentro do estabelecido pela entidade responsável (por exemplo, a Força de Segurança ou Ministério que a tutela), ou seja, a gravação pode ser iniciada/terminada quando o portador da BWC desejar, dentro dos limites legais estabelecidos.

Um dos requisitos para a autorização de instalação dos sistemas de CCTV é a defesa dos direitos à privacidade dos cidadãos, com base nos princípios estabelecidos no artigo 7.º da Lei n.º 9/2012. Assim sendo, os sistemas não captam som e foram ainda criadas “máscaras”, que cobrem o interior de residências particulares ou de outros locais que possam

expor a vida privada dos cidadãos, permitindo apenas filmar a via pública e salvaguardando a intimidade das pessoas.

À luz do artigo 6.º da Lei n.º 9/2012, as BWC, como câmaras portáteis que são, poderiam ser incluídas na autorização para a instalação de câmaras fixas, porém o n.º 3 salvaguarda a autorização do membro do Governo que tutela a Força de Segurança e o parecer positivo da CNPD. O n.º 4 remete a utilização de câmaras portáteis para a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, atualizada pela Lei n.º 30/2017, de 30 de maio, onde no seu artigo 6.º admite o registo de voz e imagem, sem consentimento do visado, no âmbito da investigação de um crime previsto no artigo 1.º, como por exemplo tráfico de armas, estupefacientes, terrorismo, entre outros.

Por último, existe ainda uma pequena diferença entre os sistemas de CCTV e as BWC. Segundo Ariel, Sutherland, Henstock, Young e Sosinski (2018a), a mensagem de persuasão das BWC é muito maior que as CCTV, uma vez que o polícia ao ativar a câmara que transporta, envia um aviso direto ao indivíduo de que este está a ser gravado, enquanto os sistemas de CCTV podem passar despercebidos aos suspeitos, não os impedindo de cometer uma ação ilícita. Ou seja, como a probabilidade de o suspeito ser gravado pela BWC a cometer um ilícito é muito maior, resultará num efeito dissuasor superior do que nos sistemas de CCTV.

Como pudemos observar, os sistemas de CCTV e as BWC, apesar de serem tecnologias distintas e com características próprias, apresentam algumas similitudes. Ambos estão plasmados na legislação portuguesa, porém, como esta prevê, é necessária uma autorização do membro do Governo que tutela a Força de Segurança e um parecer não vinculativo da CNPD, o que pode ser um entrave à instalação das BWC e de mais sistemas de CCTV, apesar das provas dadas da utilidade dos últimos, em território nacional.

Capítulo 2 - Fundamentos e Externalidades das BWC

2.1. Impactos e benefícios das BWC

As BWC são propagandeadas como ferramentas potenciadoras de variados benefícios para a atividade policial, judicial, entre outras. Como já foi relatado, são vários os países que já investiram nesta tecnologia, ou que estão a iniciar projetos para implementar BWC nas suas Forças de Segurança. Assim sendo, inúmeros estudos foram conduzidos para avaliar o impacto e os benefícios que estes dispositivos efetivamente têm nas Polícias onde já foram implementados, mais concretamente: i) o aumento da transparência e da legitimidade policial; ii) a melhoria da conduta do polícia; iii) a melhoria da conduta do cidadão; iv) a resolução mais célere de queixas contra polícias; v) a utilização como meio de obtenção de prova para detenções e para a acusação; e vi) como ferramenta na formação policial. Assim sendo, de seguida faremos uma análise de cada um dos impactos e benefícios com base na literatura americana e anglo-saxónica.

2.1.1. Aumento da transparência e da legitimidade policial.

O aumento da transparência e da legitimidade policial é sem dúvida um dos argumentos mais fortes para os defensores da aplicação das BWC nas Forças de Segurança. Tendo em conta o escrutínio ao qual a atividade policial está cada vez mais sujeita, esta tecnologia apresenta a possibilidade de gravar as atuações dos polícias no terreno e esclarecer indubitavelmente a forma como são resolvidas pelos mesmos. Um artigo publicado na *Police Magazine* (cit in White, 2014) constatou que as BWC representariam o expoente máximo de transparência nas Forças de Segurança.

Segundo Sousa et al. (2017) o público acredita que as BWC irão aumentar a transparência policial, a confiança na Polícia e melhorar as relações entre polícias e cidadãos. Neste sentido vão também os resultados do estudo elaborado na Flórida, por Crow, Snyder, Crichlow e Smykla (2017), que indicam que 77.6% dos inquiridos concordam que as câmaras irão aumentar a legitimidade policial. Por sua vez, Taylor e Lee (2019) concluíram no estudo levado a cabo a 907 detidos na Austrália, que existe um forte apoio por parte destes à implementação das câmaras, desde que possam ser controladas de forma imparcial, e revelaram ainda que um dos benefícios seria a justiça e a imparcialidade.

Em Denver, nos EUA, tal como em várias Polícias americanas, os polícias têm que preencher um relatório quando recorrem à força física no contacto com qualquer cidadão, ficando o preenchimento desse relatório à responsabilidade do respetivo polícia. No estudo levado a cabo por Ariel (2016), no Departamento Policial dessa cidade, após a implementação das BWC, concluiu-se que a elaboração do relatório do uso da força aumentou em 15%, comparando com um grupo de controlo. Este resultado pode ser interpretado como um aumento da transparência e da responsabilidade por parte dos polícias, ou seja, ao saberem que a sua conduta está a ser gravada, os operacionais sentem-se na obrigação de preencher o relatório e reportar a situação em causa. Segundo Koen (2016), as BWC tornaram aspetos organizacionais como relatórios, a discricionariedade, o treino e as interações com os cidadãos, disponíveis para todos, e como tal sujeitas ao escrutínio público.

2.1.2. Impacto na conduta do polícia.

Nos EUA na sequência de uma série de eventos envolvendo o uso da força por parte dos polícias, o Governo fez um investimento de milhões de dólares na implementação de BWC nas suas Forças de Segurança, como forma de alterar a conduta dos polícias, tanto ao nível do uso da força como na redução de queixas externas à atuação destes (Merola, Lum, Koper, & Scherer, 2016). Relativamente à redução do uso da força por parte dos polícias, Ariel, Farrar e Sutherland (2015), realizaram um estudo no Departamento Policial de Rialto, em 988 turnos, durante doze meses, após a implementação das BWC. O estudo revelou uma quebra de 60% de incidentes registados com recurso à força por parte dos polícias, o que consequentemente levou a um decréscimo de 0.7 queixas do público contra polícias, por cada 1000 ocorrências, para 0.07.

No Departamento Policial de Mesa, no Arizona, durante o ano do programa piloto da implementação das BWC, foi testado o impacto das câmaras nos polícias e nas queixas contra eles, segundo o relatado por Miller et al. (2014). Estes autores constataram que o número de queixas contra polícias equipados com BWC, no geral, diminuiu cerca de 40% e, no caso de queixas por uso da força, a diminuição foi de 75%. Conclusões animadoras foram também as retiradas do estudo elaborado por Braga, Sousa, Coldren Jr. e Rodriguez (2018) no Departamento Policial de Las Vegas, tendo registado uma quebra de 16.5% de queixas relatadas por cidadãos contra polícias e ainda uma diminuição de 11.5% de incidentes com polícias que implicaram o uso da força. Nesta linha de pensamento o estudo elaborado por

Jennings, Lynch e Fridell (2015), registou uma redução de 53.4% de incidentes de resistência por parte dos suspeitos e ainda uma diminuição de 65.4% das queixas externas no Departamento Policial de Orlando.

No Reino Unido, Henstock e Ariel (2017) desenvolveram um estudo para apurar os efeitos das BWC na Polícia Britânica, durante seis meses, e concluíram que existiu uma diminuição no recurso à força em 50%. Porém este valor exclui as situações em que foram feitas algemagens com a colaboração do suspeito, pois essas aumentaram em 40%, o que pode indicar que os suspeitos são mais colaboradores quando estão sob o “olhar” de uma BWC, reforçando a capacidade dissuasor que as BWC possuem. Ainda no Reino Unido, no que concerne às queixas apresentadas contra os policiais, segundo Goodall (2007), no projeto levado a cabo em Plymouth, registou-se uma redução de 14.3% nos seis meses do projeto.

Por outro lado, Ariel (2016) encontrou resultados menos animadores no Departamento Policial de Denver, Colorado, no que concerne à redução de queixas contra os policiais. Existiu uma redução de 35% de queixas por uso da força, porém, paralelamente registou-se um aumento de 14% de queixas por má conduta dos policiais. Segundo Ariel (2016), este aumento pode ser explicado pela consciencialização dos cidadãos de que o comportamento do polícia está a ser gravado, logo a sua queixa terá um fundamento mais sólido e reclamam por qualquer conduta que achem desadequada. Porém, o mesmo argumento pode ser utilizado para os casos em que se registou uma diminuição das queixas em geral contra a conduta dos policiais, ou seja, os cidadãos tomam consciência de que estão a ser gravados logo não apresentam tantas queixas quando estas não reúnem pressupostos para tal.

Segundo Lum et al. (2019), a consciencialização de que a atuação do polícia está a ser gravada, leva a um desincentivo a quem quer apresentar queixas contra policiais, principalmente as de natureza maliciosa ou impulsiva, por saberem que estas não têm fundamento suficiente e que as gravações o comprovam. Em Boston, o estudo de Braga, Barao, McDevitt e Zimmerman (2018) revelou que, apesar da redução do uso da força ser estatisticamente pouco significativa, a redução do número de queixas e do preenchimento de relatórios do recurso à força foi estatisticamente significativa.

A redução do número de incidentes com uso excessivo e desproporcional da força, resultante da implementação das BWC nos Corpos de Polícia, não é um fenómeno garantido. O que se pode constatar é que em algumas Forças de Segurança, através dos relatórios do

uso da força que os polícias têm que preencher e ainda pela diminuição do número de queixas apresentadas pelos cidadãos, existiu de facto um menor recurso à força. Este facto pode ser justificado pela maior consciencialização por parte dos polícias e dos cidadãos de que o seu comportamento está a ser gravado e, conseqüentemente, ter um efeito dissuasor, tanto no emprego da força por parte do polícia, como na colaboração do cidadão às ordens do polícia. Por outro lado, o número de queixas contra os polícias aumentou em alguns casos, devido ao incremento da consciencialização dos cidadãos de que o comportamento do polícia está a ser gravado e como tal existe uma “prova mais sólida” para a queixa contra o polícia (Ariel, 2016).

No que concerne a detenções, também surgem resultados mistos e algo contraditórios. O estudo realizado por Ariel (2016) por exemplo verificou que no grupo de controlo, onde não existiam BWC, a probabilidade de existir uma detenção era 18% maior. Neste sentido, também Koen (2016) constatou que os polícias sentiram algum impacto das BWC na sua discricionariedade, o que os levava a ter uma conduta mais cautelosa com questões legais, mas similarmente explicaram que se sentiram mais desconfortáveis por deixarem passar infratores com um simples aviso verbal ou escrito.

Também Ready e Young (2015), no Departamento Policial de Mesa, Arizona, constataram que o grupo de voluntários a utilizar as BWC revelou uma maior iniciativa nas interações com o público e passou mais autos de contraordenações, porém relativamente às detenções, não houve alterações substanciais, sendo que, no que concerne à proatividade policial houve uma maior precaução antes de ser dada voz de detenção. Por outro lado, Katz, Kurtenbach, Choate e White (2015) utilizaram o número de detenções para determinar o impacto das BWC no policiamento do Departamento de Phoenix, tendo registado um aumento de detenções em 42.6% em comparação com o período pré-câmaras. Também Braga et al. (2018) comprovaram um aumento de detenções e de elaboração de autos de contraordenações no grupo equipado com BWC, no Departamento Policial de Las Vegas. Ou seja, comprovando o argumento de que as BWC aumentam a proatividade policial.

Segundo, Rowe, Pearson e Turner (2017), para muitos polícias as câmaras restringem o seu critério de atuação, sendo que em casos de violência doméstica, quando há registo de lesões físicas, o polícia sente a obrigação de tomar medidas, como a detenção, por forma a separar o casal. Mesmo que a situação em si, na perspetiva do polícia, seja apenas um simples desentendimento familiar e que não se justificaria a detenção, este sente a obrigação de tomar

medidas. Ou seja, as próprias BWC desempenham um papel imperial no cumprimento da letra da Lei, evitando situações de má avaliação das ocorrências por parte dos polícias no terreno e/ou no emprego desadequado de medidas de polícia.

2.1.3. Impacto na conduta do cidadão.

Outro argumento utilizado para apregoar a necessidade de implementação de BWC nas Forças de Segurança é a capacidade dissuasora e modeladora de comportamentos que as mesmas têm no público. Principalmente nos indivíduos mais agressivos, aumentando a sua obediência e respeito pelo polícia, mas também o impacto que estas câmaras têm na cooperação entre os cidadãos e a Polícia e a sua disposição para recorrerem às Forças de Segurança.

Barela (2017) após ter elaborado um estudo comparativo de três anos antes e três anos após a implementação das BWC no Departamento Policial de Las Vegas, concluiu que não existiu uma diferença significativa no comportamento do polícia, porém, esta atitude não é idêntica em relação ao comportamento do público para com a Polícia. Neste sentido, o autor comprovou que as câmaras têm, efetivamente, um poder dissuasor nos indivíduos, quando estes estão conscientes de que as suas ações estão a ser gravadas. Também Jennings et al. (2015), verificaram uma melhoria no comportamento do público para com os polícias, tendo registado uma redução de 53.4% de incidentes com resistência. Ellis, Jenkins e Smith (2015), consolidam esta informação, pelo facto de reportarem uma redução de 36% de crimes de agressões contra polícias, em comparação com o ano anterior quando não estavam distribuídas BWC à Polícia de Hampshire. Com resultados estatisticamente menos significativos, Jennings, Fridell, Lynch, Jetelina e Gonzalez (2016), relatam que as situações de resistência caíram 8.4% em doze meses no grupo equipado com BWC, enquanto no grupo de controlo houve um aumento de 3.4%.

Por outro lado, Ariel et al. (2016), encontraram resultados díspares dos anteriores, tendo registado um incremento de 15% de agressões a polícias quando estes estão equipados com as BWC, em comparação aos polícias sem este dispositivo. Segundo Ariel et al. (2018b), este aumento traduz-se numa probabilidade de 37% de um polícia ser agredido, em comparação com o grupo de controlo, justificada pela teoria da autoconsciência. Ou seja, segundo Ariel et al. (2018b), os polícias que usavam as BWC, em situações de maior *stress*,

expõem-se mais ao risco de serem agredidos, por se sentirem mais salvaguardados com as gravações recolhidas.

No entanto, como é perceptível, este argumento parece não apresentar um fundamento sólido. Existem estudos que indicam que efetivamente é perceptível uma redução da violência dos cidadãos contra os polícias equipados com as BWC, não obstante, o estudo de Ariel et al. (2016) apresenta resultados contraditórios aos anteriores. Segundo Lum et al. (2019), foram ainda elaborados seis estudos, com resultados pouco expressivos no que concerne a agressões a polícias ou a relatos de resistência por parte dos cidadãos.

Existem ainda outros fatores relacionados com o comportamento do cidadão que poderiam ser estudados, tais como: a predisposição para o cidadão chamar a Polícia quando tem notícia de um crime, sabendo que o mesmo está equipado com uma BWC e a cooperação do cidadão (testemunha/vítima/informador) com o polícia por este estar equipado com uma BWC. No primeiro caso, há apenas um estudo elaborado que aborda essa vertente, porém as conclusões não são explícitas, sendo que, o segundo fator foi também objeto de estudo, mas com conclusões pouco significativas, segundo, Lum et al. (2019).

Por sua vez, relativamente ao número de crimes e às contraordenações praticadas pelos cidadãos, na presença de um polícia equipado com uma BWC, com base no estudo de Ellis et al. (2015), verificou-se uma redução de 18%, sendo que o crime com maior redução é o crime de ameaças, que caiu 44%. Também com recurso a uma comparação entre os crimes registados em 2009, numa fase prévia à implementação das BWC nas Polícias de Aberdeen e Paisley, em 2010, o ODS Consulting (2011), constatou uma redução da incidência criminal em 26% na área do estudo. Com dados estatisticamente menos relevantes, Goodall (2007), registou também um decréscimo da criminalidade geral, não sendo possível determinar um nexo de causalidade entre a implementação das BWC na Polícia de Devon e Cornwall e a redução da criminalidade.

Relativamente ao impacto que este tipo de tecnologia pode ter no público, principalmente nas interações entre este e os polícias, existem várias ideias apregoadas. Todavia, como os estudos com foco nesta vertente são relativamente reduzidos, existem alguns resultados contraditórios, não sendo possível afirmar com toda a certeza de que a utilização das BWC por parte dos polícias reduz efetivamente a resistência dos cidadãos face às Forças de Segurança e as agressões aos elementos dessas Forças, ou que aumenta a colaboração com a Polícia ou que tem um impacto na criminalidade da área em questão.

2.1.4. Resolução célere das queixas dos cidadãos.

A apresentação de queixas contra a conduta dos polícias dá o mote à instauração de um processo disciplinar e, caso seja uma queixa no âmbito criminal, inicia-se também um processo-crime. A resolução deste tipo de processos pode ser morosa, uma vez que as situações muitas vezes apenas têm fundamento em versões díspares das partes, ou seja, não existindo provas mais sólidas como testemunhas ou imagens (White, 2014). Contudo, as BWC apresentam-se como ferramentas potencialmente facilitadoras para a resolução de situações semelhantes a estas.

Segundo ODS Consulting (2011), o tempo de resolução de queixas contra polícias diminuiu substancialmente, quando se verificava a presença de uma BWC no local da ocorrência. Também Braga et al. (2018) constataram que a presença das BWC nos encontros entre os polícias e o público resulta numa resolução mais célere de alegadas queixas contra a conduta dos polícias. A explicação para estas conclusões é a possibilidade que as BWC oferecem de gravar toda a interação e o acesso à mesma ao departamento disciplinar competente para avaliar a ocorrência. Um outro facto constatado por estes autores é que o número de queixas contra polícias, com efetivo fundamento, era relativamente baixo, uma vez que muitas das reclamações ocorriam no “calor do momento” e de forma impulsiva e irracional. As BWC oferecem ainda a informação adicional, enquadrando devidamente a situação e justificando a conduta do polícia, como por exemplo a necessidade de recorrer à força para fazer uma detenção a um suspeito pouco colaborante.

A resolução destas situações em alguns casos foi imediata, através do acesso às imagens na hora, levando o queixoso a desistir de formalizar essas queixas (White, 2014). Todavia as imagens não são utilizadas apenas para ilibar o polícia, pois quando este comete uma infração, ou não cumpre com o estabelecido nas normas internas, essa gravação pode ser utilizada contra o mesmo e permitir uma célere resolução da queixa.

2.1.5. Meios de obtenção de prova para detenções e acusação.

As BWC são ainda anunciadas como possíveis meios de obtenção de provas, com a capacidade de fornecer uma perspetiva próxima, “do campo de visão” do polícia, da ocorrência em questão, sendo que, a existência desta tecnologia é fundamental no auxílio à investigação criminal. Desde logo, na obtenção de um maior número de confissões, em vez

de processos judiciais que se prolongam morosamente em tribunal, segundo Goodall (cit in White, 2014).

No que concerne ao tempo de resolução dos casos, segundo UK Home Office (cit in White, 2014), no estudo levado a cabo no Reino Unido, foi possível apurar uma redução de 22.4% do tempo do agente envolvido na elaboração de expediente e de todo o trabalho administrativo que uma ocorrência implica, o que se traduz num incremento de 50 minutos por cada turno de 9 horas.

Relativamente à utilidade das BWC em tribunal, Merola et al. (2016) concluíram que 93% dos procuradores que foram entrevistados no seu estudo, afirmaram que utilizaram as suas gravações para acusar os suspeitos. No que concerne a ocorrências de violência doméstica, Owens, Mann e McKenna (2014), concluíram que o número de processos judiciais aumentou, quando se verificava que o polícia estava equipado com uma BWC, o que pode ser justificado pela força jurídica das gravações, como meios de prova.

2.1.6. Ferramenta na formação policial.

A utilização de BWC vai muito além da atividade operacional e de ser um mero auxílio à investigação criminal e ao processo judicial, sendo uma ferramenta com várias potencialidades no que concerne à formação dos policiais. O acesso às imagens captadas no decorrer de situações reais, pode ser bastante pedagógico para a formação inicial de novos policiais, bem como, a possibilidade dos próprios policiais equipados com as BWC reverem a sua atuação perante determinada ocorrência e corrigirem certos procedimentos ou condutas que tenham tido.

O Comandante da Polícia de Miami (cit in White, 2014), após algum tempo de utilização das BWC na formação dos seus novos policiais, refere que “nós conseguimos gravar situações, em cenário de treino, e depois vamos revê-las e mostrar ao aluno, ao recruta, ao polícia, o que fizeram corretamente, o que fizeram mal, e o que se pode melhorar” (p.25). Também na Polícia norueguesa, o estudo de Phelp, Strype, Le Bellu, Lahlou e Aandal (2016), debruçou-se sobre a aplicação das BWC na formação e quais os resultados que foram sentidos nos alunos. Neste sentido, concluíram que a utilização desta tecnologia no treino dos seus policiais, conjugada com intervenções sistemáticas por parte dos formadores e com base em simulações, incrementou a aprendizagem, principalmente no âmbito da tomada de decisão e na comunicação. No que concerne à tomada de decisão,

também Richards et al. (2017), verificam que as *Body-Worn Cameras* são uma mais-valia na formação e propõem ainda, entre outras hipóteses, que no futuro sejam utilizados cenários, com base numa plataforma de realidade virtual, que forneçam uma visão 360° ao polícia, mas que mantenham os níveis de *stress* e perigosidade os mais aproximados da realidade.

2.2. Limitações e preocupações relativas às BWC

As BWC apresentam-se como ferramentas auxiliares à atividade operacional, com impacto no comportamento e na conduta do polícia, do cidadão e dos detidos, como ferramenta necessária na formação de novos policiais, mas também como retificadora de condutas ou procedimentos incorretos, e ainda como meio de obtenção de prova, providenciando testemunhos fundamentais para processos disciplinares e judiciais. Todavia, são perceptíveis algumas limitações e algumas preocupações que se levantam, principalmente no âmbito do direito à privacidade dos cidadãos e dos policiais, a possíveis consequências indesejadas e, por último, a discricionariedade no momento da ativação das câmaras por parte dos policiais no terreno.

2.2.1. Privacidade dos cidadãos.

A CRP prevê, no seu artigo 26.º n.º 1, o direito à reserva da intimidade da vida privada para todas as pessoas, salvaguardando a sua privacidade. No âmbito da recolha de imagens, como já analisámos no capítulo 1, existe legislação que prevê a captura de imagens, por parte da Polícia, com critérios bastante rigorosos, mas com a finalidade de proteger todos os cidadãos. É então necessário que exista um equilíbrio entre as necessidades de utilização das BWC e a privacidade dos cidadãos.

No que concerne às BWC, segundo White (2014), existem Estados, nos EUA, que obrigam a um consentimento de ambas as partes, ou seja, não só implica o consentimento do polícia em utilizar o equipamento, como do próprio cidadão que está a ser filmado. No projeto-piloto levado a cabo na Polícia de Toronto, foi dito aos policiais que, sempre que possível e quando se encontrassem num local privado, questionassem se o visado consentia com a gravação e, caso este não consentisse inicialmente ou posteriormente, a gravação teria que cessar de imediato (Toronto Police Service, 2016). As únicas exceções seriam os casos em que o polícia tinha um mandado de busca ou se a gravação seria num local público.

No relatório da Polícia de Toronto, foi possível apurar que 59% dos polícias relataram que nos seus encontros com membros do público raramente ou nunca lhes foi pedido para desligar a câmara (Toronto Police Service, 2016). O que indica que, para os próprios cidadãos, a utilização das câmaras por parte das Forças de Segurança não levanta grandes questões no que concerne à sua privacidade. Quando questionados se consideravam uma violação à sua privacidade, apenas cerca de 1/3 dos questionados indicavam que poderia ser uma preocupação (Toronto Police Service, 2016). Neste sentido, vão também os resultados do relatório da Polícia de Edmonton, onde apenas 8% da sua amostra se mostrou preocupada com questões como a vigilância e a privacidade, vendo as BWC apenas como mais uma invasão tecnológica (Edmonton Police Service, 2015).

Porém, mesmo com o consentimento, existe uma preocupação acrescida relativa aos transeuntes que são gravados em terceiro plano e que não estão envolvidos na ocorrência em questão, o que pode levantar alguns dilemas segundo Hinds (cit in White, 2014). Se os mesmos se encontrarem na via pública não existirá qualquer violação da sua privacidade, no entanto, é necessária uma análise jurídica, no que concerne às gravações em espaços privados, por forma a garantir o direito à reserva da intimidade da vida privada.

2.2.2. Privacidade dos Polícias.

Uma das razões que leva alguns polícias a ter uma atitude e um comportamento reticente face à implementação das BWC é o facto de as entenderem como uma intrusão à sua privacidade durante o serviço que estão a desempenhar. Segundo Abdollah e Stanley (cit in White, 2014) alguns polícias desconfiavam de que as suas conversas pessoais, no decorrer do serviço, seriam ouvidas pelos seus superiores, de forma a controlá-los e a utilizá-las em processos disciplinares ou a afetar a sua promoção na carreira. White (2014) encontrou preocupações semelhantes nos polícias que seriam equipados com as câmaras.

Estas preocupações foram levantadas e exteriorizadas fortemente pelos sindicatos de alguns Departamentos Policiais dos EUA, reclamando que as BWC iriam ter um papel violador em relação à privacidade dos operacionais dessas Forças, segundo Celona (cit in White, 2014). No entanto, houve departamentos que souberam lidar com a situação, por exemplo o de Phoenix, que envolveu os agentes desde o início do projeto, para que soubessem os objetivos e esclarecessem todas as dúvidas, segundo White (cit in White, 2014). Em Mesa, foi criado um grupo de trabalho com polícias das várias valências e

serviços do Departamento para que se pudesse fazer uma integração mais adequada e menos controversa possível, segundo o Departamento Policial de Mesa (cit in White, 2014). Ou seja, para evitar uma rejeição ou desconfiança dos policiais, as estruturas de Comando devem equacionar o envolvimento desses desde o início dos projetos de implementação das BWC, evitando situações de reprovação como as relatadas em White (2014).

2.2.3. Consequências indesejadas.

É importante lembrar que, no decorrer das suas funções, os policiais têm vários tipos de interações com o público, sendo que, inevitavelmente vão gravar momentos constrangedores e que podem melindrar as pessoas, inclusive as próprias vítimas (Perkins, 2018), o que pode desencorajar as mesmas a relatar determinadas situações que as deixe incomodadas. Perkins (2018) refere ainda que as câmaras podem ter um efeito indesejado em alguns casos de violência doméstica. Tenha-se como exemplo um caso em que a Polícia chega ao local e o agressor já está calmo, o que fica na gravação dessas imagens é uma conduta pacífica por parte do agressor, o que pode ser uma benesse para o mesmo, ficando apenas a sua palavra contra a da vítima.

Neste âmbito há que ressaltar as situações em que as câmaras se tornam dissuasoras de condutas que, à luz das normas podem ser aplicáveis. As BWC apresentam como efeito perverso uma alteração à tomada de decisão por parte dos policiais, sendo que estes refletem mais sobre a sua conduta antes de a executarem (Rowe et al., 2017). Esta conclusão pode ser alarmante, uma vez que em situações de maior *stress*, nas quais os policiais têm que decidir em questões de segundos, não podem perder tempo a refletir nas suas ações por estas estarem a ser filmadas. Semelhante questão é o emprego mais comedido de força devido à presença das BWC, quando se justificava e seria necessário a utilização de força mais musculada, pondo em risco a segurança dos policiais e, possivelmente, de terceiros. Neste ponto, Dymond e Hickman (2017), falam no excesso de dissuasão que pode afetar a discricionariedade e a indulgência em situações que são necessárias, levando os policiais a recusarem-se a utilizar a força ou, em casos mais extremos, à falta de vontade de se empenharem, reduzindo a proatividade policial.

Há ainda mais duas preocupações que alguns Comandantes de Forças de Segurança mencionaram, no estudo de Smykla et al. (2016). Desde logo é manifestada uma preocupação com a obtenção “forçada” de provas contra a conduta dos policiais, ou seja, um

aproveitamento das filmagens para acusações indiscriminadas contra o polícia. Por último, indo ao encontro da anterior, há alguma apreensão face aos *media*, que poderão utilizar as imagens para escrutinar ainda mais a atividade policial e, de alguma forma, difamar a imagem da Polícia e dos seus operacionais.

Por último, é levantado um sério problema sobre o apoio da organização e o acréscimo de *burnout* que as BWC acarretam para os polícias que estão equipados com elas. Segundo Adams e Mastracci (2018) a utilização das BWC aumenta o *stress* nos polícias, podendo levar a situações de *burnout*, sendo que, a percepção que os polícias tinham sobre o apoio da organização diminui, dificultando a resolução das situações anteriores.

2.2.4. Ativação das BWC.

Um dos problemas que é apontado às BWC é a discricionarieidade no momento da ativação das mesmas. As Forças de Segurança que adotam esta tecnologia para os seus operacionais, por norma, elaboram um manual de utilização a esclarecem sobre as situações em que as câmaras têm que estar ligadas e a gravar. Porém, a avaliação da ocorrência cabe ao portador da BWC, ou seja, a quem toma a decisão de iniciar a gravação. Não se tratando em si de um problema técnico, é uma preocupação levantada por aqueles que podem ser filmados e, de certa forma, não têm confiança na Força de Segurança.

De certa forma é possível afirmar que o polícia é o realizador da gravação, decidindo quando ligar/desligar a câmara e quais as gravações que podem ser utilizadas como meios de obtenção de provas (Taylor & Lee, 2019). O estudo de Taylor e Lee (2019), com base na opinião de 907 detidos teve conclusões interessantes relativamente à opinião destes face à utilização de BWC nos polícias. Apesar de, na generalidade, concordarem que a implementação de BWC é uma boa ideia, foram ainda apuradas respostas em que são relatadas preocupações relacionadas com a manipulação, modificação e deturpação de imagens, ou seja, pondo em causa toda a veracidade e legitimidade do trabalho policial.

Para colmatar algumas preocupações deste âmbito, Ariel et al. (2018a) sugerem que se pode automatizar a ligação da BWC com o auxílio de um GPS, por exemplo: quando se sai do carro-patrolha, quando as sirenes são ligadas, no momento em que retira as algemas ou empunha a arma, entre outros. Sendo que, mais difícil seria o controlo da desativação da câmara, sendo aconselhável o preenchimento de um relatório que justificasse o momento em que a câmara é desligada.

2.3. Percepção dos Polícias

A implementação das BWC, como já foi possível constatar, está a proliferar pelo globo e de forma a garantir a sua recetividade nas Forças de Segurança, os polícias que serão equipados com as mesmas estão a ser integrados nos respetivos projetos de implementação. Uma das formas de os integrar nesses projetos é recorrendo a questionários sobre a sua opinião, para que se possa fazer um levantamento de potenciais questões, dúvidas ou preocupações que possam ter face às BWC.

Na generalidade, os vários estudos já elaborados neste âmbito, apontam para uma recetividade progressiva por parte dos polícias, desde o momento de pré-implementação até à utilização mais recorrente das BWC por parte dos mesmos (Lum et al, 2019). Jennings et al. (2014), numa fase preliminar à implementação das BWC na Polícia de Orlando, relataram que os polícias se mostravam bastante recetivos face a essa nova ferramenta por poder ser benéfica para o seu trabalho diário. Na continuação do estudo anterior, Jennings et al. (2015), relataram ainda que, de uma forma abrangente, os polícias que utilizaram BWC na fase experimental tinham uma opinião bastante positiva sobre as mesmas, destacando a sua utilidade para a recolha de provas, como meio auxiliar no preenchimento de relatórios, como forma de melhorar a sua conduta durante o serviço e, de forma geral, todo o trabalho policial, através da visualização das gravações das suas atuações.

Um estudo bastante interessante, desenvolvido por Gaub, Choate, Todak, Katz e White (2016) em três Departamentos Policiais, concluiu que as opiniões dos polícias face à implementação de BWC variava entre Departamentos. Por exemplo, os polícias do Departamento Policial de Phoenix apresentavam uma percepção negativa, com maior grau de incerteza sobre os seus benefícios, por sua vez, os resultados no Departamento de Tempe foram opostos, com opiniões largamente positivas, sendo que o Departamento de Spokane revelou resultados pouco relevantes, mantendo-se num certo limbo (Gaub et al., 2016). No entanto, em todos os Departamentos foi possível verificar uma melhoria na opinião geral dos seus polícias face ao uso e ao conforto das BWC, no decorrer da sua utilização.

A utilização das BWC nas Forças Especiais de dois Departamentos Policiais dos EUA, segundo Gaub, Todak e White (2018), revelou-se distinta dos Departamentos onde a aplicação foi restrita às equipas dedicadas ao patrulhamento. Todavia, apesar das funções e

da missão distinta que lhes está atribuída e de algumas alterações que alguns apontaram como necessárias, as Forças Especiais revelaram um apoio geral às BWC.

No estudo de Koen (2016), que tem por base a percepção dos Polícias do Departamento de Sunnyvale, foi possível constatar alguma ansiedade prévia nos operacionais, face à implementação das BWC no seu trabalho corrente, por receio de que estas pudessem ser utilizadas contra eles pelos seus superiores. No entanto, com o passar do tempo, os portadores das BWC, concluíram que a finalidade destas não era prejudicá-los e que lhes forneciam variados benefícios para a sua atividade diária, aceitando progressivamente a sua instalação. Caso semelhante é o do estudo de Guffey, Berford e Jones (2018), que após a instalação das BWC na farda dos policiais e de estes terem comprovado os seus benefícios, os autores constataram que a atitude dos operacionais perante esta tecnologia melhorou bastante, demonstrando maior receptividade.

Um estudo mais aprofundado na Carolina do Sul revelou a opinião dos policiais face às BWC em diversos âmbitos. De uma forma geral, a opinião foi positiva e de concordância no que concerne à possibilidade de estas reduzirem os incidentes com recurso à força, as queixas dos cidadãos contra os policiais, os casos de má conduta dos policiais, de aumentarem a proteção dos policiais face a queixas impulsivas de cidadãos, de melhorarem a interação com o público e a confiança deste e ainda aumentarem o apoio na justiça, para que seja vista como mais responsável perante o público (McLean, Wolfe, Chrusciel, & Kaminski, 2015). Porém, as opiniões são de discordância relativamente à possibilidade de estas aumentarem a obediência dos cidadãos e a hesitação nos momentos em que a Polícia deve utilizar a força, e ainda, de diminuírem as agressões a policiais e a sua proatividade (McLean et al., 2015).

Resultados semelhantes são também os do estudo de White, Todak e Gaub (2018) no Departamento Policial de Tempe, no Arizona. Numa primeira fase de pré-implementação das BWC, as opiniões dos policiais eram bastante positivas, indo de encontro com as registadas por McLean et al. (2015). Todavia, é de destacar que ao longo das 6 fases do estudo, sendo que as últimas 4 já ocorrem após a implementação desta tecnologia nesta Polícia, a opinião dos policiais ou permaneceu positiva ou melhorou substancialmente nas variadas áreas, como por exemplo na crença de que devido às BWC a qualidade das provas iria melhorar. No mesmo sentido foram os resultados obtidos por Pelfrey Jr e Keener (2018), que realizaram um estudo pré e pós implementação e obtiveram opiniões bastante positivas face às BWC, tendo aumentado posteriormente à sua instalação.

Por sua vez, esta receptividade dos polícias pode ser influenciada por fatores externos à sua própria experiência. Segundo Young e Ready (2015), a opinião dos polícias em relação às BWC pode ser influenciada pela participação destes em eventos em conjunto com outros polícias, já equipados com essa tecnologia e onde ocorre uma troca de conhecimentos. Kyle e White (2017) apontam ainda como fator influenciador da opinião dos polícias a conceção que têm da justiça organizacional no âmbito disciplinar, isto é, o nível de justiça que a organização demonstra no tratamento dado a processos disciplinares. Se a percepção que os polícias têm sobre a sua organização é de injustiça, face a este tipo de casos, então é presumível que exista algum ceticismo em relação à implementação de um meio que sintam que os está a vigiar constantemente. “Por outras palavras, quanto maior for o nível de justiça organizacional percecionada pelos polícias dessa organização, melhor ponto de vista terá sobre as BWC” (Lum et al., 2019, p. 104). No entanto, esta ideia não é transversal pelos Departamentos Policiais onde foi testada, sendo que os estudos de Lawshe, Huff, Katz e Webb (cit in Lum et al., 2019) não encontram relevância para este fator. Um outro fator encontrado por Tankebe e Ariel (cit in Lum et al., 2019), foi o nível de comprometimento com a própria organização, sendo que, quanto maior esse fosse, menos cétricos e resistentes à implementação das BWC seriam os polícias.

Na generalidade os estudos apontam como razão para uma opinião mais comumente positiva o sentimento de proteção que as BWC lhes dão do público, principalmente contra as queixas mais fervorosas ou com apenas uma versão sobre a conduta do polícia (Lum et al., 2019). Todavia, a opinião de que as BWC podem melhorar a conduta dos polícias não é generalizada, pois se assim fosse, subentendia-se que globalmente os polícias estariam a atuar de forma inapropriada ou contrária ao que está estabelecido normativamente. Neste sentido, estudos como o de Sandhu (cit in Lum et al., 2019), reportam que a opinião positiva dos polícias se deve ao possível impacto que as BWC podem ter nos comportamentos dos cidadãos, ou seja, não só salvaguardando as suas intervenções de queixas desproporcionais ou injustificadas, como também de possíveis casos de resistência e coação.

Contudo, foram registados alguns casos em que a opinião dos operacionais não foi tão positiva quanto a generalidade dos estudos, justificadas essencialmente por questões muito específicas (Lum et al., 2019). Por exemplo, Katz, Choate, Ready e Nuno (2014) apontam algumas questões técnicas como problemas identificados pelos questionados, tais como: i) a necessidade de ter conhecimentos informáticos; ii) o tempo de que demora a

efetuar o *download* das imagens; iii) o aumento da carga de trabalho, devido à elaboração de relatórios; e iv) a possibilidade de as gravações serem utilizadas contra os próprios.

Capítulo 3 - Método

O presente capítulo é inteiramente dedicado ao método utilizado na presente investigação. É feita a definição do método, uma explicação sobre o modelo conceptual, as hipóteses de investigação e os instrumentos utilizados para a recolha de dados e para a sua análise, o *corpus* é definido e por último, é ainda elaborada uma descrição dos procedimentos tomados.

Desde logo, é possível definir o método como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdades –, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 83). Neste sentido surge também a definição de Prodanov e Freitas (2013), sendo que o “método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento” (p. 24). É possível afirmar, de forma sucinta, que o método é o caminho pelo qual se segue desde o problema de investigação até aos resultados finais, ou por outras palavras, é a forma como se alcançam as conclusões e se produz conhecimento.

A investigação pode ser classificada em relação aos objetivos como um estudo de carácter descritivo e exploratório, uma vez que, numa primeira etapa de base teórica, contém uma larga análise de documentos contextualizados com a temática e, mais concretamente com a nossa problemática de investigação. Com base em Gil (2008), uma pesquisa de natureza exploratória tem como finalidade a obtenção de uma visão geral de um concreto objeto, através da pesquisa e da recolha de referências bibliográficas, tal como foi desenvolvido no segundo capítulo da presente Dissertação. São ainda empregues métodos quantitativos no que concerne à recolha de dados, ou seja, é feita uma “colheita de dados, observáveis e quantificáveis, que existem independentemente do investigador, revestindo-se de bastante importância na garantia da precisão dos resultados” (Fortin, cit in Vilhena, 2019, p.37).

A investigação é caracterizada ainda por ter uma finalidade de natureza aplicada, que “procura produzir conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 126). No fundo o que pretendemos alcançar com o estudo são soluções para a problemática de investigação.

3.1. Modelo conceptual e hipóteses de investigação

A presente investigação tem por base o modelo conceptual demonstrado pela Figura 1, onde são perceptíveis as ligações entre as variáveis e as hipóteses em estudo, tendo por base o objetivo geral de apurar a percepção dos polícias com funções operacionais na Divisão Policial da Amadora sobre as *Body-Worn Cameras*.

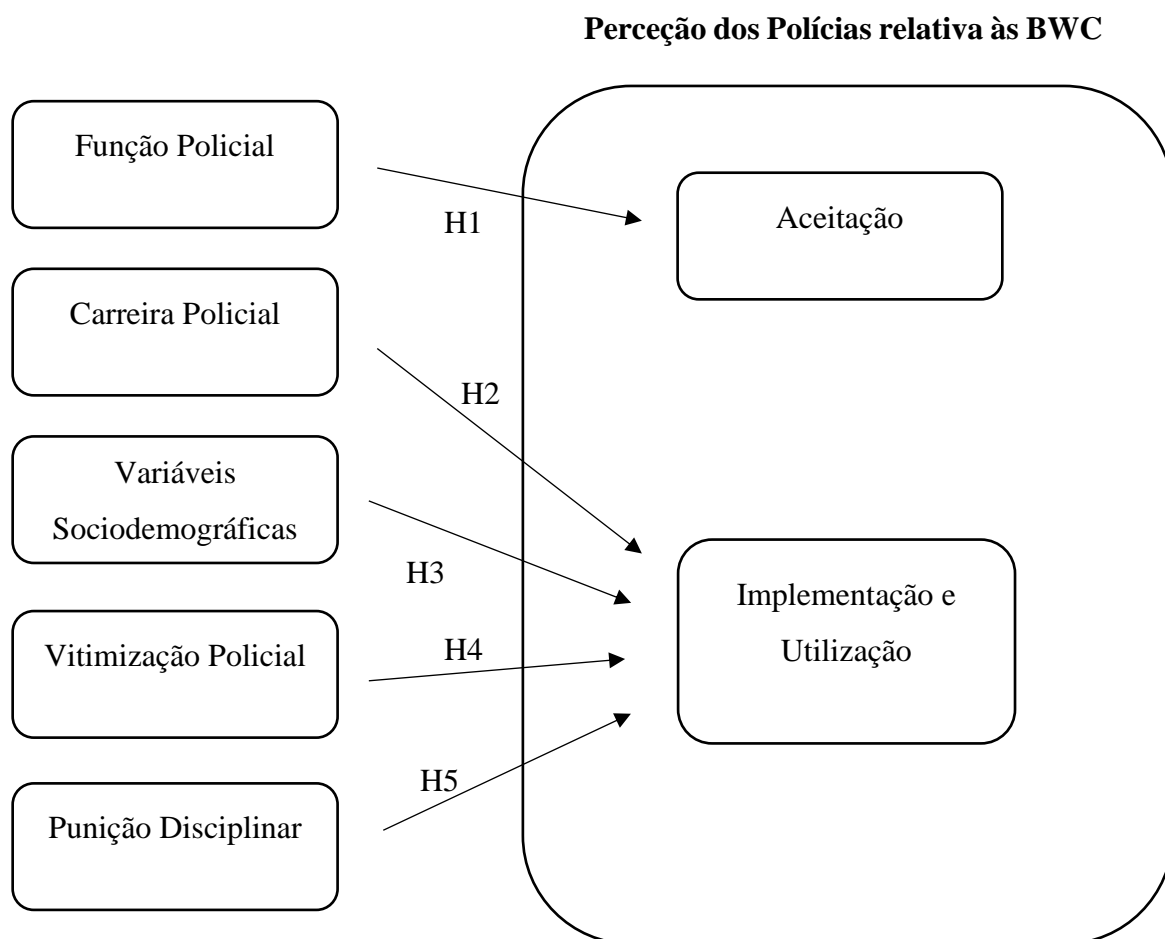


Figura 1. Modelo Conceptual

A definição de hipóteses de um estudo é um passo muito importante na construção do mesmo, pois “um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 119). Segundo Marconi e Lakatos (2003), as hipóteses são respostas de carácter provisório e provável. Ou seja, são os possíveis resultados que numa fase inicial são pensadas pelo investigador como exequíveis de alcançar, podendo ou não se verificarem no final da investigação.

Tendo em conta os resultados obtidos por Snyder, Crow e Smykla (2019), mais concretamente, a não dependência da função que os polícias desempenham face à sua opinião sobre as BWC, foi estabelecida como hipótese de investigação a seguinte:

- H1: A aceitação das BWC não depende da função desempenhada pelos polícias

Segundo as conclusões retiradas de Pelfrey Jr. e Keener (2018), os agentes de Polícia apresentaram uma opinião geralmente positiva, apesar de terem surgido algumas preocupações e questões no que concerne à utilização das BWC. No entanto, também os polícias com funções de comando (correspondendo às Carreiras de Chefe e Oficial de Polícia), demonstraram ter uma visão bastante otimista sobre a implementação das BWC, semelhante aos resultados obtidos também por Smykla et al. (2016). Face às fontes literárias foi possível formular como hipótese de investigação a seguinte:

- H2: A Carreira dos polícias não tem influência na percepção dos mesmos sobre a utilização das BWC;

Com base nos resultados reportados por Jennings et al. (2014), as diferenças estatísticas relativas ao género dos participantes são irrelevantes. Resultados idênticos foram os obtidos por Gramagila e Philips (2018), Obasi (2018), Smykla et al. (2016) e Snyder et al. (2019) sendo que, de uma forma geral as opiniões mantiveram-se contantes entre as várias variáveis sociodemográficas como a idade, o género, a raça, a educação e até os anos de experiência. Com base nestes resultados, foi formulada como terceira hipótese de investigação, a seguinte:

- H3: As variáveis sociodemográficas não têm influência na percepção dos polícias sobre a implementação das BWC.

Por impossibilidade de referir literatura consistente com as variáveis “vitimização policial” e “punição disciplinar”, mas devido à importância que estas têm para a nossa investigação, foram ainda estabelecidas como hipóteses de investigação as seguintes:

- H4: O facto de um polícia já ter sido vítima de violência no decorrer do serviço não tem influência na sua percepção sobre a implementação das BWC.
- H5: A punição disciplinar por uso da força não tem influência na percepção dos polícias sobre a utilização das BWC.

3.2. Caracterização do *corpus*

O questionário foi aplicado a 286 polícias da Divisão Policial da Amadora, do Comando Metropolitano de Lisboa, com funções operacionais. A área de Jurisdição da Divisão Policial da Amadora corresponde à área do Município (Figura 2), uma área total de 23,78 km², com uma população residente de 181.724 habitantes, sendo 10% da população estrangeira e uma densidade populacional de 7641,9 habitantes/km² (CM Amadora, 2019; INE, 2019a). Nos últimos anos, o município da Amadora teve uma média de crimes registados superior a 6000 por ano, tendo verificado 6113 em 2018, dos quais 1453 foram crimes contra as pessoas (INE, 2019b).

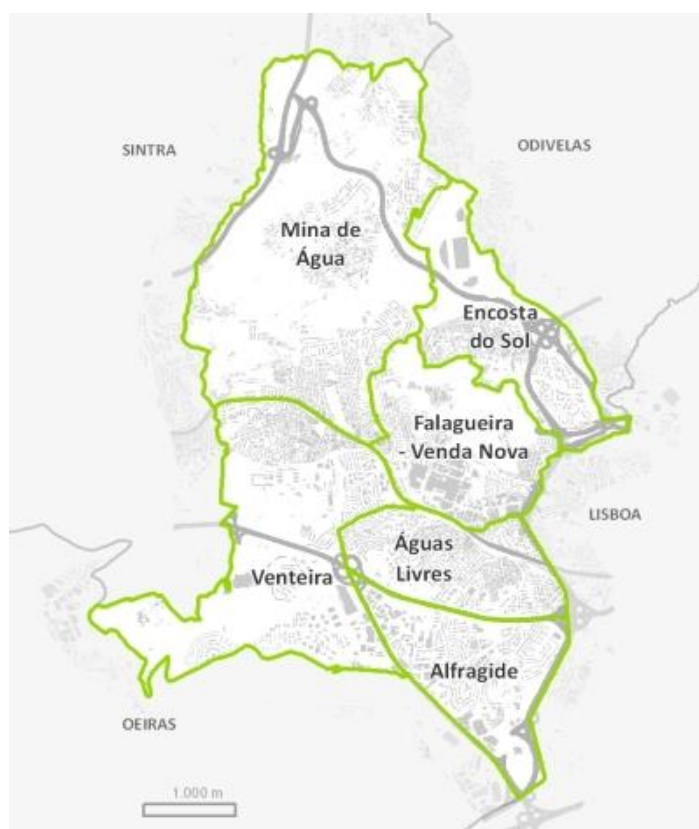


Figura 2. Município da Amadora. Adaptado de “Informação sobre o Conselho”, de CM Amadora. Copyright 2020

A Divisão Policial da Amadora tem sido alvo de bastante escrutínio ao longo dos anos, devido a alegadas acusações graves de abuso da força por parte dos polícias. Um caso bastante mediático que ocorreu em 2015 e que afetou em grande medida a Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial desta Divisão é o famoso “Processo de Alfragide”, que

terminou com a absolvição de nove polícias, dos dezassete inicialmente acusados. O processo, que demorou cerca de quatro anos a estar concluído, ficou marcado pelas inúmeras incongruências entre os testemunhos das vítimas e os acontecimentos narrados nos autos pelos polícias (Henriques, 2019).

Porém, existem também casos em que o polícia é vítima de ameaça, resistência e coação, injúrias ou até mesmo ofensas à integridade física. Relembramos um caso também mediático, que foi amplamente divulgado nas redes sociais, em que um polícia em serviço remunerado no Centro Comercial “UBBO” (Amadora), detém um indivíduo que tenta invadir uma zona de acesso restrito, tendo o mesmo resistido e agredido o Agente ali de serviço. Apesar das visíveis marcas no corpo do polícia e do fardamento danificado, o vídeo captado por populares apenas capta o momento após a algemagem do suspeito e com os ânimos mais serenos (Carvalho & Pereira, 2019).

Infelizmente são vários os exemplos de situações semelhantes às relatadas, mais ou menos recentes, mas suficientemente mediatizadas, em que os depoimentos das partes são contraditórios, não possibilitando a confirmação ou a negação dos factos de forma inequívoca. Acontecimentos destes ocorrem a nível nacional e de uma forma transversal nas Forças de Segurança, no entanto, é visível a constante fustigação à Divisão Policial da Amadora. Por tais motivos, foram escolhidos os polícias pertencentes a essa Divisão como a nossa população.

A Divisão Policial da Amadora é composta por 3 Esquadras de competência específica: Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial, Esquadra de Trânsito e Esquadra de Investigação Criminal; e 5 Esquadras de competência territorial: 60.^a Esquadra – Casal de São Brás, 61.^a Esquadra – Reboleira, 63.^a Esquadra – Damaia, 64.^a Esquadra – Alfragide, 65.^a Esquadra – Brandoa e 67.^a Esquadra – Venda Nova. Conta ainda com a 60-A^a Esquadra – Mina (sede da Divisão) e o Posto Policial do Hospital Fernando da Fonseca. A Divisão tem um efetivo total de 464 polícias: 11 Oficiais de Polícia, 50 Chefes de Polícia e 403 Agentes de Polícia.

Segundo o artigo 67.º, alínea a), do Estatuto Profissional da PSP, Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, “as funções policiais classificam-se como funções operacionais, quando implicarem, essencial ou predominantemente, a utilização de conhecimentos e a aplicação de técnicas policiais”. Neste sentido, a aplicação dos questionados foi direcionada aos Comandantes de Esquadra, Adjuntos do Comandante, Supervisor Operacional,

Graduado de Serviço, Equipas de Patrulhamento Auto, Equipas de Patrulhamento Apeado, Supervisor Local (PIPP), Equipas de Programa Escola Segura, Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima e ainda às Equipas de Intervenção Rápida. Ficando excluídos todos os polícias que exerçam funções de apoio operacional. No que concerne às Esquadras, foi aplicado a todas as Esquadras de Competência Territorial e à Esquadra de Fiscalização e Intervenção Policial, da Divisão Policial da Amadora.

Dos 286 polícias que representam a população do estudo, foram obtidas 167 respostas, representando uma taxa de resposta de 58%. O que segundo Rodrigues (2019) se encontra acima do valor mínimo proposto de 50% por vários autores como Babbie ou Dilman (cit in Rodrigues, 2019) ou ainda por Roth e BeVier (1998). Da amostra de 167 respondentes, 47,9% têm idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos, (Tabela 1) o que é compreensível se se tiver em conta que a Divisão Policial da Amadora é composta por muitos polícias dos últimos cursos da PSP.

Relativamente ao género dos questionados, a grande maioria, 86,8%, são do género masculino e 13,2% do género feminino, representando, respetivamente 145 e 22 polícias. Dos quais, 70 (41,9%) estão casados ou a viver em união de facto, 6 (3,6%) estão divorciados ou separados e 91 (54,5%) estão solteiros, e em termos de habilitações literárias 139 completaram o ensino secundário e 28 o ensino superior, o que corresponde a 83,2% e 16,8%, respetivamente (Tabela 1). O elevado número de polícias com apenas com o ensino secundário é justificável pelo facto de um dos requisitos para ingressar nas carreiras de Agente e Oficial de Polícia é ter completado o 12.º com aprovação.

A média de anos de serviço dos polícias em questão é de 8,53 anos, com um desvio-padrão de 6,372, tendo o mais recente 1 ano de serviço e o mais antigo (em tempo de serviço) 32 anos. No que concerne à Carreira policial, 83,8% correspondem a 140 Agentes de Polícia, 13,2% a 22 Chefes de Polícia e por último 3% correspondem a 5 Oficiais de Polícia (Apêndice B).

Tabela 1

Distribuição de Frequências por Dados Sociodemográficos

Dados Sociodemográficos		N	%
Idade	21-30 anos	80	47,9
	31-40 anos	62	37,1
	41-50 anos	21	12,6
	Mais de 50 anos	4	2,4
Género	Masculino	145	86,8
	Feminino	22	13,2
Estado Civil	Casado(a)/União de Facto	70	41,9
	Divorciado(a)/Separado(a)	6	3,6
	Solteiro(a)	91	54,5
Habilitações Literárias	Ensino Secundário	139	83,2
	Ensino Superior	28	16,8

A maioria dos questionados (56,3%) pertencem às Equipas de Patrulhamento, dos quais 32,3% são do Patrulhamento Auto e 24% do Patrulhamento Apeado (Tabela 2).

Tabela 2

Distribuição de Frequências por Funções Policiais

Função Policial	Frequência (n)	%
Comandante de Esquadra	5	3
Adjunto de Esquadra	4	2,4
Supervisor Operacional	4	2,4
Graduado de Serviço	21	12,6
Equipas de Patrulhamento Auto	54	32,3
Equipas de Patrulhamento Apeado	40	24
Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV)	16	9,6
Equipas do Programa Escola Segura (EPES)	11	6,6
Equipas de Intervenção Rápida	12	7,2

Relativamente à vitimização policial, ou seja, se os policiais já foram agredidos no decorrer das suas funções, as respostas são alarmantes. A maioria dos respondentes, 53,3%

foram vítimas de agressões, traduzindo-se em 89 polícias agredidos em serviço, sendo que 46,7%, 78 polícias, responderam negativamente (Tabela 3).

Tabela 3

Distribuição de Frequências das Vítimas Policiais e dos Polícias Punidos Disciplinarmente

	Vítima de Violência		Punição disciplinar	
	N	%	N	%
Sim	89	53,3	8	4,8
Não	78	46,7	159	95,2

No que concerne a punições disciplinares, apenas 8 polícias, 4,8% da amostra, responderam que já tinham sido punidos disciplinarmente por uso da força de forma excessiva, sendo que a grande maioria 159 polícias, 95,2% da amostra, não tinham qualquer punição (Tabela 3). Estes resultados não significam que não existiram processos disciplinares, uma vez que apenas se direciona para os casos em que os processos disciplinares terminaram com uma punição para o polícia.

3.3. Instrumento de Recolha de dados

A parte empírica da investigação, embora bastante importante na recolha de informação, não é suficiente para sustentar este estudo, que pretende ir mais além e recolher mais e novos dados, sobre uma realidade ainda pouco estudada no território português. Por forma a alcançar os objetivos da investigação e a concretizar a mesma, é necessário inquirir a população em estudo.

A inquirição

é uma atividade multifacetada que envolve a feitura de observações, a colocação de questões, a análise da literatura existente sobre a matéria, o planeamento de investigações, a revisão dos conhecimentos empíricos existentes, a utilização de ferramentas para recolher, analisar e interpretar dados, a proposição de respostas, explicações e previsões e a comunicação de resultados. Inquirir requer a identificação

de assunções, o uso do pensamento crítico e a consideração de explicações alternativas (National Research Council cit in Rodrigues, 2019, p.45)

O instrumento eleito para a recolha de dados é o inquérito por questionário, uma vez que é “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 201). É submetido aos questionados com o propósito de recolher informações sobre o seu conhecimento, sentimento, interesse, entre outros (Gil, 2008). Segundo Quivy e Campenhoudt (2005), o inquérito por questionário, por norma, utiliza respostas pré-codificadas, permitindo ao observador verificar as hipóteses teóricas e analisar a presença de correlações entre essas hipóteses. Neste caso, o questionário utilizado pode ser denominado de administração direta, com base nos critérios definidos por Quivy e Campenhoudt (2005), uma vez que este foi entregue aos questionados diretamente, por via *online* e ainda presencialmente em formato papel.

A aplicação de um questionário é vantajosa em vários aspetos, tais como: economia de tempo na obtenção de um grande número de dados, grande número de questionados simultaneamente, área geográfica mais abrangente, economia de recursos humanos, respostas mais precisas e rápidas, maior anonimato, segundo Marconi e Lakatos (2003), e permite ainda fazer numerosas análises de correlações entre as variáveis em estudo (Quivy e Campenhoudt, 2005).

O inquérito por questionário em questão é uma adaptação do instrumento utilizado por Jennings et al. (2014), num estudo elaborado na Polícia de Orlando, com o objetivo de aferir a perceção dos polícias da área, em relação à implementação das BWC no Departamento. Não sendo possível aplicar diretamente o inquérito por questionário de Jennings et al. (2014) devido às diferenças culturais e organizacionais, foi necessário proceder à devida adaptação do questionário à realidade portuguesa e mais concretamente à Polícia de Segurança Pública, conforme o Apêndice A.

O questionário é dividido em secções, ou seja, em blocos “de perguntas com tema homogéneo” (Hill & Hill, 1998, p. 10). Neste sentido, está dividido em quatro secções:

- A primeira secção corresponde à introdução do questionário, onde é explicado o objetivo do estudo, é declarado o carácter anónimo e é solicitado o consentimento informado ao respondente;

- A segunda secção é dedicada à recolha dos dados sociodemográficos (idade, género, estado civil e habilitações literárias);
- A terceira secção é relativa a informações policiais de cada questionado (anos de serviço, carreira policial, função, vitimização em serviço e punição disciplinar);
- E por último, a quarta e a principal secção, é composta por quatro questões sobre as percepções dos inquiridos, onde se questiona a opinião dos mesmos sobre o impacto das BWC no policiamento, sobre a utilização das mesmas no decorrer do serviço, quais os impactos que teriam na sua conduta e na conduta dos outros polícias.

As perguntas do questionário podem ser caracterizadas como perguntas de estimação ou avaliação, uma vez que com base nos critérios de Marconi e Lakatos (2003), estas permitem efetuar uma avaliação ou emitir um julgamento através de uma escala com uma intensidade variada. Para possibilitar esta avaliação foi utilizada a Escala de *Likert*, “composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede ao sujeito que está a ser avaliado para manifestar o grau de concordância desde o discordo totalmente, até ao concordo totalmente.” (Cunha, 2007, p. 24). A Escala de *Likert* utilizada tem os seguintes níveis de avaliação: concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente.

3.4. Técnicas de Análise de dados

A análise dos dados recolhidos com recurso ao inquérito por questionário é uma das etapas mais importantes da investigação, pois vai permitir a extração dos resultados e a produção das conclusões pertinentes e adequadas.

Por forma a extrair os dados obtidos nos questionários da plataforma *Google Forms*, foi utilizado o programa Microsoft Excel, para criar uma base de dados que foi exportada para o *software* SPSS, versão 26. Através do qual foi possível realizar análises descritivas das respostas às várias variáveis, apurando a média, mediana, desvio-padrão, máximo e mínimo. Para verificar a consistência interna das quatro variáveis criadas, correspondentes às questões do questionário, foi utilizado o modelo do alfa de *Cronbach*, com base na correlação média entre itens. No que concerne à verificação da normalidade e tratando-se de campos contínuos e ordinais, foi feita uma análise através do teste de *Kolmogorov-Smirnov*.

Relativamente à verificação de correlações, foi utilizada a correlação de *Spearman*, uma vez que os dados não tinham uma distribuição normal e as variáveis eram ordinais. Por último, foram ainda utilizados testes não paramétricos para analisar a distribuição das respostas consoante as variáveis. Neste sentido foram utilizados os testes não paramétricos de *Kruskal-Wallis* (mais que 2 variáveis) e *Mann-Whitney U* (2 variáveis).

3.5. Procedimentos

Por forma a obter as respostas ao problema de investigação e a verificar as hipóteses foi necessário recolher um conjunto de informações por parte de uma amostra da população em estudo, tendo-se recorrido ao instrumento de recolha de dados de inquérito por questionário. O instrumento utilizado por Jennings et al. (2014) ia de encontro ao objeto de estudo, uma vez que se focava nas perceções dos Polícias sobre as BWC. Assim, o primeiro procedimento efetuado foi a solicitação aos autores do estudo anterior para utilizar o inquérito por questionário desenvolvido e aplicado pelos mesmos, o qual foi gentilmente acedido pelo autor responsável Jennings por via eletrónica (Anexo 1). Uma vez que o questionário original se enquadrava à realidade norte-americana, foram elaboradas as alterações e adaptações necessárias ao contexto português e à realidade da PSP.

Após a definição e adaptação do instrumento de recolha de dados, bem como da população em estudo, foram seguidos os trâmites legais e institucionais necessários para se proceder à aplicação dos questionários:

1. Foi elaborado e enviado um Ofício dirigido ao Exmo. Sr. Diretor de Estágio e Direção de Ensino do ISCPSI, a solicitar a aplicação do inquérito por questionário aos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora, pertencente ao COMETLIS.
2. Após deferimento do referido Ofício, por parte do Exmo. Sr. Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica dos Recursos Humanos (Anexo 2), foi enviado por via eletrónica o pedido de divulgação e aplicação do questionário à população do estudo, através do Núcleo de Formação do COMETLIS (Anexo 3).
3. Como a taxa de respostas da população, via *Google Forms*, era inicialmente muito reduzida, foram então distribuídos vários questionários em formato físico, por forma a obter uma amostra que atingisse o nível de confiança desejado.

4. Com os dados necessários recolhidos, os mesmos foram introduzidos no programa SPSS, versão 26, por forma a analisar os mesmos.
5. Por último, foi feita a análise dos dados, com vista a identificar e a corrigir possíveis incorreções na sua introdução.

Capítulo 4 - Apresentação e Discussão de Resultados

No presente capítulo são apresentados os resultados obtidos dos dados recolhidos do *corpus* com base no inquérito por questionário e que foram analisados com suporte no *software* SPSS, de acordo com as variáveis, as hipóteses e os objetivos da investigação.

O questionário é composto por 4 partes, sendo que a última parte é formada por quatro questões com várias afirmações cada, resultando em 15 no total. Como as respostas às afirmações eram obtidas com recurso a uma Escala de *Likert*, com base em Hill e Hill (2012), foi feita uma atribuição de valores aos itens. Às afirmações das questões o valor atribuído foi sempre positivo, ou seja, o item *Discordo totalmente* corresponde ao valor 1 e o item *Concordo totalmente* corresponde ao valor 5, sendo que os itens intermédios teriam o seu respetivo valor dentro da escala definida.

Com recurso à análise descritiva das médias das 15 afirmações foi possível encontrar uma média global de respostas de 3,48, sendo possível verificar a existência de uma concordância geral (Apêndice C, Tabela 6). A primeira questão, relativa à implementação das BWC, apresentou resultados bastante positivos, sendo que o primeiro item, sobre a adoção das BWC na instituição para os polícias da *front-line*, teve uma média de valores de resposta de 4,81, tendo sido a média mais elevada de todas as respostas. A segunda afirmação, referente à sensação de conforto na utilização das BWC, registou uma média de 4,74, com cerca de 97% dos questionados a concordar total ou parcialmente.

A segunda pergunta é relativa à opinião dos polícias sobre a utilização das BWC enquanto se encontram de serviço, em concreto, melhorias na conduta do polícia, na conduta dos cidadãos e no sentimento de segurança. A primeira afirmação foi a que revelou resultados díspares, com uma média 3,31, apesar da maioria das respostas (23,4% concorda totalmente e 24,6% concorda parcialmente) ser de concordância com a melhoria da sua conduta devido à BWC, 27,5% não concordaram nem discordaram e 24,6% discordaram parcial ou totalmente. Estas respostas de menor concordância podem ser explicadas pelo facto de os inquiridos percecionarem que a sua conduta é adequada e como tal não tem que ser melhorada.

Relativamente à opinião dos polícias sobre o possível impacto na conduta dos cidadãos, 88% concordaram (total ou parcialmente) que as BWC teriam uma melhoria na conduta dos cidadãos, sendo que 2,4% não concordaram (total ou parcialmente) e 9,6% não concordaram nem discordaram, traduzindo-se numa média de 4,35 valores. No que toca ao

sentimento de segurança, registou-se uma média de 4,26, sendo que 86,8% dos respondentes concordaram que se sentiriam mais seguros a utilizar as BWC e 9,6% não manifestaram uma posição clara, não concordando nem discordando.

A terceira pergunta é direcionada ao impacto que as BWC teriam na conduta do próprio polícia, no decorrer do seu serviço, mais concretamente na redução do uso da força por parte do polícia, no número de queixas externas e internas contra o mesmo, na proatividade policial e por último no seguimento das normas estabelecidas. Neste sentido, no primeiro item 41,9% dos questionados concordaram (total ou parcialmente) que a utilização das BWC teria impacto na utilização da força, sendo que 29,3% não concordava nem discordava e 28,8% discordaram (total ou parcialmente). Como é possível constatar a opinião não é unânime e verificou-se uma média de 3,08 valores. Esta situação é semelhante à relatada na afirmação 2. a), uma vez que alguns policiais consideram que não recorrem à utilização da força, de forma mais excessiva, e como tal não concordaram que as BWC reduziram o uso da mesma por sua parte.

Mais claras foram as respostas obtidas na segunda e terceira afirmação, com médias de 3,95 e 3,76 respetivamente. Relativamente à redução das queixas externas 74,2% concordam (total ou parcialmente) e 66,4% reportaram o mesmo em relação às queixas internas. A quarta dimensão revelou ser a questão com maior consenso na discórdia, com uma média de 1,64 e onde 77,1% dos questionados discordaram (total ou parcialmente), que as BWC iriam diminuir a proatividade policial, mais concretamente a vontade de responder às chamadas.

A última afirmação da terceira questão levantou algumas incongruências nas respostas, obtendo uma média de 3,14. Quando questionados se concordavam que a sua conduta seria mais *by-the-book*, 46,7% concordaram, no entanto 25,7% não concordaram nem discordaram e 27,6% discordaram. Neste caso, a explicação para esta dispersão nas respostas pode ser a mesma que está adjacente à resposta da primeira afirmação desta questão. Ou seja, se os operacionais já têm a ideia de ter uma conduta *by-the-book*, então as BWC não a iriam mudar.

A quarta e última questão é referente à opinião que o inquirido tem sobre o impacto das BWC nos outros policiais, sendo que as afirmações estudadas são as mesmas que as apresentadas na questão anterior. À semelhança da terceira questão o primeiro item teve ainda alguma discórdia, apesar de apresentar um pequeno aumento na média com 3,27

valores, sendo que 49,1% concordam que as BWC iriam reduzir o uso da força por parte de outros polícias, no entanto 26,3% não concordam nem discordam e 24,6% discordam de tal afirmação.

Paralelamente à terceira questão, a segunda e a terceira afirmações apresentaram resultados concordantes, sendo que na segunda a média dos resultados foi de 4,09 valores, com 78,4% dos respondentes a concordaram que a utilização das BWC iria diminuir as queixas externas apresentadas contra outros polícias e, com uma média de 3,93 na terceira, 70% concordaram com a diminuição de queixas internas.

A quarta afirmação, em conformidade com as respostas na terceira questão, obteve uma média de 1,86 nas respostas, com 73,1% dos questionados a discordarem que as BWC tivessem impacto na proatividade policial, ou seja, que reduzissem a vontade dos polícias em responder às chamadas. Por último, foi obtida uma média de respostas de 3,29 valores na quinta afirmação, onde 52,7% dos polícias concordaram que as BWC podem levar os operacionais a atuar mais frequentemente segundo as normas, ou seja, *by-the-book*. Sendo que 24,6% não concordaram nem discordaram e 22,8% não concordaram com a afirmação.

De forma a possibilitar uma análise mais cuidada e direcionada aos objetivos e às hipóteses da investigação, as respostas a cada uma das questões foram agrupadas, criando 4 variáveis correspondendo respetivamente às questões, em vez de 15 variáveis (total de afirmações). Com esta alteração a média global das 4 variáveis passa a ser aproximadamente 3,79, uma vez que cada questão tem igual importância.

Devido à reformulação das variáveis foi feita uma análise de consistência interna das novas variáveis com recurso ao alfa de *Cronbach* (Apêndice D, Tabela 7). Os valores do alfa de *Cronbach* nas dimensões “Impacto das BWC no policiamento” e “Impacto das BWC na própria conduta”, são um pouco acima do valor comumente aceite como o limite crítico, de 0,7 (Maroco & Garcia-Marques, 2006), sendo que as duas restantes apresentam valores dentro do aceitável. Embora estes valores possam indicar que os itens não medem todos os mesmo, terão de ser analisados com cautela, até porque o número de itens é um fator que influencia o valor de alfa (a tendência é para aumentar o valor da confiabilidade com o aumento do número de itens, sem que isso seja um reflexo da consistência entre os itens) e nestas dimensões o número de itens é reduzido.

Contudo, a análise da correlação item-escala e das variações do valor do alfa caso se excluísse algum item mostra-nos que os itens d) das questões “Impacto das BWC na própria

conduta” e “Impacto das BWC na conduta dos outros policiais”, relativos à possível redução da proatividade policial, têm correlação fraca com a escala total e que a sua retirada iria aumentar ligeiramente a consistência da dimensão. No entanto, tendo em conta que a variação não é relevante e que cada dimensão tem um número reduzido de itens, optou-se por manter estes dois itens.

Recorreu-se ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* (Apêndice D, Tabela 8) por forma a verificar a adesão à normalidade destas novas variáveis, sendo que nenhuma apresentou uma distribuição normal ($p \leq 0,05$), ou seja, como o nível de significância é de 0 em todas as variáveis, para um risco de 5%, pode-se rejeitar a H_0 e afirmar que não se verifica uma distribuição normal.

De facto, pela análise dos histogramas (Apêndice D, Figuras 3, 4, 5 e 6) observa-se um forte desvio da curva normal nas questões “Impacto das *Body-Worn Cameras* no policiamento” e “Opinião utilização das *Body-Worn Cameras*”, com um predomínio de pontuações alta (indicando opiniões favoráveis). Nas outras duas questões há uma distribuição mais próxima da normal, mas que ainda assim viola este preceito. Tendo em conta estes dados, nas análises subsequentes é utilizada estatística não-paramétrica.

4.1. Análise correlacional

Foi examinada a correlação entre as 4 variáveis em estudo, com recurso ao teste de correlação de *Spearman* (alternativa não paramétrica à correlação de Pearson, uma vez que as variáveis são todas ordinais). Neste sentido, foi possível constatar a presença de correlações significativas entre quase todas, exceto entre o “Impacto das *Body-Worn Cameras* no policiamento” e o “Impacto das *Body-Worn Cameras* na própria conduta”, e ainda entre o “Impacto das *Body-Worn Cameras* no policiamento” e o “Impacto das *Body-Worn Cameras* na conduta de outros policiais” (Apêndice D, Tabela 9), traduzindo-se numa influência inexistente entre estas variáveis.

Por outro lado, salienta-se uma correlação positiva e forte entre o “Impacto das *Body-Worn Cameras* na própria conduta” e o “Impacto das *Body-Worn Cameras* na conduta de outros policiais” ($r_s = 0,671$). Este fenómeno indica que a opinião que os policiais têm sobre o impacto das BWC na sua conduta vai influenciar positivamente a opinião que os mesmos têm sobre o impacto das BWC na conduta dos outros policiais, e vice-versa.

4.2. Testes de medição conceptual

Por forma a verificar a primeira hipótese de investigação foi feita uma análise global das nove funções com base na estatística descritiva das quatro variáveis, com recurso à média, desvio-padrão, mediana, mínimo e máximo (Apêndice E, Tabela 10). Na primeira variável, “Impacto das BWC no policiamento”, é perceptível uma opinião claramente favorável entre todas as funções, no entanto os Comandantes de Esquadra revelam ser aqueles que têm uma opinião mais favorável, com uma média de valores de 4,88 e, pelo contrário, surgem os Supervisores Operacionais, com uma opinião menos favorável entre todos, tendo registado uma média de 4,38.

Resultados semelhantes são os registados na segunda variável, onde os Comandantes de Esquadra, com uma média de respostas de 4,83, apresentam uma opinião mais favorável, e os Supervisores Operacionais, com uma média de respostas de 3,58, têm uma opinião menos favorável. No entanto, no geral é possível afirmar que as opiniões são favoráveis à utilização das BWC.

No que concerne à terceira variável, regista-se uma quebra na aceitação, porém uma vez mais, os Comandantes de Esquadra apresentam uma média de valores de resposta superior aos restantes, com 3,75. Opostamente, com uma média de 2,78, estão os polícias pertencentes às Equipas de Intervenção Rápida (EIR). Na última variável, esta situação mantém-se, ou seja, os Comandantes de Esquadra apresentam respostas mais favoráveis, com uma média 3,50 e os polícias das EIR, têm uma opinião mais cética e menos favorável, com uma média de respostas de 2,95. Estes resultados são semelhantes aos reportados pelo Toronto Police Service (2016), que ao recolher a opinião dos seus polícias numa fase preliminar à implementação das BWC, constatou que as equipas TAVIS Rapid Response (com tarefa semelhante às EIR), tinham uma opinião menos favorável em relação à instalação das BWC.

A fim de verificar a significância estatística destas diferenças foi usado o teste de *Kruskal-Wallis* para amostras independentes, tendo-se verificado que apenas nas dimensões “Opinião sobre utilização das Body-Worn Cameras” e “Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta” as variações são estatisticamente diferentes, $KW(8) = 16,007$, $p = 0,042$ e $KW(8) = 18,561$ e $p = 0,017$, respetivamente (Apêndice E, Tabela 10).

Para clarificar a opinião dos policiais com funções mais semelhantes, foi necessário agrupar algumas funções, resultando em 4 grupos: Grupo 1: Comandante de Esquadra, Adjunto de Esquadra e Supervisor Local – agregando assim, policiais com funções de supervisão e comando ao nível local; Grupo 2: Equipas de Intervenção Rápida – devido às suas funções e por integrarem uma Esquadra de competência específica; Grupo 3: Graduado de Serviço, Equipas de Patrulhamento Auto e Apeado – agrupando assim as funções com maior proximidade ao nível do policiamento e atendimento ao público; e Grupo 4: EPAV e EPES – por forma a reunir os policiais com funções ao nível do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) (Tabela 4).

Tabela 4

Constituição dos Grupos por Função Policial

	Constituição	N	%
Grupo 1	Comandante de Esquadras policiais Adjunto do Comandante de Esquadra Supervisor operacional	13	7,8
Grupo 2	Equipa de Intervenção Rápida	12	7,2
Grupo 3	Equipa de Patrulhamento Auto, Equipa de patrulhamento apeado e Graduado de serviço	115	68,9
Grupo 4	EPAV e EPES	27	16,2

Com os novos grupos constituídos repetiu-se a análise com base na estatística descritiva (Apêndice E, Tabela 11). Neste sentido, a primeira variável teve uma aceitação maior pelo Grupo 4, com uma média de resultados de 4,85, tendo o Grupo 3 uma aceitação menor, com uma média de 4,75. Na segunda variável, a média mais alta de respostas foi de 4,18 do Grupo 1, traduzindo-se no grupo com maior aceitação. Pelo contrário, surge o Grupo 2, com a média mais baixa de 3,72, ou seja, a opinião menos favorável.

No que concerne à terceira variável, o grupo com uma opinião mais favorável é o Grupo 1, com uma média de 3,35, e com uma opinião mais desfavorável, encontra-se o

Grupo 2, com uma média de 2,78. Na última variável, o Grupo 2 continua a ser o grupo com uma opinião menos favorável, com uma média de 2,95, sendo o Grupo 4 o grupo mais favorável, apresentando uma média de respostas de 3,41.

A aplicação do teste de *Kruskal-wallis* mostrou que as variações entre os grupos assim formados não são significativas ($p > 0,05$), o que se pode confirmar nas Figuras 7, 8, 9 e 10 do Apêndice E. Nos gráficos vê-se a distribuição das respostas em cada grupo e nota-se que há algumas divergências, mas são poucas. Resultados semelhantes, como os de Snyder et al. (2019), que indicam que não existem diferenças significativas entre a opinião dos polícias com funções de supervisão e os restantes (patrulha, proximidade e intervenção rápida). A conclusão é que as opiniões poderão variar mais de acordo com a experiência pessoal e características específicas de cada polícia do que propriamente pelo conteúdo funcional da sua função, como se irá aprofundar na H3.

A segunda hipótese estabelecida é que a carreira dos polícias não tem influência na perceção dos mesmos sobre a utilização das BWC, tendo sido utilizadas as três carreiras em vigor na PSP, na análise das quatro variáveis. Por forma a verificar esta hipótese, à semelhança da anterior, recorreu-se a uma análise com base na estatística descritiva, das respostas de cada carreira entre as variáveis (Apêndice F, Tabela 12). Desde logo, importa mencionar a composição de cada carreira conforme a Tabela 5 (Apêndice B)

Relativamente à primeira variável, analisando as médias das respostas, é possível concluir que os Oficiais de Polícia têm uma opinião mais favorável, com uma média de respostas de 5,00, sendo a carreira de Chefes de Polícia aquela que apresenta um menor consenso, com uma média de respostas de 4,59. Na segunda variável, com valores um pouco mais reduzidos, a carreira com uma opinião mais favorável continua a ser a de Oficiais de Polícia, com uma média de respostas de 4,13, e com a menor média os Chefes de Polícia, com 3,79.

No que concerne à terceira variável, existe uma redução dos valores das respostas, o que se pode traduzir em opiniões menos favoráveis, sendo que a carreira dos Chefes surge com a média mais alta, de 3,31, ou seja, a carreira com uma perceção mais positiva. Por sua vez, é a carreira dos Agentes que tem a média mais reduzida, com 3,08. Na última variável, à semelhança do caso anterior, a média de respostas mais alta pertence à carreira de Chefes e a média mais baixa à carreira de Agentes, com 3,40 e 3,27, respetivamente.

Para consolidar a análise foi utilizado o teste de *Kruskal-Wallis*, que mostrou as variações de opinião entre os participantes, distribuídos pela Carreira profissional (Apêndice F, Tabela 12). Com recurso a este teste foi possível observar que as variações apenas são significativas na dimensão “Impacto das *Body-Worn Cameras* no policiamento”, $KW(2) = 6,515, p = 0,038$, onde alguns Chefes de Polícia têm uma opinião menos favorável, o que é reforçado pela análise da Figura 11 (Apêndice F).

Os resultados obtidos vão ao encontro com os recolhidos por Pelfrey & Keener (2018), sendo que, de uma forma geral as opiniões são positivas e favoráveis às BWC, no entanto alguns agentes revelam algumas reticências e preocupações, como foi o caso na terceira e na quarta variáveis. Porém, a carreira de Chefe de Polícia é a que surge como a mais cética, o que pode ser explicado pelo elevado número de Chefes do mais recente curso que estão na Divisão Policial da Amadora (mais de 30).

No que concerne à visão dos Oficiais de Polícia, aparentemente é mais positiva e favorável, tal como o verificado em Pelfrey & Keener (2018), onde os polícias com funções de comando demonstraram ter uma opinião bastante otimista sobre a implementação das BWC nos seus Departamentos. Também Smykla et al. (2016) registaram um apoio da maioria dos membros da cadeia de comando no que concerne às BWC, no entanto com algumas reticências, que não se verificaram no presente estudo.

4.3. Análise comparativa intra-grupos de fatores

A terceira hipótese da investigação prende-se com a não influência das variáveis atributo. Destarte, elaborou-se uma análise das variáveis sociodemográficas na percepção que os polícias têm sobre a implementação das BWC. Neste sentido, foram inicialmente estabelecidas como variáveis sociodemográficas o género, a idade, as habilitações literárias e o estado civil dos participantes.

Para avaliar as quatro variáveis em função do género dos participantes, é feita uma análise com base na estatística descritiva e no teste não paramétrico de *Mann-Whitney U* (Apêndice G, Tabela 13). É apenas na primeira variável que os participantes do género masculino demonstram ter uma opinião mais favorável que os femininos, tendo sido registadas as médias de 4,80 e 4,64 respetivamente. Nas restantes variáveis verifica-se uma opinião mais favorável pelo género feminino, no entanto as diferenças das médias são relativamente reduzidas. Com recurso ao teste de *Mann-Whitney U* para amostras

independentes, foi possível comprovar que as opiniões entre polícias do género masculino e do género feminino não são diferentes do ponto de vista estatístico ($p > 0,05$).

Semelhante aos resultados obtidos, são os recolhidos no estudo elaborado por Jennings et al. (2014), onde apesar de os homens terem uma visão mais positiva no que concerne à melhoria da própria conduta e as mulheres na redução das queixas internas e externas, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os géneros. Tal como em Smykla et al. (2016), onde apenas se registou uma diferença irrelevante relativa à melhoria da noção de legitimidade policial por parte das polícias mulheres, que se mostraram mais cétricas. Obasi (2018), igualmente, não encontrou qualquer tipo de relação entre o género dos participantes e as variáveis em estudo.

No que concerne à variável idade, foram criados 4 intervalos, com a distribuição mencionada na Tabela 1 (Pág. 40), e foi feita uma análise das variáveis em função da idade dos participantes, com base em estatística descritiva e no teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis* (Apêndice G, Tabela 14).

Na primeira variável foi possível verificar que o grupo mais novo de participantes (21-30 anos) era o que ostentava uma opinião mais favorável à implementação das BWC, tendo apresentado uma média de respostas de 4,81, sendo que os mais velhos (mais de 50 anos) tinham uma opinião favorável, no entanto com menor intensidade, tendo uma média de 4,63. O que pode ser explicado pelo conhecimento e maior à vontade que os polícias mais novos têm com a tecnologia, tal como o verificado por Guffey et al. (2018).

A segunda variável, apresenta resultados distintos, sendo o grupo dos participantes mais velhos, com uma média de 4,58, o grupo com respostas mais favoráveis, e o grupo dos 31-40 anos com a opinião mais desfavorável, apresentando respostas com uma média de valores de 3,89.

A terceira variável, opostamente à primeira, mostra uma maior aceitação do grupo mais velho e respostas menos favorável do grupo mais novo, com médias de 3,75 e 3,00 respetivamente. À semelhança do caso anterior, na última variável, o grupo mais novo obteve a média mais reduzida, com 3,16, ou seja, o grupo com uma opinião menos favorável. Opostamente, está o grupo dos participantes com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos, que mostraram ter a opinião mais favorável, com uma média de 3,52.

O teste de *Kruskal-Wallis* para amostras independentes mostrou que as opiniões sobre as BWC entre os grupos de polícias formados pela idade não são diferentes do ponto de vista estatístico ($p > 0,05$). Contudo, na dimensão “Impacto das BWC na própria conduta” a opinião parece ser mais favorável com o aumento da idade, havendo uma diferença de 0,75 pontos entre os polícias mais novos e os mais velhos. De facto, o nível de significância situa-se muito próximo do limiar de aceitação, podendo dizer-se com uma probabilidade de erro de 5,3% (e não apenas de 5%) que a opinião dos polícias relativa ao impacto das BWC na própria conduta varia com a idade, tendo os polícias mais velhos uma opinião mais favorável que os mais novos.

Por forma a complementar estes resultados, foi ainda feita uma análise das respostas às variáveis com base na experiência profissional dos participantes, e assim, reforçar os resultados obtidos, com recurso aos testes de correlação de *Spearman* (Apêndice G, Tabela 15). Verificou-se que apenas há uma correlação significativa com a experiência profissional na avaliação do impacto das BWC na própria conduta.

Esta correlação é fraca, mas é significativa e positiva, mostrando que há uma tendência para que com o aumento da experiência profissional os polícias tenham uma opinião mais favorável acerca do impacto das BWC na sua conduta. Indo de encontro com os resultados encontrados na análise feita com as idades dos participantes, em que se concluiu que os polícias mais velhos tendem a ter uma opinião mais favorável. Resultados idênticos aos relatados por Jennings et al. (2014), Pelfrey Jr. & Keener (2018), Smykla et al. (2016) e Snyder et al. (2019).

À semelhança do género, as habilitações literárias dos participantes foram analisadas com recurso à estatística descritiva e ao teste não paramétrico de *Mann-Whitney U* (Apêndice G, Tabela 16). Com base nas médias das respostas obtidas é possível verificar, de forma constante, uma opinião ligeiramente mais favorável pelos participantes com uma habilitação literária superior. As respostas dos participantes com ensino superior obtiveram as seguintes médias, seguindo a ordem das variáveis, 4,82, 4,04, 3,28 e 3,51. Opostamente, as respostas dos participantes com o ensino secundário, obtiveram como médias de respostas 4,77, 3,96, 3,08 e 3,24.

Com recurso ao teste de *Mann-Whitney U* para amostras independentes foi possível verificar que as opiniões entre os grupos de polícias formados por grau de escolaridade não são diferentes do ponto de vista estatístico ($p > 0,05$). Contudo, na dimensão “Impacto das

BWC na conduta de outros polícias” a opinião parece ser mais favorável nos polícias com habilitações superiores. No entanto, o nível de significância situa-se acima do valor convencionado como aceitável, mas muito próximo do limiar de aceitação, podendo dizer-se com uma probabilidade de erro de 5,9% (e não apenas de 5%) que a opinião dos polícias relativa ao impacto das BWC na conduta de outros polícias varia com a escolaridade, tendo os polícias com habilitações superiores uma opinião mais favorável que os restantes, semelhante aos resultados de Gramagila & Philips (2018) e Smykla et al. (2016).

O estado civil dos participantes foi também tido em conta e analisado com base na estatística descritiva e com recurso ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis* (Apêndice G, Tabela 17). Com base nas respostas e na caracterização dos participantes foi possível dividir os mesmos por 3 estados civis: casado(a)/união de facto, divorciado(a)/separado(a) e solteiro(a). De uma forma geral, as médias foram-se mantendo próximas entre as várias dimensões, o que traduz a não influência do estado civil dos participantes nas respostas. O mesmo é confirmado pelo teste de *Kruskal-Wallis* para amostras independentes, que mostrou que as opiniões entre os grupos de polícias formados pelo estado civil não são diferentes do ponto de vista estatístico ($p > 0,05$).

4.4. Testes de medição conceptual para a vitimização policial e punição disciplinar

A quarta hipótese, referente à não influência que o facto de o polícia já ter sido vítima de violência no decorrer do serviço tem na sua percepção sobre a implementação das BWC, foi analisada com recurso à estatística descritiva e aos testes não paramétricos de *Mann-Whitney U* (Apêndice H, Tabela 18).

De um modo geral as diferenças entre as médias das respostas dos polícias que já foram vítimas de violência no decorrer do serviço e dos que não foram não é significativa, tendo sido registadas apenas pequenas diferenças. Por forma a comprovar este facto recorreu-se ao teste de *Mann-Whitney U* para amostras independentes, que mostrou que as opiniões entre os grupos de polícias que já foram vítimas de agressão não são diferentes das dos polícias que nunca foram vítimas do ponto de vista estatístico ($p > 0,05$), ou seja, o facto de terem sido vítimas de agressão não influencia a sua opinião sobre as BWC.

A última hipótese da investigação é relativa à não influência que a punição disciplinar tem na perceção dos polícias sobre a utilização das BWC. Por forma a verificar ou não este fenómeno recorreu-se à estatística descritiva e aos testes não paramétricos de *Mann-Whitney U* (Apêndice I, Tabela 19).

Em três das variáveis é perceptível que as opiniões não variam muito consoante o facto de o polícia já ter sido punido disciplinarmente ou não, por ter usado a força, sendo que as médias revelam uma opinião favorável, de forma geral, entre todos os participantes. No entanto, a terceira variável, referente ao impacto que as BWC podem ter na própria conduta, a média das respostas dos polícias que já foram punidos é de 3,53, sendo que a das respostas dos polícias que não foram punidos é de 3,09. Ou seja, os polícias já punidos tem uma opinião mais favorável no que toca ao impacto que as BWC podem ter na própria conduta.

Com recurso ao teste de *Mann-Whitney U* para amostras independentes confirmou-se o quadro teórico anteriormente estabelecido. As opiniões entre os grupos de polícias que já foram punidos não são diferentes das dos polícias que nunca foram punidos do ponto de vista estatístico ($p > 0,05$) em três das dimensões. Exclui-se a dimensão “Impacto das BWC na própria conduta” em que os polícias que já foram punidos têm uma opinião mais favorável, com significado estatístico ($p \leq 0,05$). Tal pode ser justificado pelo facto de os polícias que já foram punidos disciplinarmente verem na BWC mais um meio que pode ser utilizado na sua defesa, por ser dissuasor de condutas inapropriadas.

Conclusão

Ao longo do estudo foi possível retirar algumas conclusões pertinentes e que vão ao encontro do objetivo inicial proposto, ou seja, apurar a percepção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora. Verificaram-se ainda algumas das hipóteses de investigação propostas, apesar das limitações que surgiram ao longo deste percurso. Tratando-se de uma tecnologia ainda pouco explorada a nível nacional, mas com um enorme potencial para ser implementada nas Forças de Segurança e analisada em várias vertentes, serão feitas algumas recomendações para futuros trabalhos de investigação.

Relativamente aos vários objetivos específicos que foram formulados no início da investigação, é possível afirmar que todos foram alcançados de uma forma satisfatória. O primeiro objetivo definido foi: aferir a aceitação da potencial implementação das BWC na Divisão Policial da Amadora, por parte dos polícias com funções operacionais. O mesmo foi alcançado, com recurso a uma análise generalizada das questões do questionário, sendo que, as BWC são amplamente aceites pelos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora, revelando-se bastante recetivos às mesmas. Cerca de 97,6% dos questionados concordam com a adoção das BWC na instituição, o que revela uma harmonia de opiniões entre os inquiridos.

O segundo objetivo definido foi: verificar os motivos subjacentes à aceitação/rejeição das BWC. Analisando os resultados obtidos foi possível aferir que os principais motivos para uma aceitação generalizada da adoção dos BWC são a crença de que essas irão melhorar o comportamento dos cidadãos com quem os polícias têm contacto nas suas ocorrências, o sentimento de segurança acrescido que as BWC lhes oferecem e a redução das queixas dos cidadãos contra os polícias.

Dos resultados apurados é possível destacar três ideias-chave: i) sentimento de segurança; ii) melhoria da conduta do cidadão; e iii) redução de queixas. Estas três ideias têm em comum alguém externo aos polícias, ou seja, os cidadãos com quem estes se cruzam. Esta conclusão é muito importante, pois é perceptível que os polícias vêem nas BWC um instrumento de defesa contra as queixas que são apresentadas de forma não fundamentada, pelos cidadãos.

Como terceiro objetivo foi definido: apurar a existência de um relacionamento entre a aceitação das BWC e o tipo de serviço que os polícias desempenham, para que se possa estabelecer uma comparação com base no tipo de serviço por eles desempenhado. Este

indicador pode ser determinante na fase inicial de uma possível instalação das BWC, permitindo criar sinergias promotoras de ganhos de eficiência em termos de tempo e recursos. No entanto, aquilo que se apurou foi que não existe uma relação direta entre a aceitação das BWC com a função que os polícias desempenham, apesar de ser perceptível algum ceticismo por parte dos supervisores operacionais, mas pouco significativo.

O último objetivo definido foi: verificar o relacionamento entre a carreira e o posicionamento dos polícias em relação às BWC. O mesmo foi alcançado e foi possível perceber, que apesar de as diferenças não terem um peso significativo, os Oficiais de Polícias demonstram uma opinião mais favorável à implementação das mesmas. Este resultado pode ser explicado pela pressão a que estão sujeitos pelos subordinados, pelos órgãos de comunicação social e inclusive por sindicatos, ou outros movimentos não sindicalizados, mas influentes nas Forças de Segurança.

No que concerne às hipóteses de investigação foram definidas 5, das quais se confirmaram as seguintes:

- H1: A aceitação das BWC não depende da função desempenhada pelos polícias.

Neste caso, não se verifica qualquer discrepância entre a opinião dos polícias da patrulha, do policiamento de proximidade, das EIR ou com funções de supervisão e comando local. Ou seja, a opinião é transversal entre funções.

- H4: O facto de um polícia já ter sido vítima de violência no decorrer do serviço não tem influência na sua perceção sobre a implementação das BWC.

Ao contrário daquilo que podia ser esperado também a Hipótese 4 se verificou, não existindo qualquer influência do facto do polícia já ter sido agredido ou não, na opinião deste sobre a implementação das BWC.

É possível ainda retirar algumas conclusões das seguintes hipóteses, mesmo que estas não se tenham verificado:

- H2: A Carreira dos polícias não tem influência na perceção dos mesmos sobre a utilização das BWC;

Relativamente à influência das carreiras dos polícias, foi perceptível que os Chefes de Polícia têm uma opinião mais cética no que concerne ao impacto que as BWC podem ter no policiamento.

- H3: As variáveis sociodemográficas não têm influência na perceção dos polícias sobre a implementação das BWC.

A terceira hipótese envolvia quatro variáveis sociodemográficas, o género, a idade, o estado civil e as habilitações literárias. Relativamente ao género e ao estado civil, não se verificaram quaisquer relações com a opinião dos polícias sobre a implementação das BWC. No entanto, relativamente à idade e às habilitações literárias foi perceptível que os polícias mais velhos e aqueles com um nível de escolaridade superior têm uma opinião mais favorável à implementação das BWC.

- H5: A punição disciplinar por uso da força não tem influência na perceção dos polícias sobre a utilização das BWC.

Os polícias que já foram alvo de processos disciplinares e dos quais resultaram punições, mostraram ter uma opinião mais favorável à implementação das BWC, principalmente, no que toca à utilização destas para melhorar a própria conduta.

No que concerne ao objetivo geral, após a verificação de algumas variáveis e da análise de todos os resultados recolhidos é exequível declarar que este foi alcançado com sucesso. Sendo possível afirmar que a perceção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora é, generalizadamente, positiva, não tendo qualquer influência da função que desempenha ou no facto de já ter sido vítima ou não de violência no decorrer do seu serviço.

Por outro lado, é perceptível que os Chefes de Polícia apresentam ainda algum ceticismo no que toca aos impactos das BWC no policiamento, porém os polícias mais velhos, com maior nível de escolaridade e ainda os que já foram punidos disciplinarmente, apresentam uma opinião mais positiva em relação às BWC.

De forma transversal às investigações científicas nem tudo se desenrola conforme o inicialmente planeado ou pensado no decorrer da mesma, quer seja em termos do instrumento de recolha de dados, da própria amostra ou até mesmo de acontecimentos globais que influenciam direta ou indiretamente o quotidiano da amostra em estudo. Assim sendo, são elencadas algumas limitações que de alguma forma afetaram a investigação.

Desde logo, a parca literatura portuguesa na área das BWC, o que não permite estabelecer pontos de comparação a nível nacional e avaliação de possíveis alterações ou desenvolvimentos já efetuados nesta temática.

No que concerne ao instrumento de recolha de dados, inicialmente o mesmo foi divulgado por via eletrónica, com recurso à plataforma *Google Forms*, no entanto devido à fraca adesão da amostra e por limitações temporais optou-se por divulgar os inquéritos por questionário em formato físico, ou seja, fazer a distribuição dos questionários em papel nas próprias esquadras definidas para o estudo.

Neste sentido, também é perceptível alguma falta de atenção ou falta de disposição no preenchimento das respostas de alguns questionários, o que levou a certos padrões de resposta independentemente do conteúdo das afirmações, podendo ter alguma influência nas conclusões apresentadas.

Por último, tal como em muitas outras investigações desenvolvidas no início do ano 2020, a Pandemia COVID-19 foi uma limitação ao nosso estudo. Desde logo porque dificultou a entrega e recolha dos questionários em suporte papel. Mas ainda pelo acesso condicionado a várias fontes literárias.

Por último, como a área das BWC ainda pode ser amplamente estudada e aprofundada no contexto nacional, são referidas algumas recomendações para futuras investigações:

- Desenvolvimento de um estudo experimental com as BWC no terreno;
- Apurar a opinião dos polícias numa fase posterior à implementação das BWC na PSP e comparar com as recolhidas no presente estudo;
- Efetuar um estudo sobre as despesas de aquisição e manutenção das BWC;
- Aprofundar a questão do direito à reserva da vida privada e a utilização das BWC.

Referências

- Adams, I., & Mastracci, S. (2018). Police Body-Worn Cameras: Effects on officers' burnout and perceived organizational support. *Police Quarterly*, 22(1), 5-30. doi: 10.1177/1098611118783987
- Alpert, G. P., Dunham, R. G., & MacDonald, J. M. (2004). Interactive police-citizen encounters that result in force. *Police Quarterly*, 7(4). doi: 10.1177/1098611103260507
- Al-Shehhi, M. (2018). *A criminological critique of Body Worn Cameras in policing: The case of the United Arab Emirates* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade de Salford, Salford. Retrieved from <http://usir.salford.ac.uk/id/eprint/48888/>
- Alves, D. (2016). *Uso excessivo da força: Questões jurídicas, técnico-policiais e sociais* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Alves, R. (2017). *Câmaras Policiais de Porte Individual: Sinergias enquanto ferramenta de comando e controlo da atividade operacional da PSP*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Alves, R., & Morgado, S. (2019). Core capabilities: Body-Worn Cameras in Portugal. *European Law Enforcement Research Bulletin*, 18, 109-124. Retrieved from <https://bulletin.cepol.europa.eu/index.php/bulletin/issue/view/10.7725>.
- Ariel, B. (2016). Police Body Cameras in large police departments. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 106(4), 729-768. doi: 0091-4169/16/10604-0729
- Ariel, B., Farrar, E., & Sutherland, A. (2015). The effect of Police Body-Worn Cameras on use of force and citizens' complaints against the Police: A randomized controlled trial. *Journal of Quantitative Criminology*, 31(3), 509-535. doi: 10.1007/s10940-014-9236-3
- Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., & Sosinski, G. (2018a). The deterrence spectrum: Explaining why police Body-Worn Cameras “work” or “backfire” in aggressive police-public encounters. *Policing*, 12(1), 6-26. doi: 10.1093/polic/paw051

- Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., Magicks, S., & Henderson, R. (2016). Wearing body cameras increases assaults against officers and does not reduce police use of force: Results from a global multi-site experiment. *European Journal of Criminology*, 13(6), 1-12. doi:1477370816643734
- Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., Magicks, S., & Henderson, R. (2018b). Paradoxical effects of self-awareness of being observed: Testing the effect of police body-worn cameras on assaults and aggression against officers. *Journal of Experimental Criminology*, 14, 19-47. doi: 10.1007/s11292-017-9311-5
- Assembleia Geral da ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris. Retrieved from <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Barela, B. P. (2017). *Understanding the effects of body-worn cameras on police interactions with the public: Impact on number of assaults on officers and use of force complaints against officers*. (Dissertação de Mestrado não publicada). University of Colorado, Colorado Springs. Retrieved from <https://mountainscholar.org/handle/10976/166727>
- Baum, W. M. (2019). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. Porto Alegre: Artmed. Retrieved from https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=dIxyDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=behaviorismo&ots=JuALuscUhZ&sig=jw64LGPxjZTRb8oibzZ4ssTsE94&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Berne, X. (2018). Le Sénat en passe d'autoriser les pompiers et surveillants de prison à utiliser des caméras-piétons. *NextImpact*. Retrieved from <https://www.nextinpact.com/news/106690-le-senat-en-passe-dautoriser-pompiers-et-surveillants-prison-a-utiliser-cameras-pietons.htm>
- Binder, A., & Scharf, P. (1980). The violent police-citizen encounter. *American Academy of Political and Social Science*, 452(1). doi: 10.1177/000271628045200111
- Braga, A. A., Barao, L., McDevitt, J., & Zimmerman, G. (2018). *The impact of Body-Worn Cameras on complaints against officers and officer use of force incident reports: Preliminary evaluation Findings*. Boston, MA: Northeastern University Press. Retrieved from

<https://static1.squarespace.com/static/5086f19ce4b0ad16ff15598d/t/5a563546ec212d4f5bf29527/1515599174343/BPD+BWC+RCT+preliminary+impact+report.pdf>

- Braga, A. A., Sousa, W. H., Coldren Jr., J. R., & Rodriguez, D. (2018). The effects of Body-Worn Cameras on Police activity and police-citizen encounters: A randomized controlled trial. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 103(3), 511-538. doi:0091-4169/00/10803-0511
- Canotilho, J. J. G., & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. Coimbra: Coimbra Edições.
- Carvalho, P., & Pereira, F. (2019). Roupa rasgada e arranhões. Assim ficou polícia agredido na Amadora. *Notícias ao Minuto*. Retrived from <https://www.noticiasao minuto.com/pais/1301820/roupa-rasgada-e-arranhoes-assim-ficou-policia-agredido-na-amadora>
- Cheung, T. (2017). Hong Kong pan-democrats raise privacy concerns as police plan body-worn cameras for all frontline officers by 2021. *South China Morning Post*. Retrieved from <https://www.scmp.com/news/hong-kong/law-crime/article/2093128/hong-kong-pan-democrats-raise-privacy-concerns-police-plan>
- Chorão, J. B. (2002). *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- CM Amadora (2019). *Estatísticas: Amadora em números*. Retrieved from https://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/INFORMACAO_GEOGRAFICA/PDF/ESTATISTICAS/amadora_em_numeros.pdf
- CM Amadora (2020). *Juntas de freguesia*. Retrieved from <https://www.cm-amadora.pt/municipio/juntas-de-freguesia.html>
- Constituição da República Portuguesa, de 10 de março (1976). *Diário da República*, Série I, n.º 86.
- Crow, M. S., Snyder, J. A., Crichlow, V. J., & Smykla, J. O. (2017). Community perceptions of police body-worn cameras: The impact of views of fairness, fear, performance, and privacy. *Criminal Justice and Behavior*, 44(4), 589-610. doi: [10.1177/0093854816688037](https://doi.org/10.1177/0093854816688037)

- Cunha, L. M. (2007). *Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Darrigol, O. (2003). Number and measure: Herman von Helmholtz at the crossroads of mathematics, physics, and psychology. *Studies in History and Philosophy of Science*, 34(3), 517-573. doi: [10.1016/S0039-3681\(03\)00043-8](https://doi.org/10.1016/S0039-3681(03)00043-8)
- De Kock, L. (2014). Voluntarism in early psychology: The case of Hermann von Helmholtz. *History of Psychology*, 17(2), 105-128. doi: [10.1037/a0035978](https://doi.org/10.1037/a0035978)
- Decreto-Lei n.º 243/2015 de 19 de outubro. Estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícias de Segurança Pública. In Diário da República n.º 204/2015, I Série. Lisboa, Ministério da Administração Interna.
- Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro. Código Civil. In Diário do Governo n.º 274/1966, I Série. Lisboa, Ministério da Justiça.
- Dias, D. A. (2013). *Mediação de comportamentos desviantes em meio escolar: Um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado Não Publicada) Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Diehl, J., & Schnack, T. (2015). Bodycams für PolizistenHände hoch, wir filmen. *Spiegel Online*. Retrieved from <https://www.spiegel.de/netzwelt/gadgets/bodycams-fuer-polizisten-feldversuch-in-frankfurt-a-1041212.html>
- Dymond, A., & Hickman, M. (2017). Body-Worn Cameras, use of force and police-civilian interactions. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 12(1), 1-5. doi:10.1093/police/pax073
- Edmonton Police Service (2015). *Body Worn Video: Considering the evidence – final report of the Edmonton police service Body Worn Video pilot project*. Edmonton. Retrieved from https://bja.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh186/files/bwc/pdfs/EdmontonPS_Canada_BWVFinalReport.pdf
- Elias, L., Felgueiras, S., & Pais, L. (2017). Planning and policing of public demonstration: A case study. *Police Science and Research Bulletin*, 16, 155-68. Retrieved from <https://bulletin.cepol.europa.eu/index.php/bulletin/article/view/250/214>

- Ellis, T., Jenkins, C., & Smith, P. (2015). *Evaluation of the introduction of personal issue body worn video cameras (Operation Hyperion) on the Isle of Wight: Final report to Hampshire constabulary*. Institute of Criminal Justice Studies, University of Portsmouth. Retrieved from port.ac.uk/media/contacts-and-departments/icjs/downloads/Ellis-Evaluation-Worn-Cameras.pdf
- Fernandes, J. (2014). Os desafios da segurança contemporânea: Estado, identidade e multiculturalismo. Lisboa: Pedro Ferreira - Artes Gráficas.
- Fessard, L., & Hourdeaux, J. (2017). En France, des caméras-piétons au service des policiers plus que des citoyens. *Mediapart*. Retrieved from <https://www.mediapart.fr/journal/france/280217/en-france-des-cameras-pietons-au-service-des-policiers-plus-que-des-citoyens>
- Gaub, J. E., Choate, D. E., Todak, N., Katz, C. M., & White, M. D. (2016). Officer perceptions of Body-Worn Cameras before and after deployment: A study of three departments. *Police Quarterly*, 19(3), 275-302. doi: 10.1177/1098611116653398
- Gaub, J. E., Todak, N., & White, M. D. (2018). One size doesn't fit all: The deployment of Police Body-Worn Camerasto Specialty Units. *Internacional Criminal Justice Review*, 1-20. doi: 10.1177/1057567718789237
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Gomes, A. (2014). Kant on perception: Naïve realism, non-conceptualism, and the deduction. *The Philosophical Quarterly*, 64(254), 1-19. doi: 10.1093/pq/pqt019
- Goodall, M. (2007). *Guidance for the police use of Body-Worn Video devices*. Londres: Home Office. Retrieved from <http://library.college.police.uk/docs/homeoffice/guidance-body-worn-devices.pdf>
- Gramagila, J. A., & Philips, S. W. (2018). Police officers' perceptions of Body-Worn Cameras in Buffalo and Rochester. *American Journal of Criminal Justice*, 43, 313-328. doi: 10.1007/s12103-017-9403-9
- Guccione, G. (2017). Torino, "body cam" sul corpo dei vigili per le operazioni ad alto rischio. *La Repubblica*. Retrieved from https://torino.repubblica.it/cronaca/2017/05/05/news/torino_body_cam_sul_corpo_dei_vigil_per_le_operazioni_ad_alto_rischio-164672059/
- Guffey, J. E., Bedford, G., & Jones, E. (2018). Body worn cameras and implementation in the stockton, California police department: a pre- and post-survey of police officer

- attitudes. *Journal of Ethical and Legal Issues*, 11. Retrieved from <http://www.aabri.com/jeli.html>
- Ham, T.V., Kuppens, J., & Ferwerda, H. (2011). *Mobiel Cameratoezicht op scherp – Effecten op geweld tegen de politie en het politieproces in beeld*. Bureau Beke. Retrieved from https://www.bureaubeke.nl/doc/2011/2011-06-21%20Cameratoezicht_op_scherp_definitief.pdf
- Henriques, J. (2019). Oito polícias de Alfragide condenados, nove absolvidos. Vítimas vão receber indemnizações. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/05/20/sociedade/noticia/julgamento-alfragide-decisao-1873346>
- Henstock, D., & Ariel, B. (2017). Testing the effects of police body-worn cameras on use of force during arrests: A randomised controlled trial in a large British police force. *European Journal of Criminology*, 14(6). doi: 10.1177/1477370816686120
- Hill, M., & Hill, A. (1998). *A construção de um questionário*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Hill, M., & Hill, A. (2012). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- INE (2019a). *Crimes registados (n.º) pelas autoridades policiais e por localização geográfica (NUTS-2013) e categoria de crime 2018*. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCo d=0008073&contexto=bd&selTab=tab2
- INE (2019b). *Estatísticas dos municípios*. Retrieved from https://www.ine.pt/documentos/municipios/1115_2019.pdf
- Jennings, W. G., Fridell, L. A., & Lynch, M. D. (2014). Cops and cameras: Officer perceptions of the use of body-worn cameras in law enforcement. *Journal of Criminal Justice*, 42(6). doi: 10.1016/j.jcrimjus.2014.09.008
- Jennings, W. G., Fridell, L. A., Lynch, M., Jetelina, K. K., & Gonzalez, J. M. R. (2016). A Quasi-Experimental evaluation of the effects of Police Body-Worn Cameras (BWCs) on response-to-resistance in a large metropolitan police department. *Deviant Behavior*, 38(11), 1-8. doi: [10.1080/01639625.2016.1248711](https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1248711)
- Jennings, W. G., Lynch, M. D., & Fridell, L. A. (2015). Evaluating the impact of police officer body-worn cameras (BWCs) on response-to-resistance and serious external

- complaints: Evidence from the Orlando police department (OPD) experience utilizing a randomized controlled experiment. *Journal of Criminal Justice*, 43(6), 480-486. doi: [10.1016/j.jcrimjus.2015.10.003](https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.10.003)
- Katz, C. M., Choate, D. E., Ready, J. R., & Nuno, L. (2014). *Evaluating the impact of officer Worn Body Cameras in the Phoenix police department*. Phoenix, Az: Center for Violence Prevention & Community Safety, Arizona State University. Retrieved from https://publicservice.asu.edu/sites/default/files/ppd_spi_feb_20_2015_final.pdf
- Katz, C., Kurtenbach, M., Choate, D. W., & White, M. D. (2015). *Phoenix, Arizona, smart policing initiative: Evaluating the impact of police officer Body-Worn Cameras*. U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Assistance. Washington DC. Retrieved from <https://bja.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh186/files/bwc/pdfs/Phoenix-Site-Spotlight-081815.pdf>
- Koen, M. C. (2016). *On-set with Body-Worn Cameras in a police organization: Structures, practices, and technological frames*. (Dissertação de Doutoramento não publicada). Fairfax, VA: George Mason University. Retrieved from <http://mars.gmu.edu/xmlui/handle/1920/10419>
- Kyle, M. J., & White, D. R. (2017). The impact of law enforcement officer perceptions of organizational justice on their attitudes regarding body-worn cameras. *Journal of Crime and Justice*, 40(1), 68-83. doi: 10.1080/0735648X.2016.1208885
- Lehtonen, T. (2018). Haalarikamerat – tarpeellisia vai ei?. *Poliisiammattikorkeakoulu*. Retrieved from https://www.theseus.fi/bitstream/handle/10024/155610/YAMK_ON_Lehtonen.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Lei n.º 1/2005 de 1 de outubro. Regula a utilização de câmaras de vídeos pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum. In Diário da República n.º 6/2005, I Série A. Lisboa, Assembleia da República.
- Lei n.º 30/2017 de 30 de maio. Transpõe a Diretiva 2014/42/EU, sobre o congelamento e a perda de instrumentos e produtos do crime na União Europeia. In Diário da República n.º 104/2017, I Série. Lisboa, Assembleia da República.
- Lei n.º 37/2019 de 30 de maio. Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública. In Diário da República n.º 104/2019, I Série. Lisboa, Assembleia da República.

- Lei n.º 9/2012 de 23 de fevereiro. Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005. In Diário da República n.º 39/2012, I Série. Lisboa, Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto. Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública. In Diário da República n.º 168/2007, I Série. Lisboa, Assembleia da República.
- Lombroso, G. (2019, 20 de março). Criminal man, according to the classification of Cesare Lombroso. *Good Press*. Retrieved from <https://books.google.pt/books?id=JyvDDwAAQBAJ&lpq=PT6&ots=OvVElf48X-&dq=lombroso&lr&hl=pt-PT&pg=PP1#v=onepage&q=lombroso&f=false>
- Lum, C., Stoltz, M., Koper, C. S., & Scherer, J. A. (2019). Research on body-worn cameras: What we know, what we need to know. *Criminology & Public Policy*, 18(1), 93-118. doi: 10.1111/1745-9133.12412
- Marconi, M.A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65–90. doi: 10.14417/lp.763
- Martini, M., Nink, D., & Wenzel, M. (2016). *Bodycams zwischen Bodyguard und Big Brother - Zu den rechtlichen Grenzen filmischer Erfassung von Sicherheitseinsätzen durch Miniaturkameras und Smartphones*. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/317185182_Bodycams_zwischen_Bodyguard_und_Big_Brother_-_Zu_den_rechtlichen_Grenzen_filmischer_Erfassung_von_Sicherheitseinsätzen_durch_Miniaturkameras_und_Smartphones
- Matias, F. S. (2019). *Smartphone and privacy concerns: Not so smart*. (Dissertação de Mestrado Não Publicada). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Mazerolle, L., Bennett, S., Davis, J., Sargeant, E., & Manning, M. (2013). Legitimacy in policing: A systematic review. *Campbell Systematic Reviews*. doi: 10.4073/csr.2013.1
- McLean, K., Wolfe, S. E., Chrusciel, M. M., & Kaminski, R. J. (2015). *Body-Worn Cameras in South Carolina: Law enforcement executives' views concerning use, policies and*

- outcomes*. University of South Carolina, Columbia. Retrieved from https://sc.edu/study/colleges_schools/artsandsciences/criminology_and_criminal_justice/documents/2015_census_report.pdf
- Merola, L. M., Lum, C., Koper, C. S., & Scherer, A. (2016). *Body Worn Cameras and the Courts: A national survey of state prosecutors*. George Mason University's Center for Evidence-Based Crime Policy. Retrieved from <https://www.bwctta.com/resources/bwc-resources/bwcs-and-state-prosecutors>
- Metropolitan Police (2017, 14 de dezembro). *So, what is BWV?*. Retrieved from <https://www.metpolice.uk/bwv/index.html>
- Miller, L., Toliver, J., & Police Executive Research Forum (2014). *Implementing a Body-Worn Camera program: Recommendations and lessons learned*. Washington DC: Office of Community Oriented Policing Services. Retrieved from https://www.policeforum.org/assets/docs/Free_Online_Documents/Technology/implementing%20a%20body-worn%20camera%20program.pdf
- Moreira, V., & Gomes, C. M. (2012). *Compreender os Direitos Humanos: Manual de educação para os Direitos Humanos*. Coimbra: Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- National Institute of Justice (2017). *Overview of Body-Worn Cameras use by law enforcement*. Retrieved from <https://nij.ojp.gov/topics/articles/research-body-worn-cameras-and-law-enforcement#note2>
- Novaes, R. (2001). *Direitos Humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: MAUAD.
- Obasi, J. E. (2018). *Police officers' perceptions of Body-Worn Camera technology*. (Dissertação de Doutoramento não publicada). Walden University, Minneapolis. Retrieved from <https://scholarworks.waldenu.edu/dissertations/4544/>
- ODS Consulting (2011). *Body Worn Video projects in Paisley and Aberdeen: Self-evaluation*. Retrieved from <https://bwvsg.com/wp-content/uploads/2013/07/BWV-Scottish-Report.pdf>
- Office of the Privacy Commissioner of Canada. (2015). *Guidance for the use of body-worn cameras by law enforcement authorities*. Retrieved from https://www.priv.gc.ca/en/privacy-topics/surveillance/police-and-public-safety/gd_bwc_201502/

- Organização das Nações Unidas (1976). *Pacto internacional sobre os Direitos Civis e Políticos*. Nova Iorque. Retrieved from <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/pacto-internacional-sobre-os-direitos-civis-e-politicos-0>
- Owens, C., Mann, D., & McKenna, R. (2014). *The Essex body worn video trial: The impact of Body Worn Video on criminal justice outcomes of domestic abuse incidents*. Ryton-on-Dunsmore, Coventry, England: College of Policing. Retrieved from https://bwvsg.com/wp-content/uploads/2013/07/BWV_ReportEssTrial.pdf
- Pasternack, A. (2018, 21 de fevereiro). Body camera maker will let cops live-stream their encounters. Fast Company. Retrieved from <https://www.fastcompany.com/90247228/axon-new-body-cameras-will-live-stream-police-encounters>
- Pelfrey Jr., W. V., & Keener, S. (2018). Body-worn cameras and officer perceptions: a mixed-method pretest posttest of patrol officers and supervisors. *Journal of Crime and Justice*, 41(5), 535-552. doi: 10.1080/0735648X.2018.1479287
- Perkins, G. (2018). Lights, camera, action! Body-Worn Cameras: Challenges and opportunities in police research. *Policing*, 12(1), 120-124. doi: 10.1093/police/pax002
- Phelps, J. M., Strype, J., Le Bellu, S., Lahlou, S., & Aandal, J. (2016). Experimental learning and simulation-based training in Norwegian police education: Examining Body-Worn Video as a tool to encourage reflection. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 12(1), 50-65. doi: 10.1093/police/paw014
- Pilati, J. I., & Olivo, M. V. C. (2014). Um novo olhar sobre o Direito à Privacidade: Caso Snowden e pós-modernidade jurídica. *Sequência*, 35(69), 281-300. doi: 10.5007/2177-7055.2014v35n69p281
- Pires, F. (2016). *Dos efeitos dos sistemas de videovigilância (CCTV) na criminalidade e sentimento de insegurança da população – Estudo de caso do Bairro Alto* - (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Poiares, N. (2013). *Mudar a Polícias ou mudas os polícias?: O papel da PSP na sociedade moderna*. Lisboa: Bnomics.

- Police and Crime Standards Directorate (2006). *Lessons learned from the domestic violence enforcement campaigns 2006*. Londres: Home Office.
- Police and Crime Standards Directorate (2007). *Guidance for the police use of Body-Worn Video devices*. Londres: Home Office.
- Police Service of Northern Ireland (2016). *Belfast city policing district introduce Body Worn Video Cameras*. Retrieved from <https://www.police.gov.sg/Media-Room/News>
- Polícia de Segurança Pública (2017). *Grandes opções estratégicas da PSP para 2017-2020*. Lisboa. Retrieved from <https://www.psp.pt/Documents/Instrumentos%20de%20Gest%C3%A3o/Documentos%20Estrat%C3%A9gicos/Op%C3%A7%C3%B5es%20Estrat%C3%A9gicas%202017-2020.pdf>
- Polícia de Segurança Pública (2017). *Plano de atividades 2017*. Lisboa. Retrieved from: <https://www.psp.pt/Documents/Instrumentos%20de%20Gest%C3%A3o/Plano%20de%20atividades/2017%20-%20Plano%20de%20atividades%20da%20PSP.pdf>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Universidade Feevale
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ready, J. T., & Young, J. T. N. (2015). The impact of on-office video cameras on police-citizen contacts: findings from a controlled experiment in Mesa, AZ. *Journal of Experimental Criminology*, 11(3), 445-458. doi: 10.1007/s11292-015-9237-8
- Richards, P., Roberts, D., Britton, M., & Roberts, N. (2017). The exploration of Body-Worn Video to accelerate the decision-making skills of police officers within an experiential learning environment. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 12(1), 43-49. doi: [10.1093/police/pax017](https://doi.org/10.1093/police/pax017)
- Rodrigues, R. (2019). *A utilização de Terminais Móveis de Dados nos carros-patrulha da Polícia de Segurança Pública: Potencialidades para a atividade operacional*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Roth, P.L., & BeVier, C.A. (1998). Response rates in HRM/OB survey research: Norms and correlates, 1990–1994. *Journal of Management Studies*, 24(1), 97–117. doi: 10.1177/014920639802400107
- Rowe, M., Pearson, G., & Turner, E. (2017). Body-worn cameras and the law of unintended consequences: Some questions arising from emergent practices. *Policing*, 12(1), 83–90. doi: doi:10.1093/police/pax011
- Scarlino, M. (2017). Vigili urbani al Comune: “Basta liti stradali, dateci le bodycam”. *Roma Today*. Retrieved from <http://www.romatoday.it/politica/bodycam-roma.html>
- Singapore Police Force (2015). Officers to wear cameras. *The Singapore Police Force Magazine*, 42(1). Retrieved from <https://www.police.gov.sg/Media-Room/News>
- Smykla, J. O., Crow, M. S., Crichlow, V. J., & Snyder, J. A. (2016). Police Body-Worn Cameras: Perception of law enforcement leadership. *American Journal of Criminal Justice*, 41, 424–443. doi: 10.1007/s12103-015-9316-4
- Snyder, J. A., Crow, M. S., & Smykla, J.O. (2019). Police officer and supervisor perceptions of Body-Worn Cameras pre- and postimplementation: The importance of officer buy-in. *Criminal Justice Review*, 44(3), 322–338. doi: 10.1177/0734016819846223
- Sousa, W. H., Miethe, T., & Sakiyama, M. (2017). Inconsistencies in public opinion of Body-worn Cameras on police: Transparency, trust, and improved police-citizen relationships. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 12(1), 100–108. doi:10.1093/police/pax015
- Tankebe, J., Reisig, M. D., & Wang, X. (2016). A multidimensional model of police legitimacy: A cross-cultural assessment. *Law and Human Behavior*, 40(1), 11–22. doi: 10.1037/lhb0000153
- Taylor, E. (2016). Lights, camera, redaction... police Body-Worn Cameras: Autonomy, discretion and accountability. *Surveillance & Society*, 14(1), 128–132. doi: [10.24908/ss.v14i1.6285](https://doi.org/10.24908/ss.v14i1.6285)
- Taylor, E., & Lee, M. (2019). Off the record? Arrestee concerns about the manipulation, modification, and misrepresentation of police Body-Worn Camera footage. *Surveillance & Society*, 17(3/4), 473–483. doi: 10.24908/ss.v17i3/4.6550

- Taylor, E., Lee, M., Willis, M., & Gannoni, A. (2017). Police detainee perspectives on police body-worn cameras. *Trends & issues in crime and criminal justice*, 537. Retrieved from <https://aic.gov.au/publications/tandi/tandi537>
- Toronto Police Service (2016). *Body-Worn Cameras: A report on the findings of the pilot project to test the value and feasibility of body-worn cameras for police officers in Toronto*. STP Strategy Management, Strategic Planning Section, Toronto. Retrieved from <https://bja.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh186/files/bwc/pdfs/TPS-Body-Worn-Camera-Pilot-Project-Evaluation.pdf>
- Vieira, A. (2011). *Sistema de videovigilância – CCTV* (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Vilhena, M. (2019). *Modelo de risco de terreno: Uma estratégia preditiva para a aplicação de sistemas de videovigilância* (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Welsh, B. C., Farrington, D. P., & Taheri, S. A. (2015). Effectiveness and social costs of public area surveillance for crime prevention. *Annual Review of Law and Social Science*, 11, 111-130. doi: 10.1146/annurev-lawsocsci-120814-121649
- White, M. D. (2014). Police officer Body-Worn Cameras: Assessing the evidence. Washington DC: Office of Community Oriented Policing Services. Retrieved from <https://www.publicsafety.gc.ca/lbrr/archives/cnmcs-plcng/cn31934-eng.pdf>
- White, M. D. (2019). Translating the story on body-worn cameras. *Criminology & Public Policy*, 18(1), 89-91. doi:10.1111/1745-9133.12421
- White, M. D., Todak, N., & Gaub J. E. (2018). Examining Body-Worn Camera Integration and Acceptance Among Police Officers, Citizens, and External Stakeholders. *Criminology & Public Policy*, 17(3), 1-29. doi: 10.1111/1745-9133.12376
- Young, J. T. N., & Ready, J. T. (2015). Diffusion of ideas and technology: The role of networks in influencing the endorsement and use of on-Officer Video Cameras. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 31(3), 243-261. doi: 10.1177/1043986214553380

Anexos

Anexo 1 – Pedido de autorização para aplicar o questionário original

29/04/2020

nmalbardeiro@psp.pt – Correio

Re: Inquiry Request

Jennings, Wesley G <jenningswgj@txstate.edu>

seg 04-11-2019 18:37

Para: Nuno Miguel Espadinha Albardeiro <nmalbardeiro@psp.pt>

Hi Nuno,

Thank you for reaching out. You are certainly welcome to use any/all of the survey questions in the 2014 published article (the questions are in the article). Best wishes with your research.

--Wes

From: Nuno Miguel Espadinha Albardeiro <nmalbardeiro@psp.pt>

Date: Monday, November 4, 2019 at 8:49 AM

To: "Jennings, Wesley G" <jenningswgj@txstate.edu>

Subject: Inquiry Request

Dear Mr. Wesley Jennings,

I'm sorry for the inconvenience, but I reinforce the email I sent you earlier about using a survey of your own in a study I will be preparing.

I am a 5th year Cadet of the Higher Institute of Police Sciences and Homeland Security, in Portugal, studying MSc Police Sciences. In 2020 I will start elaborating my master thesis, and I am considering replicating your study: Jennings, W., Fridell, L. & Lynch, M. (2014). Cops and Cameras: Officer perceptions of the use of body-worn cameras in law enforcement. *Journal of Criminal Justice*, 42,549-556. doi: 10.1016/j.crimjus.2014.09.008.

I believe that the replication of your study would be of great importance to the validation and the determination of the generalizability of the results shown in this same study, as well as an important scientific contribution to the Portuguese Public Security Police (Policia de Seguranca Publica). Therefore, I would like to know if it is possible for you to facilitate the methodological instrument (survey) used in the inquiry of the subjects and if you allow us to use it, as it would contribute to the accuracy of the replication.

Don't hesitate to contact me on any further details or clarification.

Yours Sincerely,

Nuno Miguel Espadinha Albardeiro

Aspirante a Oficial de Policia

T: +351 963 804 570

E: nmalbardeiro@psp.pt

XXXII CFOP

 policiaseguranca publica

 **POLÍCIA**
SEGURANÇA PÚBLICA

Instituto Superior de Ciências Policiais e
Segurança Interna

Rua 1º de Maio, nº 3, 1349-040 Lisboa

www.psp.pt



 PT

Anexo 2 – Aprovação da aplicação do questionário

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de
Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 33/SECDE/2020

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE201900001ASP

Data: 2020-01-28

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

Autenticado.
21.02.2020
Abílio Pinto Vieira
Superintendente-Chefe

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas.
2. O Aspirante a Oficial de Polícia Nuno Miguel Espadinha Albardeiro irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Body-Worn Cameras: A perceção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora", sob orientação científica da Prof.ª Doutora Sónia Morgado e coorientador o Superintendente Luís Elias.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a aplicação de um questionário a polícias da carreira de Oficial (Subcomissários), da carreira de Chefes (Coordenadores, Principais e Chefes) e da carreira de Agentes (Coordenadores, Principais e Agentes), do género masculino e feminino, com funções operacionais na Divisão da Amadora – Comandante de Esquadra, Adjunto do Comandante de Esquadra, Supervisor Operacional, Graduado de Serviço, Equipas de Patrulhamento Auto, Equipas de Patrulhamento Apeado, Supervisor local (PIPP), Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima, Equipas do Programa da Escola Segura e Equipas de Intervenção Rápida.
4. A obtenção da informação, constituirá um capítulo da dissertação que sustente todo o trabalho de investigação realizado.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que o Aspirante a Oficial de Polícia Nuno Albardeiro se compromete a utilizar os resultados obtidos apenas no âmbito da dissertação em questão.

O Diretor

José Carlos Bastos Leitão
José Carlos Bastos Leitão
Superintendente



R. 1.º de Maio, n.º3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |
iscpsi@psp.pt

147458
Página 1/1

Anexo 3 – Pedido de Divulgação do questionário

07/05/2020

nmalbardeiro@psp.pt – Correio

Divulgação de Questionário - Body-Worn Cameras: A perceção dos Polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

Nuno Miguel Espadinha Albardeiro

seg 24-02-2020 11:20

Sent Items

Para: COMETLIS - Núcleo de Formação <formacao.lisboa@psp.pt>;

📎 1 anexos (401 KB)

33SECDE2020 - DESPACHO.PDF;

Exmos. Senhores,

Eu, Nuno Miguel Espadinha Albardeiro, Aspirante a Oficial de Polícia M\156427, do 32.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no âmbito do trabalho de Dissertação de Mestrado intitulado: "*Body-Worn Cameras: A perceção dos Polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora*", do qual é orientadora a Sra. Professora Doutora Sónia Morgado e coorientador o Sr. Superintendente Luis Elias, vem muito respeitosamente solicitar a divulgação do seguinte questionário, superiormente autorizado, conforme documento anexo.

Questionário: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfpig1fbh6JhUH2GU6FHqwPkLdmtululAsfx3PX6VLnM3C29Q/viewform?usp=sf_link

O questionário deve ser aplicado na Divisão Policial da Amadora, a todos os polícias com funções operacionais, de todas as esquadras de competência territorial integradas e à Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial, sendo que devem ser incluídos:

- Comandante de Esquadra
- Adjunto do Comandante de Esquadra
- Supervisor Operacional
- Graduado de Serviço
- Equipas de Patrulhamento Auto
- Equipas de Patrulhamento Apeado
- Supervisor Local (PIPP)
- Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima
- Equipas do Programa Escola Segura
- Equipas de Intervenção Rápida

Todos os dados recolhidos serão tratados de forma anónima e utilizados apenas no âmbito académico, garantindo a sua confidencialidade.

O Aspirante a Oficial de Polícia,

Nuno Miguel Espadinha Albardeiro

Aspirante a Oficial de Polícia

T: +351 963 804 570
E: nmalbardeiro@psp.pt

XXXII CFOP

 policiasegurancapublica



Instituto Superior de Ciências Policiais e
Segurança Interna

Rua 1.º de Maio, nº 3, 1349-040 Lisboa
www.psp.pt



Apêndices

Apêndice A – Questionário

25/01/2020

Body-Worn Cameras: A percepção dos Polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

Body-Worn Cameras: A percepção dos Polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

O presente questionário é aplicado no desenvolvimento da Dissertação de Mestrado, no âmbito das Ciências Policiais, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, sob a orientação da Prof. Doutora Sónia Morgado e do Sr. Superintendente, Prof. Doutor Luís Elias. O questionário tem como objetivo apurar a percepção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora sobre as Body-Worn Cameras (BWC), vulgarmente conhecidas como Body-Cams.

Neste sentido, solicita-se a sua colaboração para o preenchimento do questionário, que tomará cerca de 5 minutos do seu tempo.

Todos os dados recolhidos são anónimos e serão apenas utilizados no âmbito académico, garantindo a sua confidencialidade.

Qualquer questão ou dúvida que tenha pode contactar diretamente o autor, através do mail nmalbardeiro@psp.pt

Obrigado pela sua colaboração!

O Aspirante a Oficial de Polícia,
Nuno Miguel Espadinha Albardeiro
M/156427

*Obrigatório

Imagem ilustrativa de um polícia equipado com uma Body-Worn Camera.



Consentimento Informado

«Li e compreendi a informação fornecida sobre o questionário que integra a presente investigação sobre "Body-Worn Cameras: A percepção dos polícias com funções operacionais na Divisão Policial da Amadora" e concordo em responder voluntariamente a este questionário»

<https://docs.google.com/forms/d/17VXGISgUTaCBGAKLmfW760RoJEu3Rmh3gLIH7ID0tvA/edit>

1/7

Body-Worn Cameras: Perceção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

25/01/2020

Body-Worn Cameras: A perceção dos Polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

1. Selecciona uma opção sobre o seu consentimento *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo

PARTE 1 - DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 21 anos
- ☐ 21-30
- ☐ 31-40
- ☐ 41-50
- ☐ Mais de 50

3. Género *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

4. Estado Civil *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)/União de facto
- ☐ Divorciado(a)/Separado(a)
- ☐ Viúvo(a)

5. Habilitações Literárias *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Básico
- ☐ Ensino Secundário
- ☐ Ensino Superior

PARTE 2 - INFORMAÇÕES POLICIAIS

6. Anos a trabalhar na Polícia (incluindo a formação) *

7. Categoria Policial *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Agente de Polícia
- ☐ Chefe de Polícia
- ☐ Oficial de Polícia

Body-Worn Cameras: Percepção dos policiais com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

25/01/2020

Body-Worn Cameras: A percepção dos Policiais com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

8. Função Policial *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Comandante de Esquadra
- ☐ Adjunto do Comandante de Esquadra
- ☐ Supervisor Operacional
- ☐ Graduado de Serviço
- ☐ Equipa de Patrulhamento Auto
- ☐ Equipa de Patrulhamento Apeado
- ☐ Supervisor Local (PIPP)
- ☐ Equipa de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV)
- ☐ Equipas do Programa Escola Segura (EPES)
- ☐ Equipa de Intervenção Rápida

9. Já foi vítima de violência, no decorrer da sua função policial? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. Já foi punido disciplinarmente por ter recorrido à força de forma excessiva? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

PARTE 3 - PERCEÇÕES

11. Pergunta 1: Qual a sua opinião sobre o impacto das Body-Worn Cameras no policiamento? Indique o seu nível de concordância para as seguintes afirmações. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
a. Penso que esta Instituição deveria adotar Body-Worn Cameras para todos os policiais da front-line (entenda front-line como os policiais que, normalmente, são os primeiros a chegar à ocorrência).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b. Eu sentir-me-ia confortável utilizando uma Body-Worn Camera.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Body-Worn Cameras: Percepção dos polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

25/01/2020

Body-Worn Cameras: A percepção dos Polícias com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

12. Pergunta 2: Qual a sua opinião sobre a utilização de Body-Worn Cameras enquanto se encontra de serviço? Indique o seu nível de concordância para as seguintes afirmações. *
- Marcar apenas uma oval por linha.

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
a. Utilizar Body-Worn Cameras melhoraria a minha conduta no terreno.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b. Utilizar Body-Worn Cameras melhoraria a conduta dos cidadãos que contacto no terreno.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c. Utilizar Body-Worn Cameras far-me-ia sentir mais seguro durante o trabalho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Body-Worn Cameras: Percepção dos policiais com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

25/01/2020

Body-Worn Cameras: A percepção dos Policiais com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

13. Pergunta 3: Que impacto teria a utilização de uma Body-Worn Camera na sua conduta enquanto estivesse de serviço? Indique o seu nível de concordância para as seguintes afirmações. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
a. Utilizar uma Body-Worn Camera reduziria o uso da força contra indivíduos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b. Utilizar uma Body-Worn Camera reduziria o número de queixas (externas) recebidas dos cidadãos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c. Utilizar uma Body-Worn Camera reduziria o número de queixas (internas) do departamento apresentadas contra mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d. Utilizar uma Body-Worn Camera reduziria a minha vontade em responder a chamadas de serviço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e. Utilizar uma Body-Worn Camera aumentaria a probabilidade da minha conduta ser "by the book" (segundo as normas).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Body-Worn Cameras: Percepção dos policiais com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

25/01/2020

Body-Worn Cameras: A percepção dos Policiais com funções operacionais da Divisão Policial da Amadora

14. Pergunta 4: Suponha que a Instituição adotou o uso das Body-Worn Cameras para todos os seus policiais da front-line. Que impacto teria a utilização de Body-Worn Cameras na conduta dos outros policiais (não você). *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
a. A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição reduziria o uso da força dos outros policiais contra os indivíduos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b. A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição reduziria o número de queixas apresentadas pelos cidadãos contra outros policiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c. A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição reduziria o número de queixas internas apresentadas contra outros policiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d. A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição reduziria a vontade de outros policiais responderem a chamadas de serviço.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e. A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição aumentaria a probabilidade da conduta de outros policiais ser "by the book" (segundo as normas).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Agradecimento

O nosso agradecimento pela sua imprescindível participação neste questionário de investigação no âmbito da Dissertação de Mestrado.

Com tecnologia
 Google Forms

<https://docs.google.com/forms/d/17VXGfSGUTaCBGAKLmfW760RoJEu3Rmh3gLiH7ID0tvA/edit>

6/7

Apêndice B – Distribuição de frequências pelas Carreiras Policiais

Tabela 5

Distribuição de Frequências por Carreira Policial

Carreira Policial	N	%
Oficial de Polícia	5	3
Chefe de Polícia	22	13,2
Agente de Polícia	140	83,8

Apêndice C – Análise geral das 15 afirmações

Tabela 6

Análise com recurso à estatística descritiva das 15 afirmações

	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Não concordo nem discordo		Concordo parcialmente		Concordo totalmente		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1a: Penso que esta Instituição deveria adotar Body-Worn Cameras para todos os policiais da front-line	0	0,0%	1	0,6%	3	1,8%	22	13,2%	141	84,4%	4,81
1b: Eu sentir-me-ia confortável utilizando uma Body-Worn Camera	0	0,0%	0	0,0%	5	3,0%	34	20,4%	128	76,6%	4,74
2a: Utilizar Body-Worn Cameras melhoraria a minha conduta no terreno	27	16,2%	14	8,4%	46	27,5%	41	24,6%	39	23,4%	3,31
2b: Utilizar Body-Worn Cameras melhoraria a conduta dos cidadãos que contacto no terreno	3	1,8%	1	0,6%	16	9,6%	61	36,5%	86	51,5%	4,35
2c: Utilizar Body-Worn Cameras far-me-ia sentir mais seguro durante o trabalho	5	3,0%	1	0,6%	16	9,6%	68	40,7%	77	46,1%	4,26
3a: Utilizar uma Body-Worn Camera reduziria o uso da força contra indivíduos	28	16,8%	20	12,0%	49	29,3%	51	30,5%	19	11,4%	3,08
3b: Utilizar uma Body-Worn Camera reduziria o número de queixas (externas) recebidas dos cidadãos	3	1,8%	15	9,0%	25	15,0%	69	41,3%	55	32,9%	3,95
3c: Utilizar uma Body-Worn Camera reduziria o número de queixas (internas) do departamento apresentadas contra mim.	11	6,6%	15	9,0%	30	18,0%	58	34,7%	53	31,7%	3,76
3d: Utilizar uma Body-Worn Camera reduziria a minha vontade em responder a chamadas de serviço	104	62,3%	28	16,8%	27	16,2%	7	4,2%	1	0,6%	1,64
3e: Utilizar uma Body-Worn Camera aumentaria a probabilidade da minha conduta ser "by the book" (segundo as normas)	28	16,8%	18	10,8%	43	25,7%	59	35,3%	19	11,4%	3,14
4a: A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição reduziria o uso da força dos outros policiais contra os indivíduos	18	10,8%	23	13,8%	44	26,3%	60	35,9%	22	13,2%	3,27
4b: A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição reduziria o número de queixas apresentadas pelos cidadãos contra outros policiais	5	3,0%	12	7,2%	19	11,4%	58	34,7%	73	43,7%	4,09
4c: A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição reduziria o número de queixas internas apresentadas contra outros policiais	6	3,6%	11	6,6%	33	19,8%	56	33,5%	61	36,5%	3,93
4d: A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição reduziria a vontade de outros policiais responderem a chamadas de serviço	84	50,3%	38	22,8%	35	21,0%	5	3,0%	5	3,0%	1,86
4e: A adoção das Body-Worn Cameras em toda a Instituição aumentaria a probabilidade da conduta de outros policiais ser "by the book" (segundo as normas)	19	11,4%	19	11,4%	41	24,6%	71	42,5%	17	10,2%	3,29

Apêndice D – Análise das novas variáveis

Tabela 7

Análise com recurso ao Alfa de Cronbach

	N.º de itens	Alfa de Cronbach
Impacto das BWC no policiamento	2	,805
Opinião sobre a utilização das Body-Worn Cameras	3	,608
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	5	,703
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros policías	5	,607

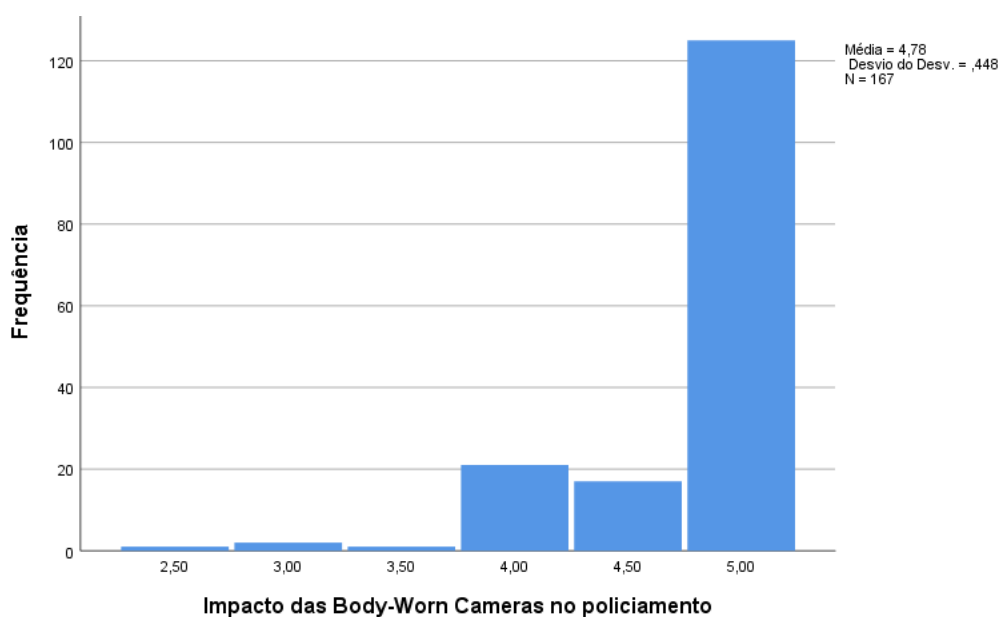


Figura 3. Histograma relativo à primeira questão

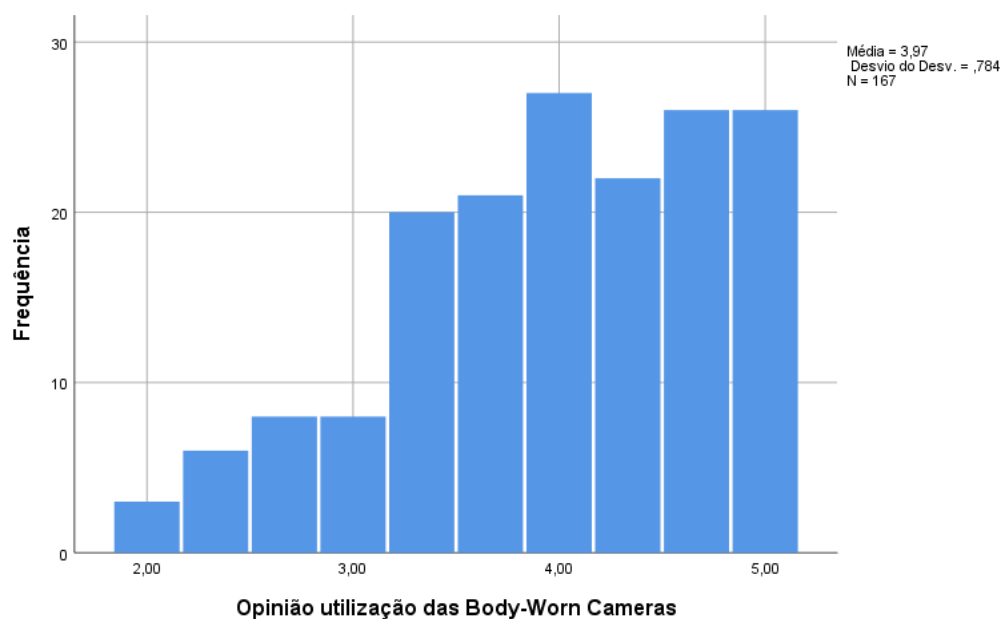


Figura 4. Histograma relativo à segunda questão

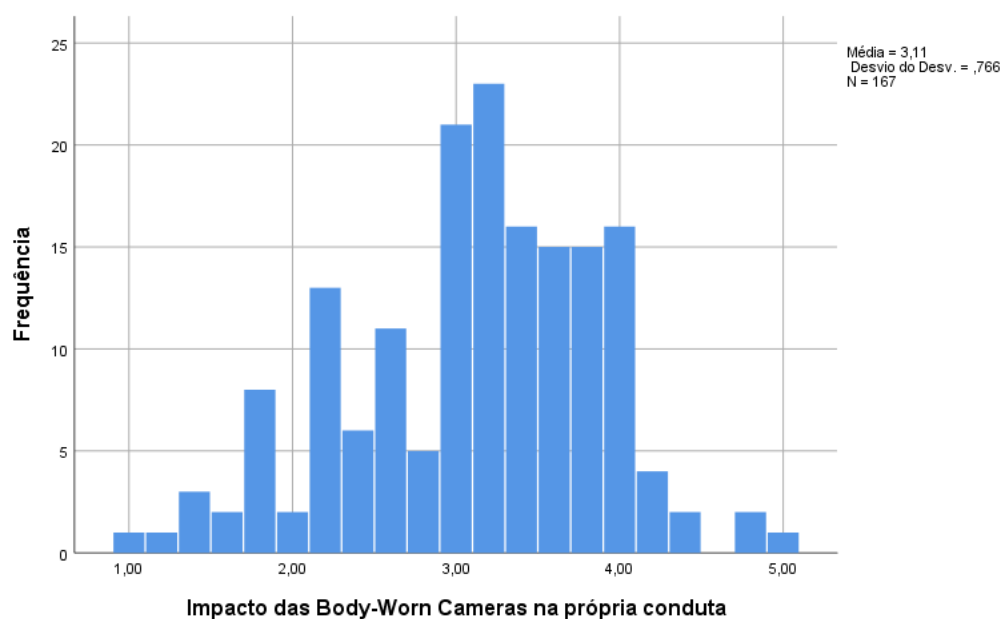


Figura 5. Histograma relativo à terceira questão

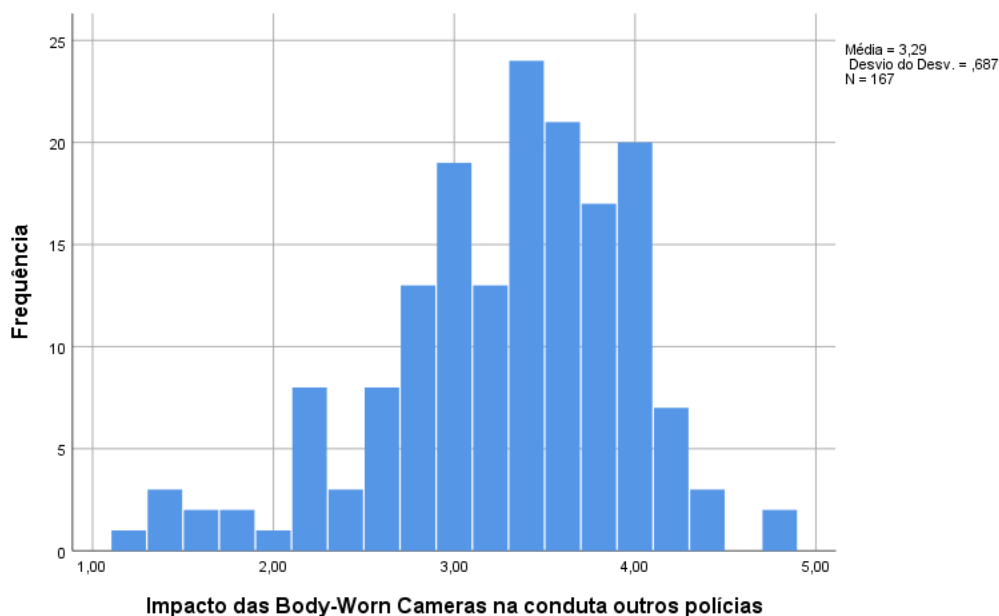


Figura 6. Histograma relativo à quarta questão

Tabela 8

Teste de normalidade Kolmogorov-Sminov

	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>		
	Estatística	df	Sig.
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	,440	167	,000
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	,123	167	,000
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	,130	167	,000
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros polícias	,129	167	,000

Tabela 9

Correlação de Variáveis Spearman

	Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros polícias
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	,333	-,032	,014
Opinião utilização das Body-Worn Cameras		,460	,371
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta			,671

Apêndice E – Análise das funções policiais

Tabela 10

Análise com recurso à estatística descritiva e teste de Kruskal-Wallis às funções policiais

		Função Policial									Kruskal-Wallis	
		Adjunto do Comandante de Esquadra	Comandante de Esquadra	Equipa de Intervenção Rápida	Equipa de Patrulhamento Apeado	Equipa de Patrulhamento Auto	EPAV	EPES	Graduado de Serviço	Supervisor Operacional	<i>KW</i>	<i>p</i>
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,88	5,00	4,88	4,80	4,77	4,88	4,82	4,60	4,38	12,167	0,144
	Desvio padrão	,25	,00	,31	,44	,48	,34	,34	,58	,48		
	Mediana	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,25		
	Mínimo	4,50	5,00	4,00	3,00	2,50	4,00	4,00	3,00	4,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Máximo	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	16,007	0,042
	Média	4,83	4,13	3,72	4,13	3,94	4,25	3,64	3,75	3,58		
	Desvio padrão	,19	1,07	,93	,72	,82	,51	,78	,81	,17		
	Mediana	4,83	4,67	4,17	4,00	4,00	4,33	3,33	3,67	3,67		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Mínimo	4,67	2,33	2,00	2,67	2,00	3,33	2,67	2,33	3,33	18,561	0,017
	Máximo	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,67	5,00	3,67		
	Média	3,75	3,24	2,78	2,95	3,16	3,55	2,84	3,15	3,10		
	Desvio padrão	,50	,99	,71	,70	,79	,60	,69	,81	1,09		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros polícias	Mediana	4,00	3,80	3,00	3,00	3,40	3,70	3,00	3,20	3,30	4,675	0,792
	Mínimo	3,00	1,60	1,80	1,40	1,00	2,20	1,80	1,40	1,80		
	Máximo	4,00	4,00	4,00	4,80	4,80	4,20	4,00	5,00	4,00		
	Média	3,50	3,28	2,95	3,25	3,31	3,41	3,40	3,30	3,35		
	Desvio padrão	,35	,36	,64	,70	,71	,63	,66	,81	,66		
	Mediana	3,60	3,20	3,00	3,40	3,40	3,30	3,40	3,40	3,40		
	Mínimo	3,00	2,80	2,00	1,60	1,20	2,40	1,80	1,40	2,60		
	Máximo	3,80	3,80	4,00	4,20	4,80	4,80	4,20	4,40	4,00		

Tabela 11

Análise com recurso à estatística descritiva e teste de Kruskal-Wallis aos novos grupos de funções policiais

		Função Policial				Kruskal-Wallis	
		Grupo 1	Grupo2	Grupo3	Grupo 4	KW	p
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,77	4,88	4,75	4,85	1,557	0,669
	Desvio padrão	,39	,31	,49	,33		
	Mediana	5,00	5,00	5,00	5,00		
	Mínimo	4,00	4,00	2,50	4,00		
	Máximo	5,00	5,00	5,00	5,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Média	4,18	3,72	3,97	4,00	1,783	0,619
	Desvio padrão	,81	,93	,79	,69		
	Mediana	4,67	4,17	4,00	4,00		
	Mínimo	2,33	2,00	2,00	2,67		
	Máximo	5,00	5,00	5,00	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Média	3,35	2,78	3,09	3,26	6,733	0,081
	Desvio padrão	,88	,71	,76	,72		
	Mediana	3,80	3,00	3,20	3,40		
	Mínimo	1,60	1,80	1,00	1,80		
	Máximo	4,00	4,00	5,00	4,20		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros polícias	Média	3,37	2,95	3,28	3,41	3,912	0,271
	Desvio padrão	,44	,64	,72	,63		
	Mediana	3,40	3,00	3,40	3,40		
	Mínimo	2,60	2,00	1,20	1,80		
	Máximo	4,00	4,00	4,80	4,80		

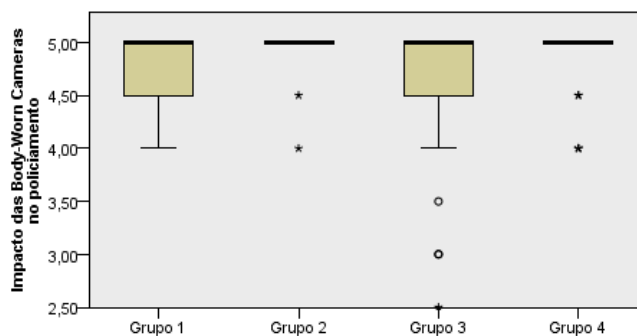


Figura 7. Teste de Kruskal-Wallis sobre a primeira questão com base nos novos grupos de funções policiais

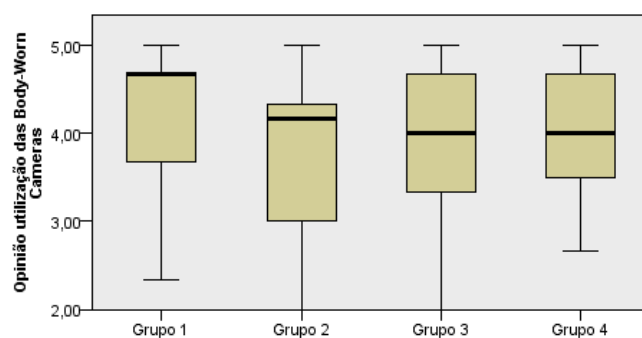


Figura 8. Teste de *Kruskal-Wallis* sobre a segunda questão com base nos novos grupos de funções policiais

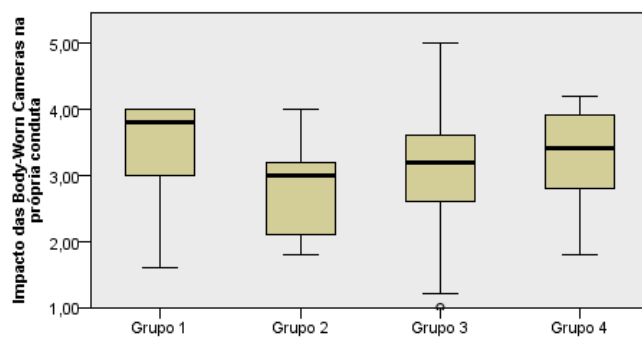


Figura 9. Teste de *Kruskal-Wallis* sobre a terceira questão com base nos novos grupos de funções policiais

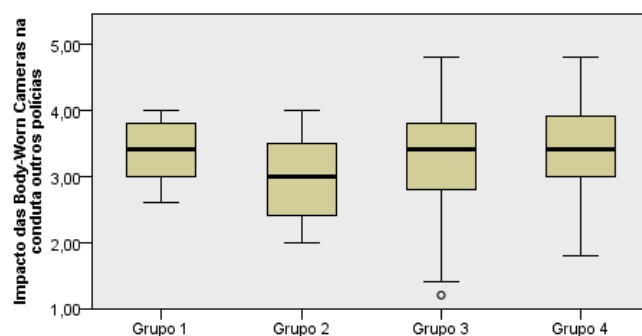


Figura 10. Teste de *Kruskal-Wallis* sobre a quarta questão com base nos novos grupos de funções policiais

Apêndice F – Análise com base nas Carreiras policiais

Tabela 12

Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Kruskal-Wallis com base nas carreiras policiais

		Carreira Policial			Kruskal-Wallis	
		Agente de Polícia	Chefe de Polícia	Oficial de Polícia	<i>KW</i>	<i>p</i>
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,80	4,59	5,00	6,515	0,038
	Desvio padrão	,43	,57	,00		
	Mediana	5,00	5,00	5,00		
	Mínimo	2,50	3,00	5,00		
	Máximo	5,00	5,00	5,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Média	4,00	3,79	4,13	1,710	0,425
	Desvio padrão	,76	,88	1,07		
	Mediana	4,00	3,67	4,67		
	Mínimo	2,00	2,33	2,33		
	Máximo	5,00	5,00	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Média	3,08	3,31	3,24	1,923	0,382
	Desvio padrão	,76	,78	,99		
	Mediana	3,20	3,30	3,80		
	Mínimo	1,00	1,80	1,60		
	Máximo	4,80	5,00	4,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros polícias	Média	3,27	3,40	3,28	0,652	0,722
	Desvio padrão	,70	,67	,36		
	Mediana	3,40	3,50	3,20		
	Mínimo	1,20	2,00	2,80		
	Máximo	4,80	4,40	3,80		

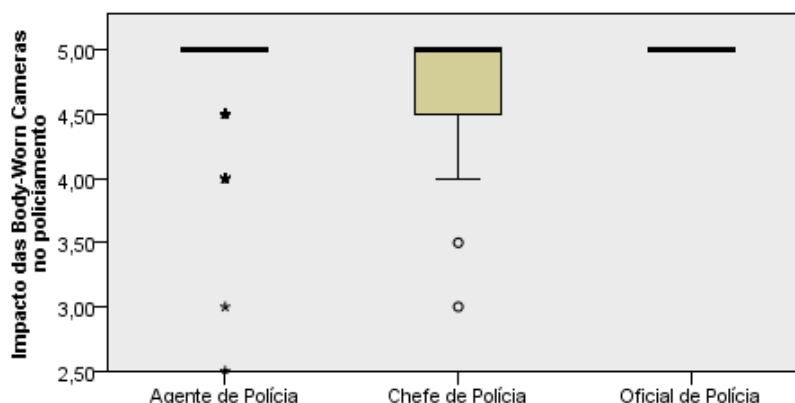


Figura 11. Teste de Kruskal-Wallis da primeira questão com base na Carreira Policial

Apêndice G – Análise às variáveis sociodemográficas

Tabela 13

Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Mann-Whitney U com base no género

		Género		Mann Whitney U	
		Feminino	Masculino	U	p
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,64	4,80	1750,00	0,965
	Desvio padrão	,64	,41		
	Mediana	5,00	5,00		
	Mínimo	3,00	2,50		
	Máximo	5,00	5,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Média	4,00	3,97	1562,00	0,875
	Desvio padrão	,76	,79		
	Mediana	4,00	4,00		
	Mínimo	2,00	2,00		
	Máximo	5,00	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Média	3,15	3,11	1592,50	0,991
	Desvio padrão	,55	,79		
	Mediana	3,20	3,20		
	Mínimo	2,20	1,00		
	Máximo	4,00	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros polícias	Média	3,35	3,28	1584,50	0,960
	Desvio padrão	,47	,71		
	Mediana	3,40	3,40		
	Mínimo	2,20	1,20		
	Máximo	4,20	4,80		

Tabela 14

Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Kruskal-Wallis com base na idade

		Idade				Kruskal-Wallis	
		21-30	31-40	41-50	Mais de 50	KW	p
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,81	4,78	4,67	4,63	2,757	0,431
	Desvio padrão	,45	,40	,56	,48		
	Mediana	5,00	5,00	5,00	4,75		
	Mínimo	2,50	3,50	3,00	4,00		
	Máximo	5,00	5,00	5,00	5,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Média	3,99	3,89	4,05	4,58	3,807	0,283
	Desvio padrão	,80	,77	,79	,42		
	Mediana	4,00	4,00	4,00	4,67		
	Mínimo	2,00	2,00	2,33	4,00		
	Máximo	5,00	5,00	5,00	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Média	3,00	3,13	3,38	3,75	7,664	0,053
	Desvio padrão	,76	,78	,68	,50		
	Mediana	3,20	3,20	3,60	4,00		
	Mínimo	1,00	1,40	1,80	3,00		
	Máximo	4,80	5,00	4,80	4,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros policiais	Média	3,16	3,36	3,52	3,45	4,486	0,214
	Desvio padrão	,72	,67	,58	,30		
	Mediana	3,40	3,40	3,60	3,40		
	Mínimo	1,20	1,40	2,60	3,20		
	Máximo	4,20	4,80	4,80	3,80		

Tabela 15

Correlação de Spearman entre as variáveis e a experiência profissional

	Anos a trabalhar na Polícia (incluindo a formação)
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	-,098
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	-,064
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	,166
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros policiais	,108

Tabela 16

Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Mann-Whitney U das habilitações literárias

		Habilitações Literárias		Mann-Whitney U	
		Ensino Secundário	Ensino Superior	<i>U</i>	<i>p</i>
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,77	4,82	2169,50	0,208
	Desvio padrão	,44	,49		
	Mediana	5,00	5,00		
	Mínimo	2,50	3,00		
	Máximo	5,00	5,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Média	3,96	4,04	2042,00	0,678
	Desvio padrão	,80	,73		
	Mediana	4,00	4,33		
	Mínimo	2,00	2,33		
	Máximo	5,00	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Média	3,08	3,28	2218,50	0,241
	Desvio padrão	,77	,74		
	Mediana	3,20	3,20		
	Mínimo	1,00	1,20		
	Máximo	4,80	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros policiais	Média	3,24	3,51	2384	0,059
	Desvio padrão	,69	,65		
	Mediana	3,40	3,50		
	Mínimo	1,20	1,40		
	Máximo	4,80	4,80		

Tabela 17

Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Kruskal-Wallis com base no estado civil

		Estado Civil			Kruskal-Wallis	
		Casado(a)/ União de facto	Divorciado(a)/ Separado(a)	Solteiro(a)	KW	p
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,80	4,67	4,76	0,474	0,789
	Desvio padrão	,36	,52	,51		
	Mediana	5,00	5,00	5,00		
	Mínimo	4,00	4,00	2,50		
	Máximo	5,00	5,00	5,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Média	3,87	4,11	4,04	2,650	0,266
	Desvio padrão	,75	,89	,80		
	Mediana	4,00	4,17	4,00		
	Mínimo	2,00	3,00	2,00		
	Máximo	5,00	5,00	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Média	3,08	3,47	3,11	1,308	0,520
	Desvio padrão	,84	,41	,72		
	Mediana	3,20	3,50	3,20		
	Mínimo	1,00	3,00	1,20		
	Máximo	5,00	4,00	4,80		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros polícias	Média	3,23	3,20	3,33	1,178	0,555
	Desvio padrão	,72	,31	,68		
	Mediana	3,40	3,00	3,40		
	Mínimo	1,40	3,00	1,20		
	Máximo	4,40	3,60	4,80		

Apêndice H - Análise com base na vitimização policial

Tabela 18

Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Mann-Whitney U com base na vitimização policial

		Vitimização		Mann-Whitney U	
		Não	Sim	<i>U</i>	<i>P</i>
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,81	4,75	3261,50	0,377
	Desvio padrão	,40	,48		
	Mediana	5,00	5,00		
	Mínimo	3,00	2,50		
	Máximo	5,00	5,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Média	4,04	3,91	3087,00	0,214
	Desvio padrão	,79	,78		
	Mediana	4,33	4,00		
	Mínimo	2,00	2,00		
	Máximo	5,00	5,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Média	3,12	3,11	3459,00	0,969
	Desvio padrão	,78	,76		
	Mediana	3,20	3,20		
	Mínimo	1,40	1,00		
	Máximo	5,00	4,80		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros polícias	Média	3,25	3,32	3442,50	0,818
	Desvio padrão	,72	,66		
	Mediana	3,40	3,40		
	Mínimo	1,20	1,40		
	Máximo	4,40	4,80		

Apêndice I - Análise com base na punição disciplinar

Tabela 19

Análise com recurso à estatística descritiva e ao teste de Mann-Whitney U da Punição Disciplinar

		Punição		Mann-Whitney U	
		Não	Sim	<i>U</i>	<i>p</i>
Impacto das Body-Worn Cameras no policiamento	Média	4,78	4,69	553,00	0,413
	Desvio padrão	,45	,46		
	Mediana	5,00	5,00		
	Mínimo	2,50	4,00		
	Máximo	5,00	5,00		
Opinião utilização das Body-Worn Cameras	Média	3,98	3,79	565,00	0,591
	Desvio padrão	,78	,92		
	Mediana	4,00	4,00		
	Mínimo	2,00	2,33		
	Máximo	5,00	4,67		
Impacto das Body-Worn Cameras na própria conduta	Média	3,09	3,53	917,00	0,034
	Desvio padrão	,76	,80		
	Mediana	3,20	3,70		
	Mínimo	1,00	1,60		
	Máximo	5,00	4,00		
Impacto das Body-Worn Cameras na conduta outros policiais	Média	3,28	3,32	694,50	0,659
	Desvio padrão	,69	,76		
	Mediana	3,40	3,60		
	Mínimo	1,20	1,60		
	Máximo	4,80	4,20		

